

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Gustavo Rêgo Muller de Campos Dantas

FORMAÇÃO TÉCNICA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:
contradições e projetos em disputa na experiência da 2ª e 3ª etapas do município de Recife

Rio de Janeiro

2015

Gustavo Rêgo Muller de Campos Dantas

FORMAÇÃO TÉCNICA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:
contradições e projetos em disputa na experiência da 2ª e 3ª etapas do município de Recife

Dissertação apresentada à Escola Politécnica
de Saúde Joaquim Venâncio como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Educação Profissional em Saúde

Orientadora: Profª Drª Marise Nogueira Ramos

Rio de Janeiro

2015

Catálogo na fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

D192f Dantas, Gustavo Rêgo Muller de Campos
 Formação técnica do agente comunitário de
 saúde: contradições e projetos em disputa na
 experiência da 2ª e 3ª etapas do município de
 Recife / Gustavo Rêgo Muller de Campos Dantas.
 - Rio de Janeiro, 2015.
 151 f.

Orientadora: Marise Nogueira Ramos

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz,
2015.

1. Agente Comunitário de Saúde. 2. Pessoal Técnico
de Saúde. 3. Educação Profissional em Saúde.
I. Ramos, Marise Nogueira. II. Título.

CDD 362.10425

Gustavo Rêgo Muller de Campos Dantas

FORMAÇÃO TÉCNICA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:
contradições e projetos em disputa na experiência da 2ª e 3ª etapas do município de Recife

Dissertação apresentada à Escola Politécnica
de Saúde Joaquim Venâncio como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Educação Profissional em Saúde

Aprovado em 29/05/2015

BANCA EXAMINADORA

Dra. Helena Maria Scherlowski Leal David (UERJ / Faculdade de Enfermagem)

Dra. Monica Vieira (FIOCRUZ / EPSJV)

Dra. Marise Nogueira Ramos (FIOCRUZ / EPSJV)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por operarem o milagre da vida, por me educarem e apoiarem em todos os momentos.

À minha família, irmã, primas, avós, tias, tios, pela presença, carinhos, torcidas e ajudas, mesmo que eu já resida à alguma distância.

À professora Marise Ramos, ao qual tenho enorme referência acadêmica pela sua obra, por me acolher como seu orientando, mesmo num mundo do trabalho corrido, porém com encontros recheados de sabedoria, pela paciência por me ensinar aos poucos o mundo vasto de Gramsci e do materialismo histórico dialético e acreditar na possibilidade de realização deste trabalho.

À Jarbas, irmão que encontrei nas lutas em Recife e na dura batalha do mundo do trabalho, por compartilhar a difícil tarefa de formular, coordenar, produzir, e carregar este curso estudado em todos seus momentos de dificuldades e alegrias.

À Mauricéa, mãe que me acolheu em Recife, pelo constante carinho, afeto, presença e por sonhar a dura batalha que foi a construção desta formação estudada.

Ao professor Itamar Lages, pelo cotidiano exemplo militante, e por encarar as disputas pela formação dos Agentes Comunitários de Saúde com o brilho nos olhos, com o qual aprendi um pouco da história e legado dos Agentes Populares de Saúde.

À Cinthia Kalyne, Gisele Cazarin, Tiago Feitosa, Célia Borges e Juliana Siqueira, profissionais e gestores da saúde pública no município de Recife, com quem pude compartilhar aprendizados, oportunidades e engajamento na luta pela formação dos ACS, decisivos para materialização desta formação.

À Eugenia Lima, pelo companheirismo, paciência nas ausências, amor e pela alegria que traz a todos os momentos difíceis da vida.

À Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e todos os seus professores e trabalhadores, pela oportunidade concedida enquanto discente da casa, por compartilhar seus ensinamentos, convívios, sonhos e lutas a que esta Escola ocupa de maneira tão importante em nosso mundo acadêmico. E agradeço em especial à Micheli por toda ajuda, acolhimento e felicidade com que sempre nos conduziu na Secretaria do Curso desde à seleção até a defesa da Dissertação.

Às organizações políticas em que militei e me organizo politicamente, por me mostrar dia a dia a importância da luta e organização coletiva e serem parte de aprendizado e impulso a não ser indiferente às desigualdades e opressões do mundo.

À Ingrid, Mariana, Amanda, Bárbara, Priscila, pelas discussões cotidianas sobre os ACS, à vivência na EPSJV, à amizade e companheirismo com que entraram em minha vida.

À Paulete e Pacheco por serem parte viva e histórica de muito dos postulados e legados práticos desse curso.

Aos amigos e amigas, colegas de Recife e do Rio de Janeiro, com a qual partilho a vida e seus momentos.

Aos Agentes Comunitários de Saúde, em especial os de Recife, a quem dedico especialmente este trabalho, com os quais pude compartilhar vivências, lutas, aulas, alegrias e ensinamentos e que se mantém dia a dia operando cuidados em suas comunidades.

*É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros.)
Se trata de abrir o rumo.
Os que virão, serão povo,
E saber serão, lutando.*

(Thiago de Mello)

RESUMO

Este estudo se debruçou sobre o cenário, as contradições, e as intencionalidades políticas que permeiam a Política de Formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), institucionalizada a partir do ano de 2004. O objetivo foi analisar os processos e relações que levaram o município de Recife a realizar a 2ª e 3ª etapas da formação técnica dos ACS nos anos de 2011 e 2012 para cerca de 1.500 trabalhadores. Trata-se de um estudo qualitativo, com referencial metodológico crítico, histórico e dialético, realizado por meio de análises de documentos e entrevistas com perguntas semiestruturadas, junto à sujeitos-chaves na estruturação do da 2ª e 3ª etapas do curso Técnico de ACS nessa localidade, utilizando para análise dos dados a técnica de análise de conteúdo a partir do referencial de Bardin. Visou-se, através das informações colhidas, mapear as forças políticas envolvidas neste processo e que protagonizaram disputas neste cenário, utilizando o conceito de Hegemonia trazido por Antônio Gramsci como aporte teórico à essa compreensão. Os resultados expressaram a existência de quatro forças políticas disputando o processo formativo, alinhadas às concepções de políticas de Saúde que incidiram historicamente na formulação deste trabalhador. Os movimentos das alianças realizadas entre essas forças políticas foram decisivos na materialização da conclusão do curso. Espera-se, que este trabalho possa fomentar discussões sobre os rumos da política de Formação desta categoria, na perspectiva de contribuir para a construção de ações concretas para sua materialização enquanto Política Pública.

Palavras-chave: Agente Comunitário de Saúde. Formação Técnica ACS. Educação Profissional em Saúde.

ABSTRACT

This study set out to investigate the setting, the contradictions, and the political intentions that have pervaded the Training Policies for Community Health Workers (CHW), which came into force from 2004. Our aim was to analyze the processes and relationships that led the city of Recife to implement the 2nd and 3rd stages of the technical training course for CHWs in 2011 and 2012 for around 1,500 workers. This was a qualitative study with a critical, historical and dialectical methodological framework, conducted through document reviews and semi-structured interviews with the key personnel involved in structuring of the 2nd and 3rd stages of the technical course for CHWs. Data was analyzed using Bardin's technique. Through the information gathered, we set out to chart the political forces involved in this process, who had staged disputes within this scenario, using the concept of hegemony as developed by Antonio Gramsci as a theoretical contribution towards a greater understanding. The results we obtained conveyed the existence of four political forces vying for the training process, aligned with the concepts of health policies, which have rendered an historical influence over the formulation of this worker. The activities undertaken by the alliances formed between these political forces were decisive in ensuring the conclusion of the course. It is hoped that this work may foster discussions on the course of training policies within this field, in order to contribute to the construction of concrete actions for its materialization as Public Policy.

Keywords: Community Health Worker. Technical Training Courses for CHWs, Health Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – EXEMPLO DE QUADRO DE ANÁLISE DAS QUESTÕES CHAVES EXTRAÍDAS DE CADA ENTREVISTA.....	48
FIGURA 1 – PRIMEIRA MATRIZ PEDAGÓGICA DA 2ª E 3ª ETAPAS CTACS – RECIFE.....	59
FIGURA 2 – ORGANOGRAMA DO CURSO TÉCNICO DE ACS EM RECIFE-PE, II E III ETAPAS.....	62
FIGURA 3 – MATRIZ PEDAGÓGICA EXECUTADA NA 2ª E 3ª ETAPAS FORMATIVAS EM RECIFE	67

LISTA DE SIGLAS

- ACS** – Agente Comunitário de Saúde
- AIDPI** – Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância
- ANAS** – Associação Nacional dos Agentes de Saúde
- CIES** – Comissão de Integração Ensino-Serviço
- CONASEMS** – Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde
- CNS** – Conferência Nacional de Saúde
- CPqAM** – Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães
- CTACS** – Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde
- DGAS** – Diretoria Geral de Atenção à Saúde
- DGGT** – Diretoria Geral de Gestão do Trabalho
- DGGTES** – Diretoria Geral de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde
- EASD** – Escola Almirante Soares Dutra
- EPSJV** – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
- ESPPE** – Escola de Saúde Pública de Pernambuco
- ETESPPE** – Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco
- ESF** – Estratégia de Saúde da Família
- ETSUS** – Escolas Técnicas do SUS
- FACIPE** – Faculdade Integrada de Pernambuco
- FENSG** – Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças
- FIOCRUZ** – Fundação Oswaldo Cruz
- FMN** – Faculdade Maurício de Nassau
- FPS** – Faculdade Pernambucana de Saúde
- GAB** – Gerência de Atenção Básica
- MOPS** – Movimento Popular de Saúde
- MS** – Ministério da Saúde
- OMS/WHO** – Organização Mundial da Saúde
- PACS** – Programa de Agentes Comunitários de Saúde
- PCCDV** – Plano de Cargos, Carreiras, Desenvolvimento e Vencimentos
- PCR** – Prefeitura da Cidade do Recife
- PROFAE** – Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem
- PNACS** – Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde
- PSF** – Programa de Saúde da Família

PT – Partido dos Trabalhadores

RET-SUS – Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde

SEGETES – Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde

SGETS – Secretaria da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde

SES – Secretária Estadual de Saúde

SINDACS – Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate as Endemias do Estado de Pernambuco

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNICEF – United Nations Children's Fund /Fundo das Nações Unidas pela Infância

UNIVERSO – Universidade Salgado de Oliveira

UPE – Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CAPÍTULO I – ESTADO, FORMAÇÃO TÉCNICA E O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	20
2.1. ESTADO, FORÇAS POLÍTICAS E HEGEMONIA	20
2.1.1. Concepção de Estado em Gramsci e Poulantzas	20
2.1.2. Estado, Neoliberalismo e Políticas Públicas	22
2.1.3. Forças Sociais e Forças Políticas.....	24
2.1.4. O Conceito de Hegemonia em Gramsci	26
2.2. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO TÉCNICA DO ACS: UM CAMPO EM DISPUTA	31
2.3. CONCEPÇÕES E CAMINHOS HISTÓRICOS QUE ATRAVESSAM A CONFORMAÇÃO DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	40
3. CAPÍTULO II – NOTAS METODOLÓGICAS	45
4. CAPÍTULO III – HISTORICIDADE E LUTA PELA FORMAÇÃO TÉCNICA DOS ACS: A 2ª E 3ª ETAPAS FORMATIVAS DE RECIFE E OS CAMINHOS DE SUA MATERIALIZAÇÃO	51
4.1. PROCESSO HISTÓRICO E 1ª ETAPA FORMATIVA EM RECIFE	51
4.2. A 2ª E 3ª ETAPAS FORMATIVAS E A MATERIALIZAÇÃO DOS ACS COMO TÉCNICOS EM RECIFE	54
5. CAPÍTULO IV – CORRELAÇÃO DE FORÇAS QUE ATRAVESSAM A CONSTRUÇÃO DA 2ª E 3ª ETAPAS DO CURSO TÉCNICO DE ACS EM RECIFE	71
5.1. FORÇA POLÍTICA PRÓXIMO AO MOMENTO ECONÔMICO CORPORATIVO	78
5.2. FORÇA POLÍTICA TÉCNICO ASSISTENCIAL	84
5.3. FORÇA POLÍTICA PRÓXIMO AO MOMENTO ÉTICO POLÍTICO	90
5.4. FORÇA CONSERVADORA	97
5.5. ARTICULANDO AS FORÇAS POLÍTICAS: SENTIDOS, MOVIMENTOS E ALIANÇAS NA CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIA	103
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	137
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA	139
APÊNDICE C - Eixos De Análise das ENTREVISTAS	140

APÊNDICE D - ATRIBUIÇÕES DO ORGANOGRAMA CURSO ACS 2ª E 3ª ETAPAS FORMATIVAS	141
APÊNDICE E - MATRIZ CURRICULAR: ETAPAS, UNIDADES, ESPAÇO PEDAGÓGICO, BASES TECNOLÓGICAS E CARGA HORÁRIA / 2ª E 3ª ETAPAS FORMATIVAS – CURSO TÉCNICO ACS – RECIFE.....	142
APÊNDICE F - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DE INSCRIÇÃO 2ª E 3ª ETAPAS FORMATIVAS CURSO TÉCNICO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	144
APÊNDICE G - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO – PROCESSO DE LEVANTAMENTO DE CURRÍCULOS PARA DOCENTES DA 2ª E 3ª ETAPAS FORMATIVAS – RECIFE	145
APÊNDICE H - PROGRAMAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA 2ª E 3ª ETAPAS FORMATIVAS - RECIFE	146
APÊNDICE I - SITEMATIZAÇÃO DAS QUESTÕES CHAVES DAS ENRTEVISTAS POR FORÇA POLÍTICA	148

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, parte do interesse pela discussão da Política de Formação Técnica dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e de sua institucionalização enquanto política pública no ano de 2004, a partir do Referencial Curricular Nacional de Formação Técnica desses trabalhadores que prevê a formação dividida em três etapas.

Desde esse período, até o presente momento, diversos projetos de formação técnica de ACS foram formulados, porém somente a primeira etapa formativa tem sido realizada. Duas questões centrais explicam esta questão: a) financiamento do Ministério da Saúde apenas para esta etapa formativa e b) oposição dos próprios gestores (nas três esferas de governo) sobre a necessidade de formação integral¹ desta categoria (MOROSINI, 2010).

São exceções nesse contexto, algumas localidades como os Estados de Tocantins e Acre, e os municípios do Rio de Janeiro e Recife que por diferentes momentos e caminhos realizaram ou estão realizando a formação integral conforme formulada pelo Referencial Curricular Nacional.

Ao estudar a política de formação dos ACS, parte-se da compreensão que esta categoria profissional (pelo seu sentido histórico, ligado à natureza do seu trabalho e suas atribuições dentro das políticas de saúde), expressam algumas possibilidades de operar dentro dos territórios em que atuam, processos de articulações e lutas que impulsionem movimentos de transformação social.

Estas possibilidades, ainda que muito distantes da realidade de atribuições deste trabalhador (cujo processo de institucionalização profissional vivido e sua incorporação dentro das equipes de saúde da família e do SUS trouxeram um reordenamento dialético no seu escopo de trabalho), devem ser reinseridas no campo das discussões do papel protagonizado por este profissional dentro das políticas de saúde.

Entendemos que um destes caminhos, passa pelo resgate das discussões de sua atuação enquanto um agente popular de saúde, calcado à concepção de sujeito político dentro de um território, comprometido com um projeto estrutural de transformação de sua realidade, entendendo este como um trabalhador devidamente localizado no âmbito do SUS, sendo o conjunto de atribuições que regem este sistema as que vão referenciar a prática do seu trabalho (LOPES, DURÃO, CARVALHO, 2011).

¹ Compreendemos por formação integral neste texto, a realização das três etapas formativas do Curso.

É justamente no entendimento de que a política de formação deste profissional, guarda possibilidades de estruturação de um currículo com características emancipatórias e historicamente referenciadas - contribuindo no resgate dessa dimensão histórica do trabalho dos ACS, mesmo entendendo o redesenho de sua prática profissional com sua incorporação no SUS - que se estrutura as intencionalidades que levaram alguns sujeitos a se inserirem na busca da formação técnica desta categoria profissional dentro do município de Recife.

O caminho percorrido pelos ACS na trajetória das políticas de saúde no Brasil, se relaciona ao seu processo de institucionalização e conseqüentemente com as formulações e disputas do formato do que deve ser o processo formativo e de ingresso dessa categoria enquanto profissional no SUS.

Com a proposta do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde, e através do seu Referencial Curricular Nacional elaborado em 2004, as formulações e disputas pelas concepções acerca deste profissional e as bases de sua formação são postas em prática, desembocando em uma diversidade de entendimentos sobre a centralidade geral a embasar essa formação, gerando experiências diversas nos municípios que a realizaram, bem como em sua maioria uma série de medidas para inviabilizá-la.

Sendo assim, torna-se importante buscar entender como se delinearão as formações integrais pautadas pelo Referencial Curricular, quais caminhos e entraves encontrados, num cenário em que apenas a primeira etapa formativa do curso teve sua execução financiada pela esfera federal.

Para Morosini,

(...) há que se investigar as experiências formativas já realizadas, o movimento dos trabalhadores ACS, a compreensão da formação e do trabalho dos ACS na perspectiva da educação popular em saúde (que também se fez presente no processo de debate da formulação da política de ACS) e a conformação da política de formação dos ACS relacionada às mudanças operadas na gestão do MS, a partir de 2005. Enfim, esses são apenas alguns dos estudos que suponho podem também ser realizados no entorno da temática da formulação da política de formação dos ACS (MOROSINI, 2010, p.193).

A partir dessa compreensão, e com a experiência de estar na coordenação do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde 2ª e 3ª etapas formativas no Recife, nos anos de 2011 e 2012, consideramos o desenvolvimento de uma pesquisa que dê subsídios para a área da Formação e Qualificação dos ACS, impulsionando as discussões já travadas sobre suas concepções e viabilidades de realização, a partir de uma localidade que já a vivenciou por completo dentro do Referencial normatizado.

Desta forma, buscamos construir um projeto com seu recorte de estudo abordando os caminhos que levaram a este quadro, partindo do reconhecimento do processo formativo completo (1^a,2^a,3^a etapas) realizado no município de Recife. Esta escolha se deu pela minha trajetória profissional, na identificação e trabalho com as políticas de formação em saúde, gestão do trabalho, educação permanente em saúde e educação profissional em saúde, sendo o momento mais específico ligado a este projeto, a trajetória vivida na coordenação geral da 2^a e 3^a etapas da Formação Técnica dos Agentes Comunitários de Saúde em Recife nos anos de 2011 e 2012, construído após processo de identificação política junto com esta categoria no município.

No caso de Recife, a própria categoria, bem como alguns sujeitos comprometidos com esta discussão, se engajaram no sentido de viabilizar esta modalidade de formação para o conjunto destes trabalhadores, entendendo a importância desta para mudanças no modelo de saúde. Desvelar o movimento destes sujeitos, as articulações, as disputas que se deram, são de fundamental importância para reconhecer os caminhos a serem percorridos junto a política de formação desta categoria profissional.

Essa compreensão é ponto chave, que articula as discussões deste objeto de estudo, com as peculiaridades de uma proposta formativa calcada em uma perspectiva pedagógica emancipatória e contraposta à realidade do Estado capitalista e sua concretude no panorama atual.

É a partir dos recortes acima inseridos, que analisaremos essa mediação a partir da análise das forças políticas que protagonizam este contexto, suas relações, concepções, recortes históricos, sua organização, seus sujeitos, o qual mostrarão algumas das características desta esfera de possibilidades na política de formação dos Agentes Comunitários de Saúde.

Dessa forma, torna-se necessário neste trabalho construir um entendimento de qual sujeito político do estudo (o ACS). Partimos da leitura de algumas categorias Gramscianas a serem trabalhadas, em destaque as categorias de hegemonia² e forças políticas bem como da assunção deste sujeito dentro da sociedade e do Estado Capitalista, conforme concepção do mesmo.

² Sobre os conceitos de hegemonia e forças políticas estes encontram-se nos itens 2.1.3., 2.1.4. deste trabalho.

(...) as práticas do Estado, desenvolvidas particularmente através das leis e das políticas, detém um papel importante na constituição do Estado capitalista. Elas encerram concomitantemente negatividade (coerção) e positividade (consenso) porque expressam, de forma contraditória, a presença subordinada das classes dominadas na própria materialidade do Estado. Assim, ao mesmo tempo em que oprimem as classes dominadas, buscam sua adesão ao projeto dominante pela absorção das suas demandas reais (NEVES e PRONKO, 2010 p. 101).

Entendendo o papel das políticas dentro do Estado Capitalista, a partir do recorte acima inserido, tem importância aprofundar alguns componentes que compõem o quadro da Política de Formação desta categoria, ao qual constitui uma particularidade das relações que se processam no âmbito da totalidade da Formação Humana.

A relevância da experiência de formação (realização das três etapas formativas completas) dos ACS no município de Recife, sua localização no âmbito da conjuntura das políticas públicas a nível nacional, e a experiência vivida na coordenação deste processo, nos trouxe indagações acerca da identificação dos processos de disputa por hegemonia que circundam os processos de formação desta categoria profissional. Num panorama de adversidade nacional para sua realização, como se materializou a 2ª e 3ª etapas formativas em Recife? Que forças políticas disputaram esse processo? Com que posições e articuladas por quais sujeitos? Que concepções históricas as embasam? Que alianças fizeram ou deixaram de fazer na historicidade deste processo em Recife? Onde operaram essas disputas no âmbito da sociedade civil e dentro do aparelho do Estado?

Tomando essas perguntas como pressupostos, desenhamos um estudo com o objetivo de analisar os processos e relações que levaram o município de Recife a realizar a 2ª e 3ª etapa da formação técnica dos ACS, buscando identificar as forças políticas e os sujeitos relevantes neste processo de formação. Como objetivos específicos procuramos:

- a) Identificar contradições e as alianças encontradas neste processo e as ações efetivadas para realização desta formação;
- b) Mapear concepções em disputa que atravessam historicamente a conformação dos Agentes Comunitários de Saúde e que caracterizam as forças políticas;
- c) Captar a correlação dessas forças políticas no âmbito da sociedade civil e do aparelho do Estado;
- d) Elaborar registro da memória do processo de realização da 2ª e 3ª etapas formativas.

Sendo assim, a identificação de forças políticas que atuam nesse processo, pode nos esclarecer, a partir dessa particularidade vivida em Recife nos anos de 2011 e 2012, importantes captações de como essas questões se operam no conjunto da totalidade da formação destes trabalhadores.

Para a condução das discussões desta pesquisa, utilizou-se o pressuposto teórico metodológico do materialismo histórico e dialético. Neste, a sociedade e os sujeitos são históricos e intervêm em sua realidade centrado na totalidade das relações e compreendendo os fenômenos e as categorias sobre esta relação. Usamos como categorias centrais do método materialista histórico e dialético, a totalidade, a mediação, a historicidade e a contradição, elementos que nortearão as análises epistemológicas do objeto do estudo.

Dessa forma, buscamos explicar os fenômenos a partir do reconhecimento de suas dimensões social, econômica, política e cultural, enquanto resultados de um processo de construção histórica que determinam o plano real concreto, concebendo as categorias acima descritas como bases.

Sobre a totalidade, será vista no sentido da Formação dos ACS ser uma particularidade desses trabalhadores que pode denotar apreensões da classe trabalhadora e da Formação Humana. A Formação dos ACS compreende uma série de particularidades que a delimitam, como a Educação profissional, a Atenção Primária à Saúde, dentre outras que estão interligadas às relações sociais de produção e que permitem ao mesmo tempo também captar essas dimensões. Como explica Kosik (1976), com relação à totalidade,

...cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico; de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais (KOSIK, 1976, p. 49).

É através da categoria da mediação, que permitirá ir além do particular e captar dimensões da totalidade, no caso do nosso objeto do estudo, inferir da rede de questões que permeiam a Formação dos ACS dimensões da totalidade a que se conectam, neste caso, uma mediação da formação dos trabalhadores e das relações sociais de produção.

A mediação é, assim, a visão historicizada do objeto singular, cujo conhecimento deve ser buscado em suas determinações mais gerais, em seus universais, assim como ser situado no tempo e no espaço, isto é, em sua contextualização histórica. As determinações histórico-sociais, o campo do particular, permitem apreender um objeto à luz das determinações mais gerais (CIAVATTA, 2009, p. 133).

Ainda sobre a mediação, é importante conceber a particularidade como o campo em que se expressam as mediações, sendo “uma categoria que permite compreender, também, outros fatos, acontecimentos ou aspectos da vida social” (CIAVATTA, 2001, p. 150). A particularidade expressa a totalidade.

A contradição, se configura na categoria usada para apreender dentre as teses e antíteses que se denotam nos fenômenos, a via que permite a criações de sínteses. É o que buscamos captar das análises que se realizam nos fenômenos (RAMOS, 2010). Enquanto motor que move as transformações na história, é o que buscamos elucidar dentro da Formação dos ACS, suas disputas e as formas que vão se materializando com as sínteses em cada conjuntura.

A contradição promove o movimento que permite a transformação dos fenômenos. O ser e o pensar modificam-se na sua trajetória histórica movidos pela contradição, pois a presença de aspectos e tendências contrários contribui para que a realidade passe de um estado qualitativo a outro (MASSON, 2012, p. 4).

A historicidade, última categoria do método aqui trabalhada, é trazida ao nosso objeto de estudo quando entendemos o ACS como uma particularidade de uma categoria profissional que se insere no conjunto da classe trabalhadora. As disputas que denotam a formação desta categoria, é um fenômeno cuja expressão ocorre num processo histórico de lutas, necessidades e entraves no tempo e no espaço, com vários momentos e conjunturas históricas que demarcam suas relações.

Sobre o conceito de historicidade Ciavatta define,

Nesta concepção, o objeto singular é visto a partir de sua gênese nos processos sociais mais amplos, o que significa compreender a história como processo; e reconstruí-lo a partir de uma determinada realidade que é sempre complexa, aberta às transformações sob ação dos sujeitos sociais, o que significa utilizar a história como método (CIAVATTA, 2001, p. 133).

Sobre as categorias do objeto, que nos permitem analisar sua especificidade e mediações, utilizamos as categorias Hegemonia e Forças políticas, baseadas nas concepções de Gramsci sobre as mesmas, cujas definições traremos no transcorrer dos capítulos I e II. Neste trabalho usamos três categorias de análise: Processos Políticos, ACS como sujeito social e a Formação Humana e Profissional.

Essas categorias de análise, serão trazidas no transcorrer do capítulo I, com o conjunto do referencial teórico base do objeto de estudo, cuja totalidade perpassa o Estado, a Política e o Sujeito. As definições específicas destas categorias e a forma como foram trabalhadas na análise dos resultados da pesquisa, estão expostas destrinchadamente no capítulo II que

descreverá todo o processo de coleta das informações da pesquisa e os métodos de análise de resultados empregados.

Quanto à estrutura da dissertação, o primeiro capítulo aborda as concepções do Estado pela leitura marxista, centrados nas concepções de Antônio Gramsci e Nicos Poulantzas, suas relações com o Neoliberalismo e as políticas públicas, bem como os conceitos de Forças Sociais, Forças Políticas e Hegemonia, estas últimas sob a ótica de Gramsci e trazidas aqui como categorias que compõem nosso objeto de estudo, ao qual permearão toda discussão realizada. Neste capítulo discutimos ainda, a Política de Formação dos ACS, suas principais disputas em busca de sua efetivação, os embates travados e as possibilidades de construção de projetos com currículos emancipatórios. Discute também, os caminhos percorridos pelos ACS em sua trajetória de institucionalização e as principais conjunturas, de mediações históricas, que conformaram este trabalhador.

O capítulo II se deterá nas especificações de como se deram todos os procedimentos metodológicos deste trabalho, a forma de coleta e análise dos dados usados, os sujeitos entrevistados, as categorias de análise utilizadas, suas categorizações e definições acerca do formato de exposição das questões encontradas na pesquisa.

O capítulo III apresenta um sucinto resgate histórico da 1ª etapa da formação técnica dos ACS em Recife, realizada em 2006, destacando sua estrutura e principais questões que a envolveram. Situará a história da 2ª e 3ª etapas da formação técnica, elencando o conjunto de movimentos realizados para sua materialização, bem como trará a estrutura principal do curso, instituições e sujeitos envolvidos, juntamente com os fatos e elementos principais que permearam este processo.

O capítulo IV destrincha a partir das entrevistas realizadas, as forças políticas que operam disputas dentro do curso, seus movimentos, concepções e alianças estabelecidas pelos sujeitos que a integram. Discute as principais questões que influenciaram nesses movimentos e que regem o conjunto dessas forças políticas, delimitando por onde se operou os processos de hegemonia para obtenção da materialização desta formação.

Como último capítulo, trataremos as nossas considerações finais ao trabalho, expressando a existência de quatro forças políticas disputando o processo formativo, alinhadas às concepções de políticas de Saúde que incidiram historicamente na formulação deste trabalhador e os movimentos das alianças realizadas entre essas forças que foram decisivos na materialização da conclusão deste curso.

2. CAPÍTULO I - ESTADO, FORMAÇÃO TÉCNICA E O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

2.1. ESTADO, FORÇAS POLÍTICAS E HEGEMONIA

2.1.1. Concepção do Estado em Gramsci e Poulantzas

Compreender o Estado capitalista, ainda que tenha sido objeto de estudo de muitos autores, não é tarefa simples e unitária, que se sustenta apenas numa única análise ou concepção de um autor. São profundos e complexos seu entendimento, mesmo tendo um ponto de partida comum, no caso deste texto a visão do Estado pela ótica de autores marxistas.

Para adentrar nesta questão, é importante situar num primeiro momento a própria formulação de Estado em que Marx se embasava nos seus postulados. Ainda que não tenha organizado um apanhado sistematizado do que seria uma teoria de Estado, Marx descreveu algumas de suas características comuns no capitalismo, ao qual diversos autores posteriormente se detiveram, buscando trazer elementos de superação e ampliação da visão e concepção de Estado a que Marx até então tinha se detido.

Para Marx, o Estado atua como um comitê executivo dos proprietários, representando seus interesses, inserido num contexto do Liberalismo, se colocando como classe dominante e fazendo assim valer suas aspirações e interesses (COUTINHO, 1989).

Segundo Coutinho, temos então em Marx a seguinte compreensão sobre o Estado.

O Estado que o primeiro liberalismo propõe e defende, um Estado restrito que representa não o interesse de todos, mas sim o dos proprietários, e o que tem um meio básico para exercer sua ação de arbitragem entre os interesses individuais eventualmente conflitantes a coerção (como Weber diria, o Estado detém o monopólio legal do uso da força no território específico de sua jurisdição) (COUTINHO, 1989, p. 51).

Marx analisava o Estado desde a Monarquia e no período histórico em que viveu o liberalismo, quando o mesmo passava por seu período de consolidação enquanto teoria econômica hegemônica do sistema de produção da sociedade, o capitalismo. Dessa forma³, sua visão acompanhava a estrutura social do momento liberal, que avançava também sobre a dinâmica conflituosa na disputa de seus interesses intra-classes e inter-classes.

³ E não só por causa desta, já que Marx não se deteve mais sistematicamente ao estudo do Estado, logo, possivelmente se assim o fizesse, conseguiria já apontar elementos de uma visão mais ampliada.

Foi neste emaranhado histórico que,

O Estado começou a se ampliar; atores sociais diversos passam a apresentar diferentes demandas, a lutar por interesses diversos. Essa pluralidade de interesses, quando se organiza, cria o que Gramsci irá chamar de “sociedade civil”, uma nova esfera da superestrutura jurídico política, que juntamente com o Estado- coerção, forma o Estado no sentido ampliado (COUTINHO, 1989, p. 55).

É Gramsci que trabalha de maneira mais sistematizada essas relações e visão de um Estado ampliado, ao qual para o mesmo se sintetiza em Estado como produto da sociedade política mais a sociedade civil, conforme se analisa no texto descrito abaixo:

Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que é usualmente entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para conformar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.) é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais (GRAMSCI, Apud BIANCHI, 2008, p. 177).

É com esta noção de Estado, partindo do sentido de Marx enquanto base estruturante do domínio da sociedade burguesa, que utilizaremos a sistematização de Gramsci para trabalhar as análises das políticas públicas. Para Coutinho (1989, p. 51) se referindo a visão do Estado elaborado em Marx “a concepção e a formulação do que hoje chamamos de “políticas sociais”, portanto está fora da órbita de ação deste tipo de Estado”. Com Gramsci a análise de políticas públicas apenas centrada na crítica ao Estado tem uma superação teórica, trazendo essa possibilidade de análise de políticas públicas mais ampliada, mantendo ainda uma centralidade Marxista.

É importante apropriar-se principalmente do conceito de aparelhos privados de hegemonia de Gramsci, base alicerce da sua concepção de teoria do Estado. Para este, é através destes aparelhos privados como igreja, sindicatos, escola, etc., localizados enquanto sociedade civil, que se formula e executa o processo de construção de hegemonia da classe dominante.

Ainda no campo do estudo das teorias do Estado, temos em Poulantzas, um autor central que possibilitará estruturar um conjunto de análises das políticas públicas, centradas num acréscimo primordial à noção do que se denomina de visão ampliada de Estado trabalhada por Gramsci. Poulantzas detém centralmente seu olhar para a ossatura do aparelho do estado.

O importante para Poulantzas é compreender a luta e dominação política na estrutura institucional do Estado, de maneira que isso possa explicar as formas diferenciais e as transformações históricas desse Estado e vice-versa. O Estado pode ser compreendido como

relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ela expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado (POULANTZAS, 1980).

Para Poulantzas,

O Estado, sua política, suas formas, suas estruturas, traduzem, portanto, os interesses das classes dominantes não de modo mecânico, mas através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento (POULANTZAS, 1980, p. 132).

É na compreensão de que as políticas sociais se manifestam contraditoriamente como manifestação da correlação de forças dentro do aparelho do Estado, estabelecendo compromissos provisórios com a classe dominada (e ao mesmo tempo recurso econômico de manutenção da ordem social de reprodução ampliada do capitalismo) e manutenção da dominação através do reforço da políticas sociais como função econômica do Estado, que se incluirá um eixo central que norteará a análise da Política neste estudo, ainda que também seja concebida dentro de uma visão de construção de um processo de contra hegemonia na transformação das relações de poder (POULANTZAS, 1980).

2.1.2. Estado, Neoliberalismo e Políticas públicas

Poulantzas estrutura seu olhar sobre Estado, nos marcos iniciais do que seria o novo momento histórico de crise do Estado de Bem-Estar Social⁴ e recomposição de um novo postulado econômico para o capitalismo: o neoliberalismo.

No Neoliberalismo, ao Estado não cabe o dever de prover serviços essenciais. Logo, as políticas e pacotes neoliberais aplicados nos diferentes países visam tirar do Estado o papel de prover essas políticas e repassá-las ao setor privado ou ao terceiro setor⁵ o conjunto das políticas sociais. Dessa forma, temos um conjunto de medidas que promovem as privatizações de serviços básicos, focalização das políticas sociais, diminuição ao mínimo da rede de seguridade social, perdas de benefícios e proteção do trabalhador (HARVEY, 2008).

⁴ Bem-estar social: O sistema de proteção social do pós 2ª guerra, organizado em uma política baseada na força da intervenção estatal sendo caracterizada pelos seguintes traços principais: a) o papel desempenhado pelo fundo público no financiamento de reprodução da força de trabalho e do próprio capital; b) a implantação de políticas sociais (saúde, educação, previdência, etc.) de alcance nacional, via regulação pública ou estatal; c) o consumo de massa de bens e serviços coletivos (REIS, 2010, p. 171).

⁵ “O terceiro setor constitui-se na esfera de atuação pública não-estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Nesta definição, agregam-se, estatística e conceitualmente, um conjunto altamente diversificado de instituições, no qual incluem-se organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos” (BNDES, 2001).

É principalmente a partir da ideia do Neoliberalismo da Terceira Via, (este sim que chega de forma mais estruturada no Brasil a partir do início dos anos 90) que se estabelece o formato geral das políticas públicas que serão aplicadas no país, posteriormente até os dias atuais e darão cara e corpo a uma série de mudanças no formato do Estado e condução dessas políticas públicas.

Até o final da década de 80, avançávamos (na contramão do panorama mundial) num momento muito favorável de correlação de forças, com processo de acumulação da classe trabalhadora instaurando-se em uma parcela importante de aparelhos privados de hegemonia, para construção de um projeto contra hegemônico denominado de democracia de massas ⁶(NEVES, 2005).

No contexto neoliberal da terceira via, essa correlação de forças favorável a classe trabalhadora perde bastante força. A burguesia retoma a direção política hegemônica da sociedade e do aparelho estatal mais amplo, passando a atuar cada vez mais dentro da sociedade civil, recompondo, incorporando e paulatinamente ampliando sua atuação dentro de aparelhos privados de hegemonia (em especial a mídia, igreja e escola), ainda que a classe trabalhadora mantenha alguma resistência dentro de um projeto contra hegemônico, porém cada vez mais fragmentada, sem um projeto unitário de massas, e com diversos aparelhos privados de hegemonia em que se estruturou, cooptados ou reposicionados dentro de uma visão de conciliação de classes. (NEVES, 2005).

Para Martins,

[...] “O problema da Terceira Via não se relaciona à construção de um projeto alternativo, mas sim a melhor maneira de reformar o sistema, principalmente, no que diz respeito à sociabilidade, ou seja, reduzir os antagonismos em simples diferenças, minimizando-os como específicos a grupos de indivíduos para, com isso, assegurar um equilíbrio social mais estável e duradouro da ordem do capital”. (MARTINS, 2009, p. 67).

Assim, no início da década de 90, temos um momento de diversas mudanças, que impactaram intrinsecamente as áreas sociais, iniciando e posteriormente consolidando um desmonte do Estado que se inspirava no Bem Estar Social, incentivando privatizações, desresponsabilizando o Estado de algumas funções até então essenciais, diminuindo seu

⁶ Nos baseando na leitura de Carlos Nelson Coutinho sobre essa questão que a define: “deve servir de superestrutura à transição para, e à construção de, uma sociedade socialista, tem de surgir dessa articulação entre as formas de representação tradicionais e os organismos de democracia direta; essa articulação, como dissemos, deve promover a síntese dos vários sujeitos políticos empenhados na transformação social, uma síntese que — respeitada a autonomia e o pluralismo dos movimentos de base — seja a portadora da hegemonia dos trabalhadores sobre o governo da sociedade como um todo. O que se propõe, em outras palavras é a constituição do “autogoverno dos produtores associados” (COUTINHO, 1979).

tamanho e função, em busca de um modelo estatal cada vez mais gerenciador e coordenador de interesses privados, num processo que se realiza incorporando e buscando o consentimento dos setores sociais ligados à chamada sociedade civil, até então protagonista da construção de uma contra - hegemonia às políticas neoliberais naquele momento (NEVES, 2005).

Será através dos organismos internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial da Saúde, e de uma série de aparelhos privados de hegemonia, que se subsidiará até os dias atuais, o processo de reconfiguração do Estado Brasileiro, centrado nos postulados da Terceira Via. No campo da saúde, em especial, serão as ideias e documentos de orientação do Banco Mundial, que subsidiarão o caminho da implantação das políticas deste setor, o que inclui as formulações e disputas voltadas aos Agentes Comunitários de Saúde.

2.1.3. Forças Sociais e Forças Políticas

Como uma das categorias do objeto de estudo deste trabalho, incluem-se as concepções ligadas as relações das forças sociais e forças políticas que serão base da compreensão a ser trazida sobre as disputas e elementos de contradição encontrados nos processos formativos dos ACS dentro do curso em Recife. Dessa forma, torna-se necessário neste trabalho construir um conhecimento de onde partiremos nas análises das forças políticas.

Sobre esta questão, iniciaremos no entendimento global de relações sociais abordadas por Gramsci:

É problema das relações entre estrutura⁷ e superestrutura que deve ser situado com exatidão e resolvido para assim se chegar a uma justa análise das forças sociais que atuam na história de um determinado período e à definição da relação entre elas (GRAMSCI, 1976, p. 45).

Analisando as relações de força, estas devem ser situadas sobre três graus mais centrais, como uma forma de categorização da mesma. Um primeiro grau, ligado à estrutura, à base, ao desenvolvimento das forças materiais e de produção, o segundo ligado à organização e grau de autoconsciência dos grupos sociais, e o terceiro dedicado à relação das forças militares (GRAMSCI, 1976).

⁷ “Para Antônio Gramsci, a divisão estrutura e superestrutura pode ser simplificada em “economia e ideologia”. Apesar disso, o mesmo combatia a ideia de que “qualquer flutuação política e da ideologia” é uma mera “expressão imediata” da infraestrutura. Sendo assim, uma “fase estrutural só pode ser concretamente estudada e analisada depois que ela superou todo o processo de desenvolvimento, não durante o processo, a não ser por hipóteses” (COUTINHO, 2011, p. 148).

Todas as três categorias principais no estudo das relações sociais propostos por Gramsci são melhores detalhadas e subdividas em seus escritos. Cabe aqui apontar um breve resumo dessas subdivisões e detalhamento já que os mesmos são pontos chaves de análise do objeto e para compreensão de sua articulação com o tema proposto.

Para Gramsci, o primeiro momento ligado à base e as forças produtivas, é o que nos permite verificar as condições necessárias na sociedade à sua transformação, é o que pode ser medido com sistemas de ciências exatas ou físicas, algo independente da vontade do homem (GRAMSCI, 1976).

O segundo momento, que define os entendimentos de Gramsci sobre nossa categoria do objeto de estudo, as forças políticas, é subdivido em três espaços, ligados à consciência política e sua manifestação histórica. O primeiro deles, é o econômico-corporativo, calcado nas identidades e solidariedades em função dos cotidianos e dificuldades de uma categoria profissional e sua necessidade de organização. A segunda subdivisão, é ligada ao interesse mais coletivo, social e amplo, ligados a um grupo social e não meramente corporativo, porém ainda restritamente focado no campo econômico, reivindicando-se igualdades, porém nos marcos existentes. A terceira subdivisão, se dá quando os interesses corporativos e o círculo restrito econômico são superados, apontando uma unicidade não só de propósitos e identidade no campo econômico, mas também intelectual e moral, tornando-se também o interesse de outros grupos subordinados (GRAMSCI, 1976).

O terceiro momento é dedicado às forças militares, subdivide-se em dois graus que em geral se apresentam variando em combinações, sendo estes o técnico militar e o político militar, exemplificado pelo autor numa relação de combinação onde uma nação opera um domínio militar sobre outra nação que busca sua independência (GRAMSCI, 1976).

Esses três momentos gerais, que demarcam as correlações de forças, nos permitem sedimentar um caminho para o entendimento dos processos e disputas que se operam no seio do Estado ampliado. Gramsci resume a partir do segundo momento estrutural, o das forças políticas (cujo qual para o decorrer de nosso texto é o que terá relevância enquanto categoria do objeto estudado), as mediações das forças dominantes e subordinadas dentro dessas relações gerais de forças que abarcam a esfera das forças sociais.

O grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados; equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto, excluindo o interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 1976, p. 45).

2.1.4. O Conceito de Hegemonia em Gramsci

Nas discussões sobre o Estado na visão Gramsciniana, é elemento central de sua compreensão, a noção do conceito de Hegemonia e sua expressão dentro de uma visão contra hegemônica⁸ de sociedade. Para o nosso trabalho, assim como o conceito de forças políticas, o utilizamos como categoria do objeto do estudo, procurando estabelecer associações com este conceito que estiveram presentes nas 2ª e 3ª etapas formativas do curso técnico de ACS em Recife.

Sobre a hegemonia, este é um conceito exatamente usado em contraposição à ideia de dominação, trazendo a noção de poder enquanto atuante dentro das atividades culturais e ideológicas e não apenas pelo uso da força (TORTORELLA).

Sua estruturação enquanto conceito, é trazida juntamente à luz das formulações de Gramsci sobre o Estado, com o desenvolvimento capitalista, quando desenvolve a noção do Estado Ampliado (Estado compreendido como produto da sociedade política mais sociedade civil). “Gramsci percebe que na sociedade capitalista madura o Estado se ampliou e os problemas relativos ao poder complexificaram-se, fazendo emergir uma nova esfera que é a sociedade civil” (SIMIONATTO, 1997).

A compreensão do Estado Ampliado para Gramsci, se desenvolve à luz das observações que fazia acerca das diferenças do desenvolvimento da sociedade capitalista, principalmente no pós Primeira Guerra Mundial. Ele percebe que as sociedades estão se desenvolvendo apresentando dois tipos de formas econômicas sociais que ele descrevia como Oriente e Ocidente (COUTINHO, 2011).

As formações econômicas de tipo do Oriente, são que as que ainda desenvolvem um capitalismo tardio, onde o Estado é intrinsecamente o conjunto da sociedade política, a sociedade civil ainda é pequena e pouco estruturada. Já as formações econômicas Ocidentais expressam um desenvolvimento mais avançado do capitalismo, onde a sociedade política e a sociedade civil tem uma relação mais mediada, com um avanço e robustecimento da sociedade civil, com novas superestruturas políticas que se apresentam no desenvolvimento do capitalismo (COUTINHO, 2011).

⁸ “Neste caso contra hegemonia pode ser compreendida como a ação de uma determinada sociedade que tem como objetivo a derrubada de um determinado grupo social que tem o controle, ou seja, que possui hegemonia perante uma sociedade. Este novo modelo de sociedade que é colocado nestes termos tem que ser obrigatoriamente oposto ao modelo anterior, ao modelo hegemônico que se pretende derrubar. No caso do capitalismo, o socialismo” (PIRES ET. AL., 2012, p. 14).

É sobre estas formações do Ocidente, que perpassava no conjunto dos países da Europa Central e Ocidental, e diferente do tipo de formação do Estado que se observou na Rússia em sua Revolução no ano de 1917, que irá ser elaborada a noção do Estado de Gramsci, cujo qual o conceito de hegemonia será primordial no entendimento de sua proposta de ação para a transformação das relações dessa sociedade.

O conceito de hegemonia é centrado nesta noção das formações econômicas e se vincula diretamente à sociedade civil. Para Coutinho,

A sociedade civil gramsciana é formada pelo conjunto do que ele chamou de “aparelhos privados de hegemonia” e tem sua gênese nos processos de socialização da política, que foram ao mesmo tempo causa e efeito de uma crescente complexificação dos mecanismos de representação dos interesses e do mundo dos valores, complexificação que, em última instância, resultou por sua vez de uma maior estratificação social (COUTINHO, 2007, p. 247).

Na sociedade política, o poder se exerce via dominação e coerção, pelos “aparelhos repressivos do Estado, cujo controle é realizado pelas burocracias executiva e policial-militar”, já na sociedade civil, o poder é exercido pela direção política e construção de consenso, através dos aparelhos privados de hegemonia, que “possuem uma certa autonomia em relação à sociedade política”, sendo “uma esfera com estrutura e legalidade próprias, mediadora entre a estrutura econômica e o Estado-coerção” (SIMIONATTO, 1997).

Como lócus das relações da vida social, que permeiam diversas instituições e ideologias, a sociedade civil corresponde ao espaço de diversas contradições. No seu interior os grupos sociais disputam a hegemonia, enquanto arena de luta de classes, com a sociedade civil ao mesmo tempo sendo espaço de consenso ou contestação ao Estado, esfera de conservação dominante ou de possibilidades transformadoras. É dentro da sociedade civil que nas sociedades de formação econômica do Ocidente a classe dominante através do consentimento exerce seu poder (SIMIONATTO, 1997; COUTINHO, 2011; LIMA, 2012).

Fontes (2010) demonstra os caminhos da classe dominante para exercer sua adesão junto à classe dominada, apontando a sociedade civil, no bojo de sua imbricação com a sociedade política, expondo as duas vias de direção do convencimento, que partem tanto dos aparelhos privados de hegemonia para o interior da sociedade política e suas estruturas institucionais, como partem de dentro da sociedade política para a construção de sua direção imposta pela classe dominantes ao interior do conjunto da sociedade civil. Estas duas vias de exercício de consentimento da classe dominante, ocorrem sem o isolamento da sociedade civil da esfera da coerção, inserida na sociedade política, e estritamente conectada à esfera da estrutura e o mundo produtivo.

O vínculo entre sociedade civil e Estado explica como a dominação porjea em todos os espaços sociais, educando o consenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos e formulando, inclusive, as formas estatais da coerção aos renitentes (FONTES, 2010 p.136).

Sobre os aparelhos privados de hegemonia, estes aparecem no bojo da sociedade civil, buscando com sua face autônoma à sociedade política, estabelecer os consentimentos e posições ideológicas. Porém, sua face autônoma é limitada, dentro das disputas que a classe dominante opera por esses aparelhos e por sua dominação na sociedade política. Os aparelhos privados de hegemonia são então: “os agentes da hegemonia, os portadores materiais das ideologias que buscam consolidar apoios na sociedade civil, sejam para manter a dominação, seja para contrariar seus pressupostos” (MORAES, 2010).

Apesar dos aparelhos privados de hegemonia disputarem as proposições ideológicas no âmbito da sociedade civil, e sua atuação ser intrínseca à esfera das disputas na superestrutura, estes estão diretamente imbricados à esfera que regem à produção econômica e política. Por outro lado, ocorre que muitas vezes estão distanciados das disputas políticas e do conjunto da vida social, ainda que sejam os principais agentes difusores na esfera do poder e consentimento (FONTES, 2010).

Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas, entidades as mais diversas se implantam ou reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades que dela derivam. Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes descolados da organização econômico – política da vida social (FONTES, 2010, p. 133).

Assim, entendendo a hegemonia como a busca da direção política, do consentimento e do consenso, são os aparelhos privados de hegemonia, que operam estes processos no conjunto da sociedade, ainda que totalmente imbricados à lógica produtiva que sustenta a dominação da classe dominante (FONTES, 2010). “Em qualquer caso, os aparelhos de hegemonia atuam como difusores e sustentáculos de concepções particulares de mundo, que almejam legitimar-se na sociedade civil”, sendo parte das disputas de hegemonia que operam a classe dominante e atuando também como um potente difusor das aspirações das classes subalternas na luta por hegemonia (MORAES, 2010). “Em seu seio dá-se, mesmo que em escala reduzida, a mesma luta ideológica que se trava no conjunto da sociedade” (COSTA, 2012).

Como os aparelhos privados de hegemonia se expressam centralmente na superestrutura e no âmbito da cultura, é sob essa última que se encontrará parte central das

disputas de hegemonia. Para nós sua importância no conceito de hegemonia, se dá na leitura de que: “a elevação cultural das massas assume importância decisiva nesse processo, a fim de que possam libertar-se da pressão ideológica das velhas classes dirigentes e elevar-se à condição destas últimas” (SIMIONATTO, 1997).

Retomando as concepções sobre as formações econômicas do Oriente e Ocidente, temos que nas sociedades do Oriente a luta de classes e disputa pelo poder, se dá na tomada direta do espaço de dominação da sociedade política ao que Gramsci atribui o nome de guerra de movimento. Nas formações do Ocidente, (cujo qual podemos incluir a sociedade Brasileira) o poder é disputado na esfera da luta por hegemonia, sendo travado na esfera da sociedade civil, visando a conquista do consenso no que Gramsci chama de guerra de posição (COUTINHO, 2011).

Para Coutinho (2011, p. 28) “quando um país possui uma sociedade civil rica e pluralista, a obtenção da hegemonia deve preceder a tomada do poder, a classe revolucionária já deve ser dirigente antes de ser dominante”. Se entendemos que essa capacidade dirigente dentro da sociedade civil na obtenção do consenso passa pelo construção de um novo senso comum⁹ dentro das ideias e valores que regem o grupo social, temos que a discussão de cultura conforme já apontamos acima, se insere como ponto de centralidade nesta proposta de luta em que o sujeito que assume esta arena do processo de construção da hegemonia é o intelectual, cabendo a este “o papel essencial de agregação ou desagregação de uma relação de hegemonia” (COUTINHO, 2007, p. 74).

Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, mas nem todos expressam funções intelectuais na sociedade (GRAMSCI, 1988). Os intelectuais seriam aqueles que,

Contribuem para educar, para organizar, ou seja, para criar ou consolidar relações de hegemonia; por isso, para ele, são intelectuais (ou desempenham função intelectual todos os membros de um partido político, de um sindicato, de uma organização social (COUTINHO, 2010, p. 29).

⁹ “O senso comum é a Filosofia dos não filósofos: a concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nas quais se desenvolvem a individualidade moral do homem médio [...] seu traço fundamental e característico é de ser uma concepção desagregada, incoerente, adequada à posição social e cultural das multidões das quais ele é a Filosofia.

Caracteriza-se, em primeiro, lugar pela sua adesão a uma concepção de mundo elaborada fora dele próprio, que se realiza num conformismo e obediência naturalizantes. Há princípios e preceitos indemonstráveis e “não científicos”, funcionando no plano da crença e da fé; é um nome coletivo como religião. Não existe um único senso comum. É um produto, é um devinir histórico. A filosofia, de outro modo constitui-se a dimensão crítica, a superação da visão natural, coincide com o que Gramsci chama de bom senso.

O bom senso é uma espécie de núcleo presente em todo senso comum, ou seja, os elementos racionais, coerentes, orgânicos que apontam para uma concepção histórica e social do homem, fundado em uma certa dose de experiência e de observação direta da realidade. Mas este núcleo envolvido por concepções difusas, ideologias da classe dominante e por elementos culturais heteróclitos” (MARI, GRADE; 2012).

Dessa forma, ele distingue o grande intelectual responsável por criações de concepções que balizam os fundamentos da humanidade e também de outros intelectuais, os intelectuais orgânicos que nascem dentro de uma classe e a ela lutam pelo seu incremento, consciência e luta por hegemonia e os intelectuais tradicionais que atuam no âmbito das instituições capitalistas da sociedade, que se configura mediada pelas relações históricas do senso comum que a classe dominante exerce em sua hegemonia (COUTINHO, 2010).

É sob o intelectual orgânico, que edifica o papel central na construção de uma nova hegemonia e uma nova concepção de mundo, de uma nova cultura, cabendo a si agregar os sujeitos a essa visão universal e unitária, onde cabe a classe que busca hegemonia, não apenas criar seus próprios intelectuais orgânicos, mas também assimilar aqueles tradicionais” (COUTINHO, 2010, p. 30).

No partido político é que o intelectual orgânico solidifica sua função na construção da hegemonia, sendo seu lócus de atuação por excelência em sua função diretiva e educativa. Seu papel primordial, passa por sua atuação na elevação do nível de consciência do conjunto da classe que se vincula buscando a luta por hegemonia (COSTA, 2012). “Gramsci ressalta a função catártica do partido, ou seja, o seu papel na passagem do momento econômico corporativo ao momento ético político” (COUTINHO, 2011, p. 31).

O partido aparece para Gramsci especificamente centrado na sua função, atuando mais na compreensão de um intelectual coletivo visando a atuação na elevação do nível de consciência de classe do que se configurando em uma estrutura formal, cabendo não só as estruturas de partidos formais cumprir esse papel, mas também outras instituições (COUTINHO, 2011). É pelo partido, através dos intelectuais orgânicos agregando o conjunto da classe, que se empreende a luta por hegemonia (SIMIONATTO, 1997).

Logo, a luta por hegemonia passa intrinsecamente dentro da atuação do intelectual, inserindo-se no partido e agregando valores universais da classe, uma consciência ético política, impulsionando um surgimento de uma vontade coletiva que edifique um novo bloco histórico¹⁰.

¹⁰“Bloco Histórico é a articulação interna de uma situação histórica precisa. O Bloco Histórico é dividido em estrutura, conjunto das relações materiais e superestrutura, conjunto das relações ideológico-culturais. No seio do Bloco Histórico Estrutura e Superestrutura mantém uma relação orgânica e dialética representada pelos intelectuais” (COSTA, 2009, p. 29).

“A construção de um novo bloco histórico seria o resultado almejado pela classe ou classes que exercem hegemonia em processo histórico de transição” (GALASTRI, 2009, p. 01).

Este processo é descrito por Moraes,

A constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura ideológico- cultural. As formas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam de acordo com a natureza das forças que a exercem. Na perspectiva gramsciana, a hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico que articula e dá coesão a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma vontade coletiva (MORAES, 2010, p.02).

Ainda sobre a hegemonia, trazemos a noção do conceito de Revolução Passiva, situação que se expressa nos processos de luta por hegemonia onde há uma resposta da classe dominante às demandas das classes subalternas, sem que essas tenham edificado uma situação de tomada de hegemonia. Algumas reivindicações acabam sendo acolhidas pelo conjunto das classes dominantes, mediante mobilizações populares, mantendo a ordem social, mas provocando algumas mudanças nas situações encontradas na conjuntura que podem abrir novo processo de mudanças sociais, de maneira que há incorporação de intelectuais aos setores dominantes (COUTINHO, 2010; FONTES, 2010).

Finalizando, cabe compreender a importância de situar o conjunto das disputas travadas pelo poder e pela hegemonia no âmbito das correlações de forças (aqui entendendo as dinâmicas em que operam as forças sociais, políticas e militares). “A correta análise das relações de força indica que os fenômenos parciais da vida política e social, ao serem remetidos à totalidade, podem sugerir estratégias e táticas, tanto para manter a ordem vigente como para fortalecer a construção de uma contra hegemonia” (SIMIONATTO, 1997).

Assim, condensando as discussões do conceito de hegemonia no âmbito das várias categorias que configuram a estruturação deste conceito, temos em Costa uma importante definição.

A hegemonia seria a capacidade de um grupo social unificar em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe. O grupo ou classe que lidera este bloco é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos, para manter articuladas forças heterogêneas, numa ação essencialmente política, que impeça a irrupção dos contrastes existentes entre elas. Logo, a hegemonia é algo que se conquista por meio da direção política e do consenso e não mediante a coerção (COSTA, 2012).

2.2. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO TÉCNICA DO ACS: UM CAMPO EM DISPUTA

Nos caminhos a serem percorridos para o estudo da política de formação desta categoria, é importante delinear qual concepção de política estará sendo trabalhado. Nas aproximações teóricas sobre o tema feito por Gramsci, percebemos na discussão da pequena e

grande política um elemento de partida. Para Coutinho (2011) “a grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (COUTINHO, 2011, p.243).

É na categoria da grande política, que será desenvolvido os diversos cenários deste estudo. Para isso, seguindo o raciocínio Gramsciano, são importantes perguntas a se estruturar: 1. Quem são os sujeitos que têm interesses pela formação dos ACS? A Política de Formação dos ACS representa os interesses de quem? 2. Como os interesses contidos na Política de Formação dos ACS foram e têm sido representados? Que método foi utilizado? 3. Os motivos apresentados para a representação dos interesses são legitimados por quem? A fração dominante que detém o poder econômico e o controle de instituições de riqueza nacional é um dos sujeitos que tem interesses com a Formação dos ACS? Posicionou-se quanto a esta Política?

Antes de entramos diretamente na Política de Formação do ACS, é importante delimitarmos rapidamente como se estruturou a política de Educação profissional em Saúde no país, seu legado e concepção histórica dentro do processo sócio econômico da sociedade.

As bases das políticas educacionais contemporâneas se materializam no avançar da reestruturação produtiva, ocorrida em diferentes níveis e processos nos diversos países em escala mundial e no avançar do Neoliberalismo. A sociedade neoliberal é uma sociedade resultante de um somatório de indivíduos, dividida em estratos de acordo com a capacidade de consumo e não em classes sociais. A classe passa a ser uma variável medida por indicadores de posse e riqueza pessoal. A estratificação social é decorrente do mecanismo de livre concorrência e os indivíduos ganham o seu lugar na hierarquia segundo o critério de mérito (talento individual e capacidade de suportar privações iniciais e longos anos de escolaridade). A relação entre classes (antagonismo) transforma-se numa relação entre indivíduos (FRIGOTO, 2001).

É sobre este papel do Estado, que vai se estruturando a Teoria do Capital Humano, que já vinha se desenhando no período do Welfare State. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, a equipe norte-americana de Theodore Schultz elaborou a noção de capital humano, para dar explicação às contradições e limitações evidentes do capitalismo nesse período. Tal “teoria” (Capital Humano), lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia de 1979, sendo assim definido:

O capital humano é função da saúde, conhecimento e atitudes, comportamentos, hábitos, disciplina, ou seja, é a expressão de um conjunto de elementos adquiridos, produzidos e que, uma vez adquiridos, geram a ampliação da capacidade de trabalho e, portanto, de maior produtividade” (FRIGOTTO, 1997, p. 92).

Partindo das concepções neoliberais, e das relações sociais e de produção no capitalismo tardio¹¹, é que o ideário economicista na educação promove o surgimento de noções como a da sociedade do conhecimento, qualidade total¹², pedagogia das competências, empregabilidade, empreendedorismo e capital social, as quais claramente expressam a ideologia das relações sociais do capitalismo globalizado sob base técnico-científica. (FRIGOTTO, 2011).

Essas noções descritas acima, é que vão permear o conjunto das práticas e políticas educacionais contemporâneas, se construindo como bases institucionais dentro dos processos formativos. Estas concepções também vão se engendrando no campo da formação em saúde.

Neste campo, ainda que esse cenário tenha se reproduzido de modo estrutural e na prática a pedagogia das competências tenha se tornado o referencial dos currículos nas formações, esse processo se deu de forma diferenciada e aberto a maiores possibilidades de mediações e disputa a uma proposta contra hegemônica¹³ de educação (RAMOS, 2010).

O caminho da entrada da pedagogia das competências no campo da saúde é explicado por Ramos,

¹¹“O período em que a sociedade ocidental viveu após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, foi caracterizado como neocapitalismo ou Capitalismo Tardio. Ernest Mandel, economista marxista belga, foi um dos disseminadores da interpretação desta fase do capitalismo (que perduraria até hoje) desta forma. Nesta terceira fase do capitalismo, diferentemente do período Imperialista e monopolista, o capitalismo tardio era caracterizado pela “aceleração da inovação tecnológica” em proporções impressionantes, uma “economia de guerra permanente”, marca das disputas da Guerra Fria e o que Mandel chamou de “revolução colonial em expansão”, definido pela mudança no “centro de gravidade dos superlucros” dos países coloniais para os países imperialistas” (SILVA, 2012, p. 17).

¹² -Empregabilidade – “pode ser entendida como a capacidade do indivíduo manter-se ou reinserir-se no mercado de trabalho denotando a necessidade de o mesmo agrupar um conjunto de ingredientes que o torne capaz de competir com todos aqueles que disputam e lutam por emprego” (OLIVEIRA, 2006, p. 198).

-Capital social – “conjunto de elementos da organização social, encarnados em normas e redes de compromisso cívico, que constitui um pré-requisito para o desenvolvimento econômico assim como para um governo efetivo... Visa, portanto, a conservar as relações sociais capitalistas, construindo uma nova sociabilidade a partir da relação entre Estado e “sociedade civil” (MENDONÇA, PRONKO, NEVES, 2006, p. 81).

-Qualidade total - “trata-se de um modelo de administração implantado nas organizações empresariais visando ao alcance da qualidade e rentabilidade de seus produtos” (COSTA, 2012, p.5).

- Empreendedorismo - “empreendedores são pessoas cujas características fogem do princípio estático, imutável, ou seja, sempre estão buscando novas realizações. Eles quebram regras e provam que, com muita dedicação e empenho, é possível realizar muitos negócios que parecem sonhos” (RISSO, 2014, p.2).

¹³ “Denominam-se pedagogias contra hegemônicas aquelas orientações que não apenas não conseguiram se tornar dominantes, mas que buscam intencional e sistematicamente colocar a educação a serviço das forças que lutam para transformar a ordem vigente visando a instaurar uma nova forma de sociedade. Situam-se nesse âmbito as pedagogias socialistas, libertária, comunista, libertadora, histórico-crítica” (SAVIANI).

O que nos pareceu, inicialmente, como uma multiplicidade de referenciais epistemológicos, metodológicos e eticopolíticos que teriam orientado essas políticas, hoje se apresenta como uma unidade constituída em torno do pragmatismo e na micropolítica, tendo o princípio da integração ensino-serviço como o eixo estável dessa unidade. Esse princípio, cuja gênese na educação profissional em saúde no Brasil está na implantação do Projeto Larga Escala (anos 1980), foi, por um lado, reafirmado pelo Profae com a adoção da pedagogia das competências (anos 1990), que passou a orientar os projetos curriculares da formação técnica em saúde; e, por outro, ampliado para a integração ensino-serviço-gestão-controle social pela política de Educação Permanente em Saúde (anos 2000), política esta não exclusivamente de formação, mas também de gestão do processo de trabalho em saúde. (RAMOS, 2010, p. 35).

Assim, neste cenário e nessas contradições, é sob a ótica do currículo baseado nesta noção de competências, que vai se estruturar no período atual, os caminhos da Educação Profissional em Saúde no país, calcada junto às Escolas Técnicas em Saúde do SUS (ETSUS) e de forma mais específica à formação técnica do ACS, que acabou estruturando seu referencial curricular com esta pedagogia, articulando-se naquele momento dentro da política de Educação Permanente em Saúde, conceito trazido na década de 2000 para as políticas de formação em saúde.

Porém, é justamente no desenrolar dessa relação de entrada da pedagogia das competências, como referencial que norteou a formulação dos currículos na educação profissional em saúde, que podemos aprofundar as contradições inerentes a estes aspectos, visando encontrar elementos de mediação para possibilidades de disputa de currículos e propostas formativas emancipatórias e com base contra hegemônicas.

A educação profissional em saúde se caracterizou por uma concepção que buscava elementos críticos à sociedade na conjuntura, onde as referências iniciais da formação de técnicos em saúde partia também da crítica ao elitismo que marcava o processo educacional no país e que foi aprofundado com a lógica de dualidade da política de educação do Brasil que se enveredou por uma opção basicamente profissionalizante para os mais pobres e a classe trabalhadora em geral, e escola básica para uma elite (RAMOS, 2010).

Foi essa contradição, que as ETSUS enfrentaram em suas formações, onde mesmo utilizando o referencial das competências, buscava concepções pedagógicas progressistas influenciadas inclusive por Paulo Freire, porém centrando sua perspectiva de trabalho implicadas nos referenciais da micropolítica¹⁴. Estes referenciais, carecem de profundidade para assumir uma lógica crítica de transformação da realidade mais robusta, mas

¹⁴ Sobre a micropolítica aqui estamos nos referindo aos referenciais de Gastão Wagner e Emerson Merhy, trazidos pela política de Educação permanente, que trazem uma concepção de mudanças nas políticas de saúde, descoladas da totalidade, sobrevalorizando por demais as discussões de mudança de processo de trabalho e subestimando as relações sociais de produção (RAMOS, 2010).

dialeticamente, permitiram aos trabalhadores, discutir e conhecer sua prática de trabalho e fazer uma vinculação aos princípios do SUS, inseridos no conceito amplo de saúde (RAMOS, 2010).

Nas palavras da mesma, expondo uma das contradições das ET-SUS,

Trata-se da forte vinculação dessas escolas aos princípios do SUS, os quais expressam uma materialidade e um projeto social coerentes com a construção da politécnica como horizonte de formação que interessa à classe trabalhadora, e a não hegemonia dessa concepção nas escolas (RAMOS, 2010, p. 278).

Ramos (2010) aponta que a perspectiva que as ETSUS se depararam, foi elemento que abre espaço e caminhos para uma disputa de projetos contra hegemônicos neste campo. Da mesma maneira, a vinculação das ET-SUS como responsáveis pela Política de Formação dos ACS trazidas pelo Referencial Curricular Nacional de Formação Técnica dos mesmos, traz à formação técnica desta categoria essas mesmas possibilidades.

Juntamente à formação, a forma de ingresso dessa categoria enquanto profissional dentro do SUS, foram dois temas que andaram sempre como pautas casadas dentro das pactuações institucionais, e que se influenciaram mutuamente em suas negociações juntos aos entes, arenas de debates e disputas responsáveis pela mediação destas questões como política institucionalizada.

Com relação a estes processos, cabe destacar a centralidade que assumiram nessas discussões, que já vinham sendo travadas na década de 90 e com mais disposição enquanto agenda política no ano 2000, o movimento organizado dos ACS, o Ministério Público e a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) dentro do primeiro mandato do Governo Lula, mais especificamente entre os anos de 2003 e 2005, período em que se publicou o Referencial Curricular (MOROSINI, 2010).

Sobre esse quadro Morosini (2010) dá centralidade à organização desta categoria, em especial à capacidade de pactuação pelo tamanho numérico que vinham começando a assumir com a expansão da estratégia saúde da família.

Compreendo que os ACS destacaram-se deste grupo e se tornaram prioridade na agenda política da SGTES muito por força da luta organizada do movimento sindical desses trabalhadores e pela ação do Ministério Público do Trabalho. Não se pode negar que a força numérica desses trabalhadores e a capilaridade de sua ação junto à população são dois aspectos que tornam suas reivindicações bastante fortes, mesmo que nem todos os ACS tenham percebido isso ainda, como alertou Tereza Ramos, em aula proferida na EPSJV/Fiocruz, em outubro de 2008. (MOROSINI, 2010, p. 105).

Voltando especificamente à política de formação, foi a partir de documentos já apresentados no final da década de 90 e com o processo de discussão com diversos segmentos, conduzidos pela SGTES/MS, que se configurou institucionalmente a Política de

Formação dos ACS, centrada numa concepção profissionalizante, apontando a elevação de escolaridade, com a carga horária de 1.200 horas, materializadas no seu aspecto político pedagógico no Referencial Curricular Nacional do ACS publicado no ano de 2005 e em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação Profissional, conforme a Resolução CNE nº 04/1999 (MOROSINI, 2010).

Assim segundo o Referencial, o curso se divide em três etapas, apresentadas abaixo, resumidamente com suas competências previstas,

Etapa I – formação inicial: contextualização, aproximação e dimensionamento do problema. O perfil social do técnico agente comunitário de saúde e seu papel no âmbito da equipe multiprofissional da rede básica do SUS – carga horária 400 horas.

Etapa II – desenvolvimento de competências no âmbito da promoção da saúde e prevenção de doenças, dirigidas a indivíduos, grupos específicos e doenças prevalentes – carga horária 600 horas.

Etapa III – desenvolvimento de competências no âmbito da promoção, prevenção e monitoramento das situações de risco ambiental e sanitário – carga horária 200 horas. (BRASIL, 2004, p. 21).

O Referencial Curricular, apresenta em seu conteúdo os diversos âmbitos de atuação do ACS e as competências que lhes são correspondentes, englobando ainda as dimensões ligadas a essas habilidades: o saber fazer, saber ser e o saber conhecer. Essas se coadunam com as formulações mais atuais ligadas à pedagogia das competências naquele momento e que posteriormente se materializaram nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Profissional no ano de 2010, centrada na palavra “CHAVE”, sigla que irá reunir componentes das competências (conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções) também encontradas no Referencial Curricular Nacional de Formação dos ACS (MOROSINI, 2010, RAMOS, 2010).

Sobre os componentes das competências, Ramos assinala,

Os componentes da competência podem ser descritos também como o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber conviver. A competência existiria quando esses saberes são mobilizados e articulados para a resolução de problemas no campo de atuação profissional. A competência visaria ao desempenho eficiente e eficaz e este, segundo o parecer, é o que verdadeiramente pode ser utilizado para aferir e avaliar essas competências profissionais. Por isso, a avaliação em situações de ensino e aprendizagem deveria ser procedida com base em indicadores de desempenho e parâmetros claramente definidos pelos docentes (RAMOS; CIAVATTA, 2012 p. 22).

Com a proposta do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde, e através do seu Referencial Curricular Nacional elaborado em 2004, o que pudemos visualizar é que apesar de toda lógica centrada na pedagogia das competências, esta apresenta um escopo de atuação bastante amplo, que apesar de induzirem o perfil de um profissional mais próximo de um

agente prescritivo e focalizado nas políticas neoliberais, projeta um patamar de disputa na construção do seu currículo e nas suas formulações locais nos municípios, o que contraditoriamente, abre espaços à construção de projetos de formação com características contra hegemônicas à do próprio perfil de competências apresentado.

Conforme veremos no próximo item deste trabalho, hegemonicamente, o ACS no Brasil, a partir da década de 90, período de início de sua institucionalização a nível nacional, tem no conjunto de suas práticas e atribuições do seu trabalho, bem como na sua inserção dentro das políticas de saúde e na atenção básica, influências ligadas ao campo das formulações trazidas pelo Banco Mundial às políticas de saúde. Estas influências começam a aparecer desde a década de 70 (e mais fortemente a partir da década 90), e já apontava elementos de um trabalho comunitário e as propostas de formação prescritivas para estes trabalhadores, conforme demonstramos em um trecho de um importante documento do Banco Mundial de 1975 (RIZZOTO, 2012).

Tais trabalhadores, receberiam um tipo de formação elementar e simplificado, suficiente para executarem atividades de prevenção, cuidados materno-infantis, planejamento familiar e orientações voltadas para o ambiente. [...]. Poderiam ser realizadas em etapas, por meio de capacitação ou treinamento em serviço. O acesso ao conhecimento mais complexo seria progressivo, servindo como recompensa aos êxitos alcançados nas atividades elementares. Para os trabalhadores de saúde com base na comunidade é provável que a melhor maneira de receber treinamento seja por etapas (RIZZOTO, 2012, p. 118 e p. 120).

Logo, essa influência hegemônica das políticas neoliberais, expressada aqui sob a face do Banco Mundial, inseridas tanto na sua relação com a pedagogia das competências, como na influência hegemônica que exerce sobre as atribuições deste profissional, sofrerá forte contraponto por diversos sujeitos no âmbito das disputas pelas principais características que compreenderão sua proposta de formação.

Com isso, percebemos que diversos sujeitos atuaram, disputaram e disputam a política de formação dos ACS, trazendo à tona elementos plurais de possibilidades aos sentidos e caminhos para esta formação, e anteriormente ainda, inclusive na disputa para que a mesma não ocorra de forma efetiva, fato hoje preponderante na ampla maioria dos municípios do país.

O horizonte de proposta formativa que embasa a discussão de nossos trabalho, enquanto parte dos sujeitos que atuam nessa disputa, se orienta neste contraponto às perspectivas neoliberais que marcam este quadro, impulsionando sujeitos que disputem a viabilização da formação técnica completa da categoria, buscando a construção e

materialização de projetos curriculares com características pedagógicas e de concepção de sociedade em contraposição às que o neoliberalismo impõe aos ACS e à classe trabalhadora.

Assim, em contraposição ao modelo de ACS proposto pelo Banco Mundial, compreendemos que a formação deste profissional deve incorporar elementos que ultrapassem a esfera biomédica dominante, para uma compreensão de saúde ordenada pela dimensão da determinação social, conduzindo este profissional ao resgate de sua origem enquanto articulador do direito à saúde dentro de uma comunidade.

Desta forma, uma proposta formativa para esta categoria deve considerar além dos elementos cotidianos que os ACS fazem dentro das Ações Programáticas em Saúde na Estratégia Saúde da Família e que referenciam todo o seu trabalho, as possibilidades de atuação destes trabalhadores dentro dos territórios com processos de articulações e lutas nos mesmos, entendendo ao mesmo tempo as limitações de uma proposta formativa na conformação dos sujeitos, principalmente às ligadas a políticas gerenciada no âmbito do aparelho do Estado.

É na sua relação, enquanto trabalhador inserido no SUS, que também encontramos importante fonte ontológica e histórica que aproxima esta discussão de um dos caminhos da educação profissional em saúde a partir das ETSUS e que se possibilite abrir espaço para construção de uma proposta alternativa à neoliberal, temática já apontada dentro deste trabalho e que também nos possibilitará outros tipos de mediações e análises, o que podemos ver na passagem abaixo:

Os ACS trabalham na ponta das contradições do sistema de saúde hoje e as políticas que são dirigidas a esses trabalhadores, tanto no plano da formação quanto da gestão, sofrem os efeitos dessas contradições. Para se avaliar as vitórias e perdas sofridas no processo de formulação da política de formação dos ACS e os limites que hoje lhe são dados, não podemos esquecer o caráter contraditório que atravessam as questões da formação e do trabalho do ACS no SUS (MOROSINI, 2010, p. 134).

O Referencial Curricular Nacional e a Política Nacional de Formação do ACS, em sua materialização nos municípios, produziram diversos projetos com concepções distintas sobre sua intencionalidade pedagógica e sobre que tipo de profissional e sua relação enquanto trabalhador de saúde se dispararia através dessa formação.

Acreditamos, pelo perfil das formações disparados pelas ETSUS acerca deste trabalhador, que mantenham uma centralidade mais ligada a currículos e projetos de formação que reproduzam a lógica ligado ao perfil de ACS das políticas neoliberais, ainda que também incluam no seu interior possíveis concepções mais progressistas de formação.

Com base nestes documentos norteadores, e a diversidade do perfil de competências do Referencial, destacamos que é possível construir projetos curriculares progressistas, centrados em uma pedagogia emancipatória e contra hegemônica, permitindo sua adequação de acordo com necessidades específicas e contexto loco regional, o que abre caminho importante a ser ocupado por sujeitos que historicamente já disputam essa formação e os que tendem a se engajar neste processo.

Para Morosini, acerca dessa questão,

Encontra-se, assim, em aberto o futuro da política de formação do ACS, que se mantém em disputa e cuja correlação de forças tem obtido resultados diferenciados no plano estadual sem, contudo, alterar a política no plano nacional. O “Referencial Curricular para Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde” continua valendo como diretriz política, mas permanece inviabilizado pela falta de investimento de recursos financeiros para a sua completa implementação, salvo os locais que prescindem desses recursos e nos quais o projeto político de formação técnica para os ACS tem prevalecido (MOROSINI, 2010, p.134).

Essas disputas se deram, e são passíveis de compreender, na estruturação dos currículos e na prática pedagógica, quando analisamos os currículos e projetos de formação dos cursos técnicos de ACS de Recife e do Rio de Janeiro, e possivelmente nas primeiras etapas formativas de algumas outras localidades, onde, mesmo com o Referencial Curricular Nacional induzindo uma formação que reproduz diversos elementos da pedagogia das competências, constituiu-se um currículo com perspectivas formativas contra hegemônicas centrado na perspectiva da Politecnicia¹⁵, incorporando elementos da concepção de formação sistematizada por Paulo Freire e fazendo a conexão com o SUS, ponte de contradição primordial nesta política para a disputa de um processo formativo contra hegemônico.

Como pressuposto pedagógico, que aglutine o conjunto de intencionalidades contrapostas à lógica neoliberal de formação, visualizamos na concepção de Politecnicia a portadora de melhores possibilidades na condução dos processos formativos dessa categoria, por trabalhar de forma mais articulada os elementos históricos que conformam a práxis de um trabalhador. Sendo assim, apontamos as bases de um projeto de formação em saúde centrado na concepção de Politecnicia.

¹⁵ Politecnicia, literalmente, significaria múltiplas técnicas, multiplicidade de técnicas, e daí o risco de se entender esse conceito de politecnicia como a totalidade das diferentes técnicas fragmentadas, autonomamente consideradas. Para Saviani (1989) a ideia de politecnicia envolve a articulação entre trabalho intelectual e trabalho manual e envolve uma formação a partir do próprio trabalho social, que desenvolve os fundamentos, os princípios, que estão na base da organização do trabalho na nossa sociedade e que, portanto, nos permitem compreender o seu funcionamento. Trata-se da organização do processo de trabalho real, porque a politecnicia supõe a articulação entre o trabalho manual e o intelectual. Isto será organizado de modo a que se possibilite a assimilação não apenas teórica, mas também prática, dos princípios científicos que estão na base da organização moderna (SAVIANI, 1989).

Além disso, não sendo a saúde somente ausência de doença, mas a plena existência com qualidade de vida, todas as dimensões da realidade social são determinantes de tais condições. Portanto, uma educação politécnica em saúde implicaria proporcionar aos sujeitos a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, sócio históricos e culturais que levam à desigualdade dos sujeitos diante das suas condições de vida e aos direitos humanos. Por isso, necessariamente, seria uma educação não restrita ao processo de trabalho em saúde, mas, ao contrário, alargada ao processo de produção da vida que se dá no âmbito da realidade assim determinada (RAMOS, 2010 p. 281).

2.3. CONCEPÇÕES E CAMINHOS HISTÓRICOS QUE ATRAVESSAM A CONFORMAÇÃO DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Para o entendimento do nosso sujeito de estudo, o ACS, trazemos a importância de situa-lo dentro das principais conjunturas históricas que julgamos ser as principais influências no delineamento das concepções e atribuições práticas que moldaram este profissional no campo da saúde.

As discussões sobre um trabalhador do tipo comunitário, com uma formação mais básica e com uma lógica de formação aligeirada, já apareciam nas formulações governamentais e discussões sobre a saúde e os trabalhadores necessários para organização de sua Rede desde a década de 60 conforme documento da III Conferência Nacional de Saúde realizada em 1963 (VIEIRA, ET. AL., 2011).

Na década de 70, ocorre um processo de reestruturação do capitalismo e um desmonte da política do Estado de Bem-Estar Social que vigorava nos países desenvolvidos até então. O avanço desta conjuntura traz a necessidade do Estado reestruturar sua formatação econômica e encontra no neoliberalismo, a concepção hegemônica dessa reestruturação.

No Neoliberalismo, o papel do Estado é garantir dentro dos diversos arcabouços políticos e legais a livre mobilidade do capital entre setores, regiões e países. O Estado tem a missão gerencial, e não garantidora de direitos sociais, de expandir e impulsionar as diversas manifestações e facetas do mercado, removendo todas as barreiras ao livre comércio. Para isso o Estado impõe ou inventa sistemas de mercado, organiza arranjos institucionais e quando necessário utiliza o monopólio dos meios de violência para preservar o funcionamento dos seus preceitos de sociedade (HARVEY, 2008).

Nesse contexto de entrada do neoliberalismo, que já vinha se dando em alguns países inclusive na América Latina (ainda que no Brasil sua entrada mais efetiva tenha se dado posteriormente, ao final da década de 80), o processo de desmonte do Bem-Estar social

encontra resistências e questionamentos que perduram na Sociedade e num conjunto importante de instituições, num momento que ainda vivíamos resquícios da Guerra Fria.

Assim se dá a Conferência de Alma Ata em 1978 na União Soviética, promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que abordou a temática dos Cuidados Primários à Saúde e desenhou diretrizes para o conjunto dos países, acerca da implantação de uma rede de atenção primária à saúde, bem como esboça a necessidade da incorporação nesta rede do que eles já denominam de Agentes Comunitários de Saúde:

Baseiam-se, aos níveis local e de encaminhamento, nos que trabalham no campo da saúde, inclusive médicos, enfermeiras, parteiras, auxiliares e agentes comunitários, conforme seja necessário, convenientemente treinados para trabalhar, social e tecnicamente, ao lado da equipe de saúde e para responder às necessidades expressas da saúde da comunidade (DECLARAÇÃO DE ALMA – ATA, 1978).

As ideias de Alma- Ata, bem como a luta encampada pelo Movimento da Reforma Sanitária no Brasil, vão influenciar diretamente no conjunto das concepções que vão pautar o campo da saúde neste período, observadas com ênfase a partir das proposições da VII e VIII Conferências Nacionais de Saúde (CNS) ocorridas em 1980 e 1986, respectivamente, e que consolidaram um amplo avanço nas pautas da transformação do modelo e das políticas de saúde vigentes, na ampliação do conceito de saúde e nas diretrizes gerais do Sistema Único de Saúde, o SUS (CHINELLI, ET AL., 2011).

Neste processo, já se fazia presente com formulação e força política, vários agentes de saúde, que desde a década de 60 já vinham se organizando, seja como articulações e movimentos, seja como fruto de uma política pública. Na VIII CNS, “vários agentes de saúde tiveram participação ativa nesse evento, alguns inclusive como delegados representantes dos seus estados” (CHINELLI, ET AL. 2011, p. 68).

Voltando a este processo de origem e institucionalização do ACS nas agendas das políticas de saúde do país, esse processo pode ser descrito,

A institucionalização dos agentes de saúde tem início na década de 1970, em diversas regiões do país, por meio da incorporação ao sistema de saúde de trabalhadores voluntários ou de praticantes leigos interessados em contribuir com ações sociais para ajudar a população, principalmente as camadas mais pobres, que não contribuía para a previdência social e que, portanto, não tinham acesso aos serviços públicos de saúde. Alguns voluntários eram militantes políticos e/ou lideranças locais vinculadas a instituições religiosas que prestavam atendimento na área da saúde, tais como a Pastoral da Criança e as dioceses. Ao menos no caso de Pernambuco, a origem desses agentes está relacionada à luta contra a pobreza e por melhores condições de vida, em um contexto de resistência ao autoritarismo do regime militar que teve em dom Hélder Câmara uma de suas principais lideranças (CHINELLI ET AL, 2011, p. 66).

Esse processo de origem e institucionalização do ACS foi se estruturando com forte marca do Movimento Popular de Saúde (MOPS), que se organizava em comunidades, nas cidades onde muitos trabalhadores atuavam, numa rede visando enfrentamento de problemas de saúde a nível local, porém com discussão estruturante dos mesmos, englobando estudantes, profissionais, usuários, partidos políticos e militantes das pastorais religiosas (CHINELLI, ET AL., 2011).

Posteriormente, com o crescimento dos Agentes de Saúde a nível nacional, ocorre a fundação da Associação Nacional de Agentes de Saúde (ANAS) que começa um processo de descolamento do MOPS, visando a unificação das diversas origens de surgimento do profissional da categoria, sinalizando um início de organização conjunta com pautas mais sindicais e forte mobilização política destes agentes pela sua institucionalização a nível nacional (CHINELLI, ET AL., 2011).

A ANAS participa ativamente da VIII CNS, disputa suas políticas no espaço e consegue importante vitória, conseguindo na incorporação do texto da Conferência a responsabilidade do Estado na remuneração desses Agentes, cujo vocábulo no próprio relatório, delimita como agente popular em saúde e atribui ao seu escopo de atuação a educação em saúde e os cuidados, fator central que favorece a delimitação de um agente com atribuições mais ligadas à lutas e organização popular (CHINELLI, ET AL., 2011).

Porém, com a entrada de maneira mais abrupta do neoliberalismo no país, no início da década de 90, vemos o processo de Institucionalização do ACS, caminhar sendo incorporado pelo conjunto de formulações políticas focalizadas que começavam a surgir, em contraposição aos marcos e concepções que pautaram as discussões sobre o papel deste trabalhador que vigoravam até o período da VIII Conferência Nacional de Saúde.

Assim, de forma sucinta podemos resumir como se deu este processo.

É no âmbito dessas políticas restritivas que se observa o crescimento da atenção primária seletiva nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, em detrimento da atenção primária mais abrangente proposta em Alma-Ata. A atenção primária seletiva implicava um pacote limitado de serviços de baixa complexidade para a população empobrecida e configurava o que muitos denominaram de uma “política pobre para os pobres”. É nesse contexto que ocorre o processo de institucionalização dos agentes de saúde, com a criação, em 1991, do Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde (Pnacs), que, no ano seguinte, passou a se chamar Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) (CHINELLI ET AL, 2011, p. 46).

Logo, com o advento do Programa de Saúde da Família em 1994, os ACS passam a ser incorporados a esse programa e começam a operar neste espaço o conjunto de formulações políticas calcadas num pacote mínimo de intervenções, na contramão da proposta mais abrangente de saúde e atenção primária.

Com isso,

Cabe destacar que o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, criado com o objetivo de reorganizar a prática da atenção primária à saúde, pode ser considerado, sobretudo a partir de 1994, quando passa a integrar o Programa Saúde da Família (PSF), um bom exemplo da incorporação das propostas do Banco Mundial (CHINELLI ET AL, 2011 p. 50).

Este movimento, se dá desde o final dos anos 80, onde essa investida, ocorre não só aos ACS, mas ao conjunto dos trabalhadores ligados a práticas de saúde com componentes culturais de autogestão do cuidado e solidariedade, como parteiras e benzedadeiras, que sofrem dessa investida de políticas públicas no momento de avanço do neoliberalismo (MOROSINI 2010).

Sob uma ótica focalizadora, leva-se o conjunto de atribuições e sentido solidário presentes neste trabalhador comunitário, ao perfil social do ACS na Estratégia Saúde da Família, num movimento implicado na modelação construída pelas políticas neoliberais em incorporar no ACS sua lógica de mediador e elo entre o Estado e comunidade (MOROSINI 2010).

Dessa forma,

[...] quando essas qualidades foram incorporadas como parte de uma estratégia em uma política pública de saúde, como base do perfil social do trabalhador-mediador entre a comunidade e o Estado, alguma subtração parece ter sido feita. Subtraiu-se o conflito, a luta social de caráter coletivo e um horizonte mais ampliado de transformações que compunham vários movimentos populares na área da saúde. Assim, incluídos como base para pontes ou elos, alguns atributos presentes nesses movimentos, entre eles a solidariedade, acabam destituídos de seu traço mais potente de transformação (MOROSINI, 2010, p. 179).

Neste patamar, institucionalmente no Brasil, a lógica de política de saúde advinda dos documentos do Banco Mundial acabou se tornando hegemônica, e subsidiou toda a forma como esta categoria foi se institucionalizando enquanto Política Pública a partir do início dos anos 90. Isso configurou em um profissional estritamente ligado ao Sistema Único de Saúde, carregado de toda lógica focalizadora e do pacote de serviços básicos de saúde prescritos neste cenário.

Assim, de forma resumida, podemos historicamente situar os Agentes Comunitários de Saúde sobre três conjunturas, como mediações históricas que atravessam a conformação deste sujeito político e que ajudam a sintetizar seus caminhos de formulação dentro das agendas das políticas de saúde.

- Um primeiro tipo de ACS, formulado a partir da Conferência de Alma Ata em 1979, que o apontava para um perfil de trabalhador comunitário, dentro de um campo de um cenário de política de saúde mais próximo das políticas de Bem-Estar Social.

- Um segundo tipo de ACS, este que institucionalmente norteou na década de 90 a implantação das políticas neoliberais na área da saúde, centrado nos documentos do Banco Mundial, e que hegemonizou a prática deste trabalhador dentro da sua inserção na Estratégia Saúde da Família.
- Um terceiro tipo de ACS, estruturado a partir das experiências com Agentes Populares de Saúde ligados ao Movimento Popular de Saúde, que desembocaram enquanto sujeito ativo político e que se encontra melhor estruturado dentro das formulações da VIII Conferência Nacional e Saúde e numa compreensão de transformação das relações de poder do Estado.

Logicamente, outras conjunturas, contextos e políticas incidem sobre a conformação do trabalho do ACS. Porém é nessas três conjunturas históricas e em sua totalidade, que se conectam elementos centrais nas concepções que vão permear as diferentes defesas sobre as atribuições e intencionalidades a serem defendidas para o escopo do trabalho deste profissional. São conjunturas que trazem conformações diretas com a totalidade do Estado, das políticas de saúde e principalmente expressam os projetos de fundo que disputam as relações de hegemonia do Estado capitalista.

Aqui nesta pesquisa, a conectaremos diversas vezes a vários elementos das particularidades que perpassam as discussões, e será compreendida tanto no ponto de partida, quanto no ponto de chegada das conclusões que foram tiradas.

3. CAPÍTULO II - NOTAS METODOLÓGICAS

O presente trabalho se caracteriza por uma pesquisa qualitativa, descritiva, organizada a partir da perspectiva teórica do materialismo histórico dialético, por meio de análises de documentos oficiais e de registros pessoais, acerca do período vivido na coordenação do curso e de entrevistas com perguntas semiestruturadas junto à sujeitos chaves na elaboração da 2ª e 3ª etapa do curso Técnico de ACS realizado em Recife nos anos de 2011 e 2012.

Para o seu desenvolvimento, primeiramente foram levantados documentos oficiais, documentos não oficiais (mas que sustentavam pactuações internas dos sujeitos e instituições operantes do curso), notícias de mídia sobre o curso realizado, bem como as anotações e memórias individuais dos momentos que precederam a construção da 2ª e 3ª etapas e de todos os que sucederam após o seu início até sua finalização.

De posse destes materiais, com sua análise preliminar, e a partir do acúmulo das discussões travadas no período da coordenação do curso, foram compostos os principais eixos que norteariam a elaboração do referencial teórico desta pesquisa e identificadas previamente quatro forças políticas atuantes nas disputas que se travaram para a realização desta formação.

A partir dessa detecção das forças políticas, foram mapeados os principais sujeitos e as Instituições que operaram disputas dentro do processo de luta pela realização do curso. Após o mapeamento desses sujeitos, delimitamos a quais iriam ser aplicadas as entrevistas, procurando garantir que pelo menos um sujeito ligado à cada uma das forças políticas reconhecidas fossem entrevistados e distinguindo os que mais influenciaram as disputas ocorridas dentro do processo.

Constatados os sujeitos ao qual se aplicariam as entrevistas semiestruturadas, foi elaborado um questionário de perguntas (APÊNDICE B) visando captar através dessas questões explicativas aos processos políticos que permearam a formulação, construção e realização do curso, as concepções dos sujeitos acerca do profissional ACS, e as concepções sobre a formação desses trabalhadores. Essas questões a que se buscavam alcançar com as perguntas, foram definidas posteriormente como as categorias de análise desta pesquisa.

Ao conjunto de perguntas do questionário, foi pré-definido o sentido que se queria apreender de cada uma delas, tanto em sua aplicação, como para posterior análise dos resultados das entrevistas transcritas (APÊNDICE C).

Dessa forma, foram realizadas sete entrevistas. As entrevistas foram conduzidas pelo autor deste trabalho, posteriormente transcritas pelo mesmo, através do áudio gravado,

também em sua posse. Estes sujeitos a que foram submetidas as entrevistas, aparecerão com trechos de recortes de falas ao longo do trabalho com o código de Entrevistados, com a numeração de 1 a 7, correspondente a cada um destes sujeitos.

Diferentemente do planejado, não conseguimos entrevistar a Diretora da Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE) na época de realização da formação, pela dificuldade em estabelecer contato com a mesma, sendo esta substituída pela entrevista de uma técnica da ESPPE que atuou diretamente na realização da formação.

Os sujeitos entrevistados por essa pesquisa foram:

- Coordenador pedagógico do curso, quadro técnico da DGGTES da Secretaria Municipal de Saúde do Recife, no período estudado (Entrevistado 1);
- Professor da Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças (FENSG) da Universidade de Pernambuco (UPE) que atuou na coordenação pedagógica do curso (Entrevistado 2);
- Um Quadro técnico da Escola de Saúde Pública de Pernambuco que atuou na organização do curso (Entrevistado 3);
- Gerente de Atenção Básica (GAB) da SMS do Recife, no período de realização da formação (Entrevistado 4);
- Diretora Geral de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (DGGTES) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Recife; no período de realização do curso (Entrevistado 5);
- Representante do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde (SINDACS) na comissão pedagógica do curso (Entrevistado 6);
- Presidente do SINDACS (Entrevistado 7).

Para análise das entrevistas, foi utilizada como base a técnica de análise de conteúdo, a partir do referencial de Bardin, que se baseia numa sistematizado de técnicas visando obter correlações e “descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1979, p. 74).

Dessa forma, utilizando-se do conteúdo das entrevistas, sistematizamos as categorias de análise em um quadro (Quadro 1) de correspondência a cada uma dessas três categorias (processos políticos, ACS como sujeito social, formação humana e profissional) juntamente

às forças políticas que previamente identificamos, onde questões chaves (pertinentes aos trechos das falas, aproximando-se da noção das Unidades de Registros), foram alocadas, conforme explicaremos adiante.

Sobre as Unidades de Registro, ao qual utilizamos como referência,

(...) trata-se de uma unidade de segmentação ou de recorte, a partir da qual se faz a segmentação do conjunto do texto para análise. Essa unidade pode ser definida por uma palavra, uma frase, um parágrafo do texto; ou ainda o segmento de texto que contém uma assertiva completa sobre o objeto em estudo, seja ele frase, parágrafo ou parte de frase ou parágrafo; o minuto de gravação, o centímetro da notícia de jornal, ou outras (OLIVEIRA 2008, p. 571).

Em nossa investigação, utilizamos de Bardin, apenas aproximações sobre o seu método de análise de conteúdo, não trabalhamos com as nomenclaturas que a mesma utiliza na definição de suas categorias. Logo, sobre as Unidades de Registro e seu formato de distribuição em tabelas acerca de questões chaves apreendidas, serão usadas apenas como guia, cuja denominação de nosso procedimento de análise de resultados será explicitada a seguir.

Optamos primeiramente por captar de cada pergunta dos entrevistados, questões chaves e pertinentes aos objetivos do trabalho. Construímos um quadro de análise para cada pergunta que recebeu as principais questões chaves trazidas por cada um dos sete entrevistados. As questões chaves foram alocadas vinculadas à força política que identificamos ser portadora dessa questão.

Algumas questões chaves evidenciadas em uma determinada pergunta, correspondiam a ideias de outra pergunta realizada e foram alocadas no quadro de análise à pergunta que julgamos ser proveniente dessa questão.

Apesar de previamente mapearmos os sujeitos e suas ligações à uma determinada força política, algumas questões chaves captadas nas perguntas de cada sujeito, por vezes não correspondiam à força política que mapeamos sua ligação, sendo alocada então como questão chave da força política que identificamos ter correspondência.

Por algumas vezes, identificamos também, que determinada questão chave captada na pergunta específica de determinado sujeito, expressavam tendências ligadas à mais de uma força política, sendo alocadas então no quadro de análise, como questões das forças políticas que julgamos estar implicada.

Todas as questões chaves correspondentes às perguntas, foram alocadas no quadro de análise da pergunta em que foi captada, ou no quadro a que julgamos ter mais pertinência essa questão, juntamente à força política correspondente, especificada à qual entrevistado foi

captada tal questão. O quadro, demonstra um exemplo de como foi trabalhada esse quadro de análise descrito em cada pergunta.

QUADRO1 - EXEMPLO DE QUADRO DE ANÁLISE DAS QUESTÕES CHAVES EXTRAÍDAS DE CADA ENTREVISTA

QUESTÕES CHAVES	
PERGUNTA 11: RELAÇÕES COM MODELOS ASSISTENCIAIS	
FORÇAS POLÍTICAS	CATEGORIA DE ANÁLISE: ACS COMO SUJEITO SOCIAL
TÉCNICO	Gerencialista X Político e Burocrático [ENTREVISTADO – 1] Higienismo/Sanitarismo [ENTREVISTADO – 2] ACS Parte Integrante de Modelos Alternativos (em defesa da vida) [ENTREVISTADO – 4], [ENTREVISTADO – 5] Trabalhador ligado a um Modelo Alternativo (promoção à saúde) trabalhando num modelo hegemônico [ENTREVISTADO – 5]
ÉTICO-POLÍTICO	ACS em contradição com o modelo [ENTREVISTADO – 1] Gerencialista e Burocrático X Político [ENTREVISTADO – 1]
ECONÔMICO CORPORATIVO	Se adequa a todos os modelos [ENTREVISTADO – 6]
CONSERVADOR	Gerencialista e Burocrático X Político [ENTREVISTADO – 1] Complementação mecânica do trabalho de outro profissional [ENTREVISTADO – 2] Integralidade a assistência à saúde X Higienismo/Sanitarismo e complementação mecânica do trabalho de outro profissional [ENTREVISTADO – 2] Visão genérica subordinada a qualquer modelo [ENTREVISTADO - 3] ACS precarizado refém do gestor [ENTREVISTADO – 6]

Após o preenchimento dos vinte quadros de análises das questões chaves implicadas às forças políticas mapeadas no curso, referente a cada uma das perguntas do questionário, passamos à definição de quais questões teriam centralidade para compreensão dos objetivos do estudo. Para isso, nos baseamos no acúmulo da vivência na coordenação da formação, bem como nas questões que apareciam com maior frequência nos quadros de análise trabalhados.

Assim, identificamos nestes quadros de análise as que julgamos ter maior pertinência conforme os critérios acima, e alocamos juntos aos eixos previamente formulados para a realização das entrevistas, sendo estes eixos em geral apenas o resumo da intencionalidade das perguntas realizadas, conforme descrição seguinte (APÊNDICE C).

- **Categoria processos Políticos** – Motivação/ influências, Relação com outras políticas, Interlocuções, Embate, Pactuações, Estratégias, Problemas e dificuldades.
- **Categoria ACS como sujeito social** - Quem é/ Identidade, Relação com modelos assistenciais, Papel na divisão do trabalho, Papel na comunidade, Complexidade do trabalho, Sentido da formação.
- **Categoria Formação Humana e Profissional** - Motivação, Referencial teórico Organização do trabalho (processos e relação), Tipos de ACS.

Dessa forma, construímos para cada um dos eixos as questões mais centrais expressadas pelas forças políticas, cuja qual, usamos como base para a apresentação de nossos resultados nos capítulos III e IV conforme podemos ver no (APÊNDICE I). Destacamos aqui que a última pergunta do questionário apesar de ter sido categorizada conforme os caminhos descritos acima, não foi utilizada como base de exposição no capítulo VI dentro de nenhum eixo, por denotarmos que não trouxe questões que expressassem centralidade dentro das categorias que analisamos.

De uma forma geral, a análise documental e a experiência da vivência na coordenação do curso balizaram principalmente a reconstrução histórica da formação técnica dos ACS em Recife e a identificação prévia das forças políticas operantes no interior do período da formação estudada. As entrevistas, apesar de contribuírem com uma parte da reconstrução histórica, balizaram principalmente o conjunto da expressão das forças políticas, suas relações, movimentos e concepções, desvelando as relações de hegemonia que se deram na particularidade dessa formação.

Aqui cabe um importante apontamento metodológico. Apesar das forças políticas terem sido previamente identificadas antes do processo de aplicação das entrevistas, o

processo de análise das falas dos entrevistados, sua categorização e identificação de questões-chaves, operaram uma mudança na formulação que fazíamos destas anteriormente, nos levando a apresentá-las no capítulo IV completamente imbricadas às formulações de forças políticas de Gramsci, diferentemente da leitura que tínhamos dessas forças antes das entrevistas realizadas.

Assim, nossa trajetória metodológica compreendeu a definição das categorias do método (totalidade, mediação, historicidade e contradição), das categorias do objeto (forças políticas e hegemonia), categorias de análise (processos políticos, ACS como sujeito social, formação humana e profissional); análise documental e a construção do referencial teórico desta pesquisa, a identificação das forças políticas a definição do questionário de perguntas e do quadro de análises, a aplicação das entrevistas, a análise destas e sua categorização, e a construção do desvelamento dos processos de hegemonia e a ressignificação das forças políticas operantes no curso.

A reconstrução histórica das 2ª e 3ª etapas formativas, foram efetivadas com a análise documental e com contribuição das entrevistas e o referencial teórico esteve em construção permanente no nosso itinerário, iniciando nosso processo de investigação e o finalizando a partir das categorias trabalhadas com os achados da pesquisa.

Com relação às questões éticas, o estudo atende aos princípios éticos da pesquisa com seres humanos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde em conformidade com as resoluções nº. 196/96 e nº. 466/2012.

Todos os participantes das entrevistas foram informados dos objetivos da pesquisa, e sua participação facultativa foi firmada mediante assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), ficando estabelecido que possa haver desistência se desejarem, em qualquer fase da pesquisa, garantindo-lhes sigilo absoluto da identificação dos mesmos.

O projeto foi encaminhado e aprovado junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), e posteriormente recebendo anuência da Secretaria Municipal de Saúde do Recife para sua execução.

No que se refere aos riscos, dado que não se trata de uma pesquisa de intervenção, foram tomadas todas as medidas para se evitar a exposição e constrangimento dos sujeitos participantes, bem como os dados dos processos vividos no interior da realização do curso em posse da Coordenação do mesmo, não trarão prejuízos à Instituição proponente da formação a Prefeitura da Cidade do Recife.

4. CAPÍTULO III – HISTORICIDADE E LUTA PELA FORMAÇÃO TÉCNICA DOS ACS: A 2ª E 3ª ETAPAS FORMATIVAS DE RECIFE E OS CAMINHOS DE SUA MATERIALIZAÇÃO

4.1. PROCESSO HISTÓRICO E 1ª ETAPA FORMATIVA EM RECIFE

O processo de formação e qualificação dos trabalhadores ACS em Recife tem uma trajetória recheada de peculiaridades, disputas e consonâncias com os movimentos nacionais de institucionalização dessa categoria, que tem a regulamentação de sua formação, se não a principal, mas uma das mais centrais pautas reivindicadas neste caminho.

Foi com essa relação, e nas trajetórias de lutas da categoria vividas no município, que o ACS de Recife percorreu primeiro, antes da regulamentação da formação técnica, um emaranhado de processos formativos fragmentados, desde o início das trajetórias dos primeiros agentes não institucionalizados, posteriormente com a sua inserção no PACS até a regulamentação do Referencial Nacional Curricular da Formação Técnica da categoria lançado em 2004.

Essa situação é destacada por Melo,

Nos três primeiros anos do PACS, no Recife, os cursos introdutórios faziam parte do processo seletivo, com cerca de três meses de duração, desclassificando os que não fossem aprovados. Entre os anos de 1995 e 1999-2000, através da Secretaria Estadual de Saúde e do seu Centro Formador, foram realizados muitos cursos para todos os municípios, financiados pelo chamado Projeto Nordeste II, indo desde os cursos introdutórios com 40 horas até os cursos de Auxiliar de Enfermagem Comunitário, passando por cursos referentes às políticas específicas como: Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) para ACS, saúde da mulher, tuberculose e hanseníase, dentre tantos outros (MELO, 2014, p. 52).

Com a eleição em 2001, do novo prefeito em Recife, cuja gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) se estenderia até 2012 (ano de finalização da 2ª e 3ª etapa formativas), possibilitou-se uma importante abertura acerca de todo processo de profissionalização e institucionalização da categoria dos ACS, num movimento similar ao que começava a se induzir a nível nacional e avançaria de forma mais efetiva a partir de 2003, com a nova gestão presidencial também petista.

Nesta conjuntura, o cenário nacional avançava também conjuntamente nas discussões acerca da formação técnica dos ACS, tendo traços mais efetivos no ano de 2004 com a publicação do Referencial Nacional de Formação Técnica dos ACS. Este alinhamento municipal e Federal é mostrado por Melo.

É possível perceber até aqui que o contexto local de Recife e o contexto nacional se relacionam no âmbito das políticas de gestão do trabalho e educação na saúde assim como no âmbito das lutas jurídicas e parlamentares dos ACS que são travadas local e nacionalmente na busca de direitos (MELO, 2014, p. 78).

Assim, coadunando com essa abertura institucional na gestão e impulsionado pelas movimentações nacionais de institucionalização da categoria e luta pela regulamentação de sua formação, a 1ª etapa formativa ganha corpo no município de Recife no ano de 2005 e materializa-se a partir do ano de 2006, em consonância com a realização dos demais municípios a nível nacional, sendo impulsionada pelo Ministério da Saúde. Porém, isto ocorreu com fortes intencionalidades da gestão municipal, pautada na efetivação deste trabalhador e na luta posterior da garantia de seu vínculo estatutário.

A 1ª etapa formativa em Recife teve início no dia 6 de fevereiro de 2006, e o término de suas atividades no dia 28 de dezembro deste mesmo ano. Juntamente à formação técnica, se construía também o processo de efetivação dos ACS, buscando angariar registros históricos dos processos seletivos das categorias nos períodos anteriores a 2005 (MELO, 2014; RECIFE, 2006).

O curso se inicia com financiamento federal e com a gestão municipal de Recife optando por realizar 600 horas de formação, divididas em momentos de concentração e dispersão, dentro de três unidades didáticas no seu currículo, conforme descrito abaixo, utilizando-se o Referencial Curricular Nacional de Formação Técnica como base e compilando assuntos referentes à 1ª e 2ª etapas formativas apontadas por este documento (RECIFE 2006).

- ❖ **I unidade** – Perfil Sócio Demográfico da População e Papel Social do ACS no PACS/PSF - carga horária de 80 horas concentração e 20h de dispersão.
- ❖ **II unidade** – Promoção e Educação Popular em Saúde junto às Famílias e Comunidades - carga horária de 80 horas concentração e 20h de dispersão.
- ❖ **III unidade** – Papel do ACS no PACS/PSF em relação às Políticas Específicas de Saúde - carga horária de 240 horas concentração e 160h de dispersão.

O referencial pedagógico trabalhado foi centrado na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, apoiando-se nos princípios da Educação Popular e da Educação Permanente (RECIFE, 2006).

O projeto realizado por Recife contou com a certificação da Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco (ETESPPE)¹⁶. Porém, apesar da certificação desta, o projeto pedagógico e a grade curricular de Recife foram construídos à parte pela Secretaria Municipal de Saúde do Recife (SMS-Recife), pois o projeto da ETESPPE não se adequava às suas intenções formativas, o que obviamente não deixou de ocorrer com tensionamentos, no qual, além da construção de um novo Referencial Curricular, levou também à confecção de apostilas e material pedagógico próprios pela SMS de Recife (RECIFE, 2006).

As aulas foram oferecidas descentralizadamente, em locais articulados pelos Distritos Sanitários próximos às comunidades que residiam e trabalhavam a maioria dos ACS de cada uma das turmas do curso. Foram formadas 67 turmas, com cerca de 1.800 ACS inscritos, com números entre 18 a 24 ACS por turma formada. As aulas ocorreram no horário de trabalho dos ACS no turno da tarde, com agendas de trabalho flexíveis de acordo com as demandas e realidade de cada turma e Unidade de Saúde (RECIFE, 2006).

Para realização desta formação, foi composta uma equipe com a maior parte dos papéis de gerenciamento municipal cabendo à Diretoria Geral de Gestão do Trabalho (DGGT) da SMS Recife e centralmente sua Gerência Operacional de Educação Permanente em Saúde. A Equipe composta era formada por: um supervisor municipal, uma assessora pedagógica, seis supervisores distritais, oito coordenadores distritais e dois coordenadores administrativos de nível central além de um ACS de cada distrito e da entidade representativa da categoria (RECIFE, 2006).

Os docentes do curso foram profissionais da rede de saúde, em sua grande maioria os próprios enfermeiros das Unidades em que os ACS trabalhavam, tendo também alguns profissionais médicos e odontólogos atuado como docentes do curso. Todos tiveram um processo de capacitação construído e pactuado para ocorrer de forma permanente dentro do caminhar das Unidades formativas realizadas. A supervisão das dispersões era feita pelos profissionais de enfermagem no local de trabalho (RECIFE, 2006).

Das atividades realizadas na 1ª etapa em Recife, destacamos aqui a centralidade na Educação popular, o que no caso do currículo executado, além de ter sido utilizada transversalmente em toda formação, contou com uma Unidade específica com essa temática. Isto favorecia também às intencionalidades da gestão na época de impulsionar o ACS com um papel protagonista de educador popular dentro das equipes de saúde da família.

¹⁶ No ano de 2008 a ETESPE passa a se chamar ESPPE.

Com relação ao financiamento, apesar de ter sido viabilizada verba federal, o curso demandou investimentos feitos pelo município e uma série de dificuldades mediante atrasos, e pactuações contínuas a serem realizadas no trajeto formativo, bem como dificuldades relacionadas às modalidades de pagamento (MELO, 2014).

Com o não financiamento das outras etapas e não avanço dessa pauta dentro das instâncias federais, a 1ª etapa de Recife não encontra continuidade para a formação técnica nos anos seguintes. Os ACS concluintes do curso conseguiram um Atestado de Conclusão do Curso de Formação Inicial, expedido pela ETESPPE, e praticamente todos os que compareceram efetivamente ao número mínimo de aulas estipulados pela Instituição certificadora receberam o certificado.

Aqui, porém, uma questão importante de se apontar acerca da continuidade do curso, é a fragilidade encontrada nos acervos e memórias sobre este processo ocorrido em 2006. Muitas das questões e registros trabalhados em sala de aula e nos momentos anteriores e posteriores ao curso não se encontravam à disposição no interior da DGGT nem em nenhum arquivo oficial da SMS Recife e ou da ETESPPE. Ainda sobre essa fragilidade das questões da memória do curso, foi observada uma série de não registros realizados e pendências com relação às informações oficiais das turmas concluídas, o que impôs uma série de dificuldades para continuidade dessa formação nos anos posteriores, como veremos no próximo item.

Com o fim da 1ª etapa em Recife e na grande parcela dos municípios brasileiros, e a decisão do não financiamento já previsto com o andamento do curso, das próximas etapas formativas tanto a nível federal como estadual, estancou a continuidade de formação destes trabalhadores na quase totalidade dos municípios do Brasil. Em Recife, este impasse no financiamento se estende até o ano de 2010, como veremos posteriormente.

A continuidade da formação técnica dos ACS ficava submetida aos seguintes questionamentos:

“Porque eles só tinham tido a primeira etapa? Que dificuldade é essa? Porque a Secretaria de Saúde não podia pagar a 2ª e 3ª etapa? Porque o Ministério da Saúde não podia subsidiar? (ENTREVISTADO - 2).

4.2. A 2ª E 3ª ETAPAS FORMATIVAS E A MATERIALIZAÇÃO DOS ACS COMO TÉCNICOS EM RECIFE

Como continuidade à 1ª etapa de formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde realizada em 2006, a Secretaria Municipal de Saúde do Recife, reassume de forma mais

enfática apenas no ano de 2010, as discussões sobre a realização da 2ª e 3ª etapas formativas da formação técnica dos ACS.

No hiato do período do fim da formação em 2006 até este momento em 2010, a representação sindical desta categoria não deixa de pautar a necessidade de continuação da formação nas instâncias de negociação com a gestão municipal.

Algumas tentativas de reconstrução desta pauta foram delineadas neste período que antecede o ano de 2010. Destaca-se a formulação de duas propostas de cursos que contabilizariam nos registros para certificação na carga horária da segunda etapa formativa do técnico de ACS. Uma delas foi a proposta de formação trazida centralmente pela Gerência de Atenção Básica (GAB) do município com participação da Diretoria Geral de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde¹⁷ (DGGTES) também do município, sobre realizar uma formação dos ACS em módulo de 100 horas com temas sobre processo de trabalho, território, planejamento. Outra foi uma proposta elaborada visando uma formação integrada dos ACS com os ASACE com carga horária semelhante a anterior.

Destaca-se neste período, que apesar destes desenhos, nenhuma destas propostas segue adiante para realização, sendo ainda importante apontar que ambas apenas esboçavam uma retomada, com uma visão fragmentada, de uma formação com uma carga horária completamente inferior ao que se necessitava para a formação técnica completa e deslocada do itinerário formativo da 1ª etapa. É de importância ainda a ressaltar, que as duas propostas levantadas necessitariam posteriormente de um processo de pactuação formal para contabilização como parte da carga horária do que seria a 2ª etapa formativa do curso.

Neste cenário, o processo de retomada da formação, apesar das tentativas apontadas acima, começou a delinear possibilidades mais concretas apenas com um certo acirramento da categoria dos ACS com a gestão municipal, e a concretude de uma conjuntura municipal favorável dentro da mesma, para o desafio de finalizar a formação técnica da categoria dentro do município. Este cenário é revelado na fala:

a gente pautou nas negociações durante 4 anos seguidos a conclusão do CTACS, já havíamos feito a primeira parte, e todo ano consecutivamente minha função no sindicato era justamente essa, minha função era de secretário de formação e prática sindical, então tudo que diz respeito a formação era de minha responsabilidade, por isso eu fazia questão de que toda pauta entregue a PCR, nós tínhamos isso como meta, a formação, a conclusão do curso técnico, porque entendemos que a formação técnica nos daria benefícios, além da questão do conhecimento que é o

¹⁷ A antiga Diretoria Geral de Gestão do Trabalho (DGGT), passa no ano de 2010 a ser denominada de Diretoria Geral de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, influenciada pelas discussões no âmbito das políticas dessa área que impulsiona dentro das Secretarias de Saúde essa incorporação dentro da Gestão do Trabalho da a Educação na Saúde.

maior benefício que há, mas também ferramentas pra nós trabalharmos junto às comunidades, então o que acontece é que nós pleiteamos durante quatro anos, e chegamos num momento onde tudo convergia, o cenário político e nós dissemos ou sai o curso técnico, ou a gente não abre mão ou a gente vai entrar em greve, (ENTREVISTADO - 6).

Assim, configura-se o ano de 2010 nesta conjuntura localizada acima, com o contexto de um diálogo mais efetivo para esse processo de retomada da formação, porém ainda sem concretudes mais efetivas da gestão municipal em estruturar toda dinâmica para operacionalização de uma proposta com a carga horária total restante a ser feita pela categoria.

Desta forma, o ano é fechado com uma nova retomada de proposta da SMS- Recife, através da DGGTES, que esboçava um processo formativo a ser operacionalizado para 2011, aproveitando-se os esqueletos dos conteúdos da proposta de 100 horas trazidas anteriormente, como primeira parte de realização do curso. Comprometeu-se, assim, a construir o conteúdo da carga horária restante e operacionalizar sua realização ao longo de 2011.

Nesta proposta, a SMS de Recife avançava em algumas agendas e articulações importantes para a posterior materialização da 2ª e 3ª etapas formativas, mas centralmente, ainda, para além das questões financeiras (o cenário de não financiamento Federal e Estadual se mantinha o mesmo), esbarrava-se num grande entrave, que era a não disponibilidade da Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE), instituição certificadora da primeira etapa do curso em 2006, em participar desse processo de retomada da formação técnica para Recife.

Essa proposta, esboçada no fim de 2010, avançava para uma costura de formação com uma possível nova instituição certificadora do curso. Neste caso, foram feitas discussões internas na DGGTES sobre essas possibilidades e pensadas algumas escolas que poderiam realizar tal parceria.

O esboço do que se avançou até o fechamento do ano apontava, mediante conversas realizadas com a instituição, para uma parceria de certificação com a Escola Almirante Soares Dutra (EASD)¹⁸ e desenhava também um esboço de parceria com a Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças da Universidade de Pernambuco (FENSG-UPE) numa possível colaboração pedagógica.

¹⁸ A Escola Almirante Soares Dutra é uma Escola Técnica Estadual da rede ETE, gerenciada pelo Governo Estadual de Pernambuco, oferecendo uma diversidade de cursos técnicos. Tem parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde do Recife, junto aos processos de integração ensino e serviço, onde insere diversos estudantes nos serviços de saúde do município como campo de prática. Um dos cursos com certificação para realização é o Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde, oferecido a pessoas que trabalham ou que não trabalham como ACS.

Este processo, realizado mais centralmente ao fim de 2010, merece destaque aqui, por ter sido de fato um importante disparador do que viria a ser a 2ª e 3ª etapas em Recife. Incutiu-se, no cotidiano de trabalho da DGGTES, a continuidade da formação técnica dos ACS, como política a ser estruturada e iniciada em 2011, já inserida como pauta de reuniões internas na Diretoria desde o início do próprio ano que viria a começar.

As agendas costuradas até este momento avançaram em alguns esboços do que deveria ser a estrutura e logística do curso e muitos dos seus entraves, porém caminhava ainda numa dinâmica centralmente interna da DGGTES, sem discussão maior com outros entes internos da gestão municipal e com a própria categoria que desconhecia mais efetivamente esses movimentos realizados. Esta continuava, através de sua representação sindical, pressionando a SMS de Recife pelo atendimento de sua pauta.

É no avanço de articulações realizadas pela DGGTES no início do ano de 2011, que o processo caminha até o mês de março, acontecendo costuras internas dentro da gestão municipal. Houve alinhamento entre a DGGTES e GAB, a decisão política da SMS em realmente disparar o processo, conversas com o sindicato de ACS e mudanças ocorridas na Direção da ESPPE que já ao fim deste mês se colocava disposta a entrar como instituição certificadora da realização do complemento do curso técnico dos ACS.

Esta mudança de posição da ESPPE, é explicada por Melo,

A Escola de Saúde Pública de Pernambuco, por sua vez, só passou a ser uma possibilidade de co-responsável pela execução da II e III etapa do curso dos ACS, a partir da mudança ocorrida na gestão da escola após as eleições para governador do estado em outubro de 2010. Sucedeu naquele momento a reeleição do governador Eduardo Campos (PSB), porém um novo secretário de saúde assumiu a pasta, realizando mudanças na sua estrutura organizacional. Uma nova pessoa assumiu naquele momento a Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, assim como a Escola de Saúde Pública de Pernambuco, viabilizando as negociações para que o curso fosse realizado em co-gestão com o ente estadual (MELO, 2014, p. 106).

Com estes elementos em convergência, é chamada pela DGGTES no dia 04/04/2011, uma primeira reunião oficial para discussão da realização da 2ª e 3ª etapas formativas. Essa reunião, envolvendo a DGGTES, GAB, FENSG, uma técnica representando os Distritos Sanitários e um trabalhador não ACS indicado por um membro da direção do Sindicato dos ACS e ASACE de Pernambuco (que se incorporou por um breve período à equipe de construção do curso dentro da DGGTES), disparou os primeiros encaminhamentos efetivos para delimitação do que viria ser a agenda de construção da 2ª e 3ª etapas formativas e suas atribuições.

Foi a partir dessa reunião, que se iniciou de fato uma dinâmica formal de articulações entre as instituições, envolvendo os primeiros esboços de construção do que seriam os papéis, tarefas e formulações acerca da 2ª e 3ª etapas em Recife.

Desta forma, constituiu-se: uma Comissão de estruturação política do curso com sua composição e formato iguais aos da reunião ocorrida no dia 04 de abril, incorporando-se em seguida a representação da ESPPE e do Sindicato dos ACS e ASACE de Pernambuco (SINDACS); e uma comissão pedagógica, inicialmente formada pela FENSG (na figura de dois professores), a DGGTES, a representante Distrital da reunião do dia 4 de abril, um ACS envolvido com discussões sobre formação profissional no território (escolhido pela DGGTES) e um profissional sanitarista que havia participado da 1ª etapa do curso em 2006, que no decorrer do processo incorporou-se na coordenação do curso. Posteriormente, nessa comissão pedagógica, foi incorporada a GAB e o SINDACS sendo a ESPPE convidada permanente do espaço.

Foram essas duas Comissões, a pedagógica, discutindo e formulando as diretrizes pedagógicas e o formato de aulas do curso; e a de estruturação política, alinhando as pactuações necessárias entre as instituições, bem como as disposições logísticas e estruturais para realização da formação, que nortearam os trabalhos sobre o curso por cerca de dois meses entre abril até junho de 2011.

Cabe aqui destacar, que a partir da criação dessas Comissões, operou-se uma dinâmica de trabalho acerca da formação técnica dentro da DGGTES, a qual envolveu reuniões internas dentro da mesma, bem como reuniões bilaterais da DGGTES com outros entes e instituições envolvidas com a operacionalização do curso, inclusive reuniões com a ESPPE, com a GAB, com o Gabinete do Secretário Municipal; e reuniões de um já embrião do que se estruturaria a coordenação geral do curso, cuja qual dedicava esforços dentro da DGGTES em criar as condições necessárias para efetivação desta demanda, que se deparava com sérias dificuldades internas, dentre as quais se destacava neste momento os registros da 1ª etapa realizada em 2006 que encontravam diversas pendências junto à SMS Recife e a ESPPE, sejam eles relacionados ao projeto político pedagógico do curso e sua certificação, sejam aos registros das turmas e alunos participantes e concluintes do mesmo.

Até junho do ano de 2011, foram cerca de 5 reuniões realizadas por cada Comissão (pedagógica e de estruturação política), além de várias reuniões internas da DGGTES visando a estruturação da formação. Assim, já com a DGGTES à frente do processo, com a dinâmica dessas duas comissões em andamento e com um embrião de coordenação de curso

funcionando dentro da DGGTES, foi configurado o primeiro projeto do curso (maio de 2011) com a primeira matriz pedagógica, os primeiros esboços dos conteúdos, orçamentos, referencial pedagógico e cronograma de execução.

Este primeiro projeto se estruturava com a centralidade na pedagogia histórico crítica de Dermeval Saviani, juntamente com o referencial de Paulo Freire e a pedagogia do oprimido, trazendo a seguinte matriz pedagógica (Figura 1), que com o decorrer do processo e discussões no interior das comissões, acabou sendo reconfigurada.

MATRIZ DO MÉTODO PEDAGÓGICO

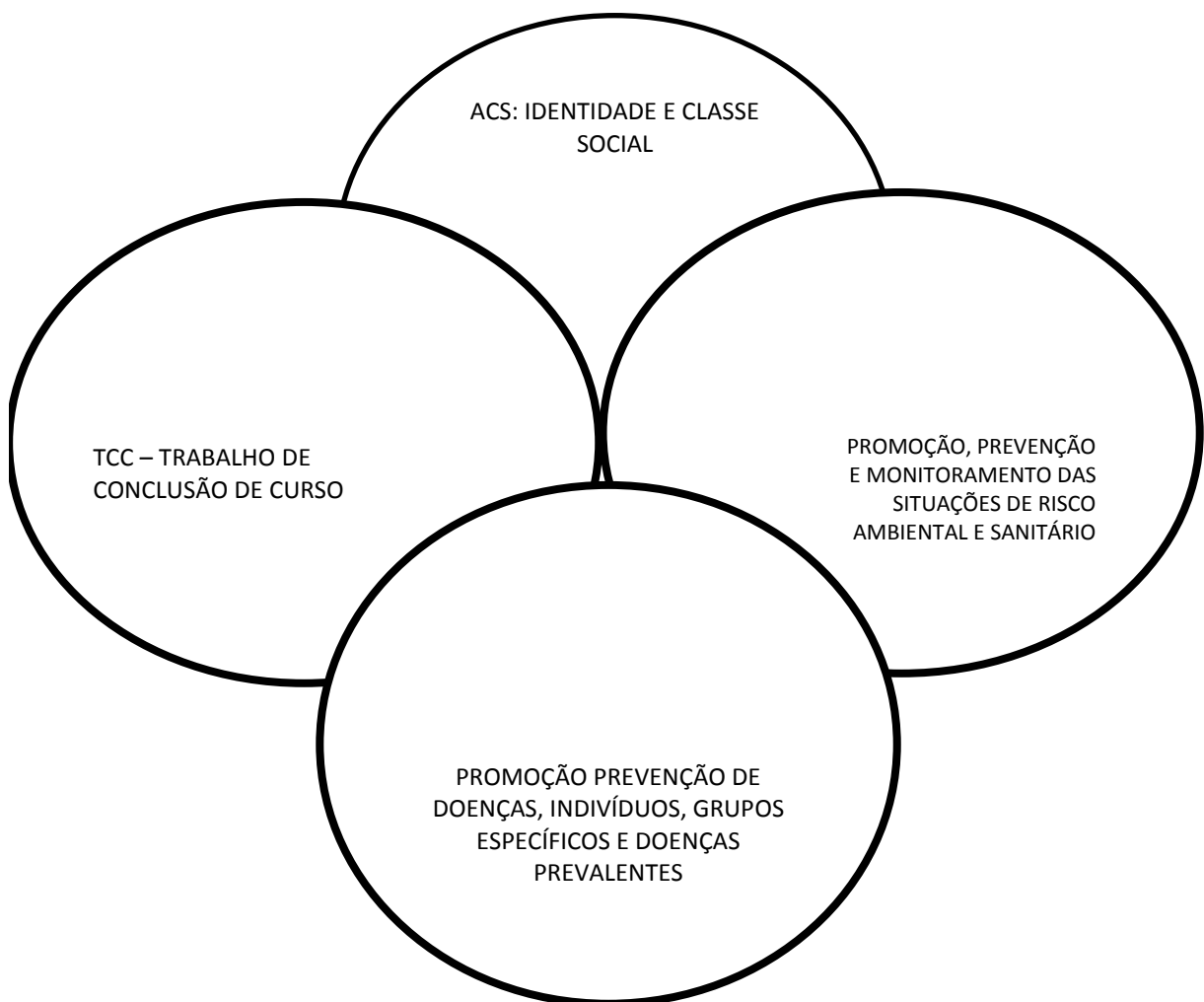


Figura 1 – Primeira matriz pedagógica da 2ª e 3ª etapas CTACS – Recife
Fonte: Registros Pessoais

O projeto apresentava algumas características do esqueleto do que se configurou a estrutura do curso efetivamente realizado, dentre os quais podemos citar: a designação de apoiadores pedagógicos e administrativos, as Oficinas como conteúdo curricular do curso, dentre outras questões.

Consideramos a aprovação desse primeiro projeto do curso (ainda que a efetivação da 2ª e 3ª etapas tenha sido realizada com base num outro projeto formatado) como um marco fundamental para sua concretização. Foi a partir deste projeto discutido nas Comissões, com aprovação dos principais entes e gestores, que a proposta se tornou concreta, com valores, cronogramas, conteúdos e intencionalidades formativas.

Dois detalhes são importantes ressaltar. Primeiramente, apesar do alto orçamento (neste primeiro projeto chegava perto dos dois milhões de reais, porém o custo ao final da formação ultrapassou os três milhões), a gestão municipal, na figura do gabinete do Secretário Municipal de Saúde, se comprometia nas instâncias do curso com sua viabilização financeira.

O outro detalhe, é que todas as pactuações acerca do conteúdo do curso vinham se dando com anuência da ESPPE; porém de fato, até este momento de formulação do curso, com registros nas atas de reuniões dessas comissões, não havia sido apresentado em definitivo o projeto político pedagógico aprovado em 2006 (que estruturava todo o Referencial curricular da formação técnica a ser realizada), nem sua matriz de conteúdos, nem como haviam sido registrados os conteúdos da 1ª etapa do curso junto à Secretaria Estadual de Educação.

...começou a planejar o curso sem ter a certeza, isso por conta de que algumas pessoas, as informações que não vieram de forma correta, as informações, que é muito importante a gente quando vai começar um processo, principalmente um processo pedagógico, todo curso que vai ser executado, a gente tem que se guiar por um projeto que existe dentro da escola, dentro da secretaria de educação que é aprovado, mas eu acho que isso aí foi um dos maiores problemas que foi superado. (ENTREVISTADO - 3).

Um ponto importante, ainda sobre a formulação da formação técnica, de sua matriz e centralidade pedagógica, se deu com a Oficina de Construção do Projeto Pedagógico do Curso, realizada em 06/06/2011, com a presença dos membros que participavam das referidas Comissões do curso, tendo como convidada a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), que compareceu, dada sua experiência institucional até aquela data na realização de uma turma da 2ª e 3ª etapas na cidade do Rio de Janeiro, com a incumbência de apresentar o projeto e os referenciais pedagógicos que executa na formação dos ACS naquela cidade, bem

como para apreciação da EPSJV sobre o esboço do primeiro projeto da 2ª e 3ª etapas, construído até aquele momento pelas comissões do curso de Recife (LIMA, 2011).

Esta oficina, contribuiu com a potencialização do referencial pedagógico que se apresentava no projeto de formação de Recife, trabalhado pela comissão pedagógica, e com a legitimação da necessidade e das possibilidades de realização da 2ª e 3ª etapas formativas dentro do panorama nacional desenhado, cujo projeto estruturado até ali pelas instâncias que Recife havia construído, era julgado de enorme potencial de realização pelos sujeitos e instituições presentes no espaço.

O projeto pedagógico foi muito nessa linha, a gente convocou o pessoal da Joaquim Venâncio pra nos dar o norte, porque eles já tinham o curso propriamente dito, pra que a gente pudesse a partir do norte vindo da Joaquim Venâncio, o apoio do pessoal da FIOCRUZ, nós pudéssemos ter o rumo que a gente queria definir até, porque a gente tinha um grupo capaz de construir, mas definir o rumo que a gente queria, então a gente fez o workshop com o pessoal da Joaquim Venâncio (ENTREVISTADO - 6).

Foi após esse processo de realização da oficina, no início do mês de junho de 2011, que o curso entrou num patamar de decisão política mais consolidada para sua realização. As duas instâncias em funcionamento (Comissão Pedagógica e Comissão de estruturação política) viram surgir um novo espaço: o Colegiado de Gestão Municipal, formado centralmente pela DGGTES e GAB que junto com a comissão pedagógica concentrou boa parte dos esforços acerca da construção do curso nos meses de junho e julho.

Neste período, foi estruturado o organograma do curso (Figura 2), o qual foi oficializado nas três comissões já em andamento, o que levou também à concretização oficial de uma coordenação do curso dentro da DGGTES, alocada no organograma com o nome de Supervisão Central. Esta Supervisão Central era composta de um coordenador geral do curso, um coordenador pedagógico, uma secretária geral, um apoiador administrativo e um apoiador técnico. As atribuições dentro da supervisão central seguem segundo Recife (2011, p. 26).

- ❖ **Coordenação Geral** - Gerenciar a equipe administrativa e pedagógica do curso a nível central e distrital; acompanhar o processo de construção das estratégias pedagógicas e técnicas do curso; adotar providências no sentido da viabilidade operacional do curso.
- ❖ **Coordenação Pedagógica** - Elaborar, em conjunto com equipe técnica, a matriz de competências do curso; assessorar a formação e acompanhar os docentes e apoiadores pedagógicos; promover atividades formativas, do ponto de vista pedagógico, durante o desenvolvimento do curso; assessorar a elaboração dos materiais didáticos para o

curso; elaborar instrumentos de avaliação do estudante; acompanhar e orientar, de forma permanente, estudantes e docentes quanto ao processo de ensino-aprendizagem.

- ❖ **Secretaria Escolar** - auxiliar estudantes e docentes na resolução de questões administrativas do curso, auxiliar no processo de matrícula e certificação.

Junto à mesma, se alocava a Secretaria Acadêmica dentro da ESPPE, sendo apenas por ela gerenciada, que começava a se estruturar dentro dessa Instituição para proceder todos os trâmites de seu papel dentro da certificação do curso. As atribuições de cada estrutura do organograma seguem no (APÊNDICE D).

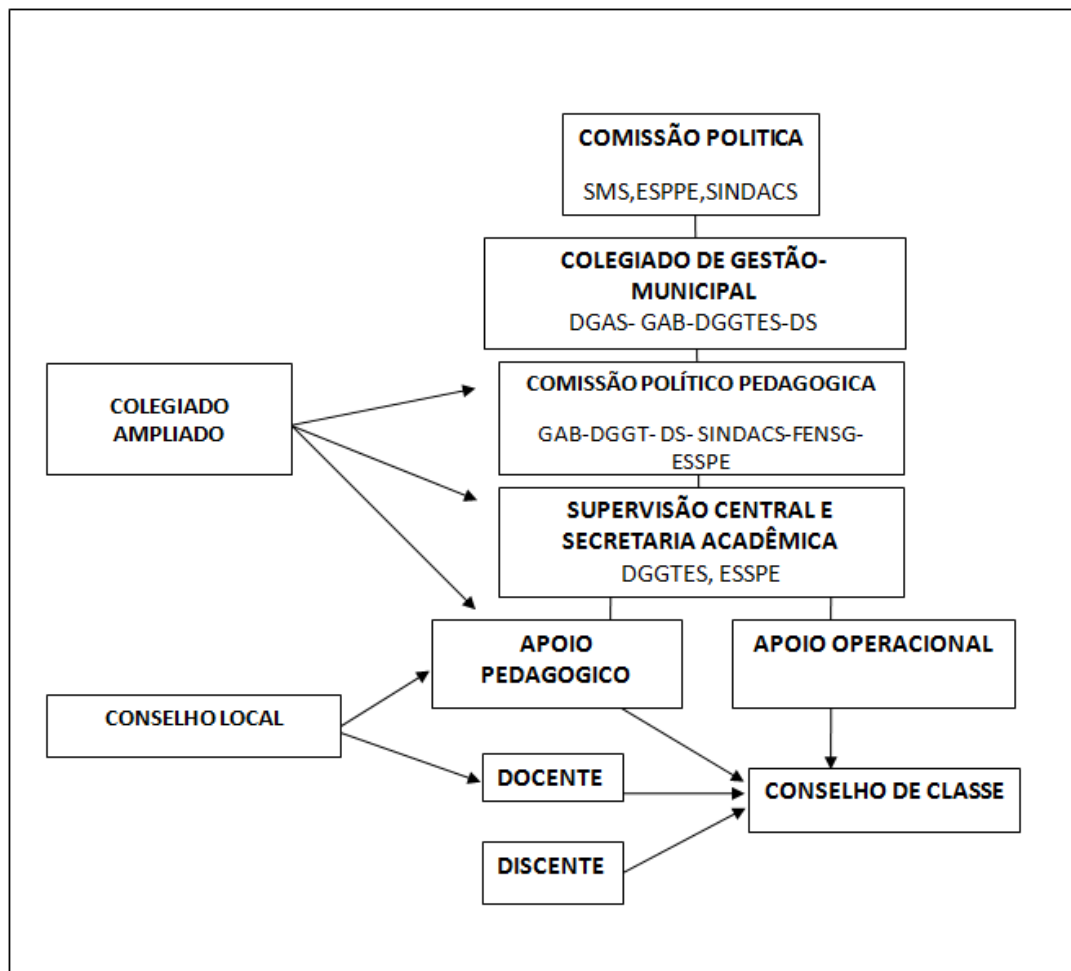


Figura 2 – Organograma do Curso Técnico de ACS em Recife-PE, II e III Etapas.

Fonte: Registros pessoais

Desses esforços para realização do curso, nestas instâncias já oficiais, consolidou-se um novo projeto pedagógico do mesmo, com um novo cronograma, e as formas de viabilização para sua operacionalização. Com esse projeto, estabeleceu-se a data de início da

formação e o seu calendário previsto com início para o dia 12 de setembro de 2011. A pretensão da gestão municipal era terminar o processo formativo da categoria ainda ao fim de seu mandato, o que materializou um cronograma previsto para o fim da 2ª e 3ª etapas no início do segundo semestre de 2012.

Um marco fundamental, que solidifica a decisão política de realização da 2ª e 3ª etapas, é a abertura da inscrição e matrícula dos ACS para realização do curso já no final de julho do ano de 2011 (APÊNDICE F). Outro passo importante, se deu posteriormente, na abertura da seleção dos docentes do curso (APÊNDICE G), chamada naquele momento pela SMS de Recife de levantamento interno de currículos¹⁹.

Com todo cenário em andamento para realização do curso, era fator importante para garantia financeira do mesmo, estruturar uma das decisões políticas da gestão municipal de Recife: estabelecer um convênio com uma instituição executora dos diversos tipos de gastos existentes na formação a se iniciar, visando exercer repasse financeiro e conseguir maior agilidade nos processos de execução do mesmo. Este foi um ponto bastante discutido naquele momento de planejamento do curso, quando se envidaram esforços nessa obtenção do convênio. Porém, o mesmo acabou nas vésperas da aula inaugural, não sendo concretizado.

A não realização do convênio com nenhuma instituição, já as vésperas de início do processo, confluiu com o momento em que a SMS Recife revia seu orçamento planejado dentro das áreas técnicas, num período de intensas dificuldades financeiras vividas na gestão municipal.

Assim, se iniciou em agosto de 2011, a formação dos docentes do curso, os quais haviam sido selecionados em levantamento interno de currículos. Cerca de 80 docentes participaram deste espaço, que contou com 40 horas de formação (APÊNDICE H), sendo realizada em parceria com o Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (CPqAm) FIOCRUZ-Pernambuco, juntamente com a FENSG e com participação, em dois momentos, novamente da EPSJV, mais uma vez parceira do processo.

Neste espaço, foram centralmente pautados: a centralidade do Referencial Pedagógico a ser discutido com os docentes, que era baseado na pedagogia histórico crítica de Dermeval

¹⁹ Tendo em vista a decisão das instâncias do curso de ter como docentes apenas trabalhadores da rede de saúde do município, juridicamente impedia-se a abertura formal de um processo seletivo interno para estes. A saída encontrada pelas instâncias colegiadas da formação, foi utilizar o instrumento denominado levantamento de currículos, já utilizado pela gestão municipal, para definição de trabalhadores da própria rede, que realizariam algum tipo de função fora de suas atribuições gerais a que estavam vinculados, recebendo remuneração dentro dos instrumentos legais para esta função.

Saviani, sendo utilizado um texto base durante todo o curso para essa discussão (MAZZEU, 1998), e as questões que, ligadas aos temas de aulas, iriam ser trabalhados no Eixo 1 da matriz pedagógica do curso (Figura 3).

Participaram ainda desse momento com os docentes, alguns dos apoiadores pedagógicos que atuavam na condução da 2ª e 3ª etapas formativas e que já haviam sido selecionados pelo Colegiado de Gestão Municipal do curso (ver atribuições APENDICE D).

Nos dias que ocorriam este processo de formação docente, se apontava um acirramento das dificuldades financeiras no interior da gestão municipal. A não materialização do convênio e uma situação inesperada de alto déficit nas contas da saúde do município, incidiram fortemente para que a formação técnica dos ACS, às vésperas de seu recomeço, ficasse sob sério risco de sua não concretização.

Foi neste cenário, de grave crise financeira e com a realização da continuidade da formação técnica dos ACS sob intenso risco, mesmo após toda estruturação e esforços realizados e já movimentados dentro da rede de saúde, que se encerrou a formação docente, e avançava os dias para realização da aula inaugural e o início das atividades das cinquenta e três turmas do curso, já divididas após inscrição e matrícula dos ACS.

Foi no curto período, entre o fim da formação dos docentes, e a já agendada aula inaugural (cerca de uma semana), que se intensificou dentro da gestão municipal, (aqui já não especificamente mais em nenhuma comissão do organograma do curso) o debate sobre as decisões a serem tomadas, acerca do cenário financeiro vivido. As discussões passaram: pela não realização do curso, pelo adiamento do mesmo, pelo seu início imediato, mesmo com todas as dificuldades encontradas, e por manter a aula inaugural e adiar em alguns dias o início das aulas do curso.

Além das dificuldades financeiras neste período, o projeto pedagógico e o conteúdo curricular do curso, apesar das pactuações dentro das instâncias do mesmo, eram constantemente questionados pela ESPPE, que problematizava sobre sua viabilidade e adequação dentro do projeto e do conteúdo curricular certificado na Secretaria de Educação.

Aqui, abrindo rapidamente essa discussão, o entendimento desde a 1ª etapa e posteriormente pactuado também para a 2ª e 3ª etapas formativas era de que o projeto e seu conteúdo certificado não correspondiam às perspectivas pedagógicas da SMS Recife, e seriam reconicionados de acordo às intencionalidades formativas apontadas pela SMS, adaptando-se aos conteúdos do projeto certificado no momento do seu registro para contabilização da carga horária formal; ou seja, os conteúdos trabalhados nas etapas formativas de Recife seriam

registrados com os nomes dos conteúdos do projeto global aprovado pela ESPPE na Secretaria Estadual de Educação e aplicado em todo o Estado de Pernambuco, sendo com os referenciais destes conteúdos certificados.

Logo, este era o caminho que vinha sendo pactuado dentro da 2ª e 3ª etapas formativas da formação em Recife, que ainda se encontrava, apesar dessas pactuações, sendo problematizada sua viabilidade pela ESPPE acerca dos registros que fariam das aulas do curso na Secretaria Estadual de Educação. Também eram apontados problemas, com a contabilização dos registros de carga horária das aulas da 1ª etapa do curso, de modo que no decorrer da 2ª e 3ª etapas, configurou-se a necessidade de se realizar mais 200 horas de carga horária teórica, com a formação já em andamento, tendo em vista que uma parte da carga horária teórica da 1ª etapa (200 horas de dispersão) havia sido registrada pela ESPPE junto à Secretaria de Educação como estágio, o que acarretou na contabilização deste fora da carga horária teórica mínima de 1.200 horas a ser realizada por qualquer formação técnica.

...a questão da carga horária, com relação ao entendimento do que era chamado de dispersão era estágio, o que é estágio é dispersão, a gente não pôde conseguir salvar uma carga horária que foi colocada como estágio e na verdade era dispersão, não conseguiu salvar, embora a gente saiba muito bem que não era estágio... (ENTREVISTADO 1).

Foi neste patamar turbulento, de grave situação financeira e ainda com sérios ajustes a serem resolvidos para a sua certificação, que, com a defesa da equipe da Supervisão Central do curso (que daqui pra frente será chamada de coordenação do curso, sendo sua Coordenação Geral e Coordenação pedagógica os sujeitos que operavam as articulações para realização do mesmo), adiou-se durante algumas semanas o início das aulas previstas no cronograma de execução, mas manteve-se a data da realização da aula inaugural.

A partir da realização da aula inaugural, com a presença dos mais de 1.400 ACS matriculados no curso, as diversas autoridades municipais, incluindo o Prefeito da cidade, imprensa, Sindicatos de categorias e principalmente o SINDACS-PE, se solidificou a decisão oficial de que a 2ª e 3ª etapas formativas se iniciaria no município de Recife, de acordo ao novo cronograma discutido dentro do Colegiado Municipal de Gestão (ESTEVAM, 2011).

Assim, contabilizando cerca de três semanas após a realização dessa aula inaugural, ainda com os mesmos graves entraves financeiros e de certificação, iniciou-se, no dia 04 de outubro de 2011 (coincidentemente o dia de comemoração nacional da categoria dos ACS) as aulas da 2ª e 3ª etapas formativas do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde do Recife (ESTEVAM, 2011b).

O curso realizado contabilizou 1.492 ACS matriculados, os quais foram divididos em cinquenta e três turmas em processo de formação com aulas de oito horas semanais em horário de trabalho dos mesmos. Metade das turmas realizava suas aulas nas terças e quintas-feiras e a outra metade nas quartas e sextas-feiras, sempre no período da tarde, com os ACS recebendo financiamento para o deslocamento até os locais de realização do curso.

As aulas ocorreram em salas de aula cedidas por Instituições de Ensino Superior Privado de Recife, como contrapartida aos processos de recebimento de estudantes dessas Instituições dentro da Rede de Saúde do Município, aos quais cederam sua estrutura: a Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS), a Faculdade Estácio do Recife, a Faculdade Maurício de Nassau (FMN), a Faculdade Integrada de Pernambuco (FACIPE) e a Universidade Salgado do Oliveira (Universo).

As Etapas II e III do Curso Técnico de Agente Comunitário em Saúde em Recife contaram com 600 horas de formação teórica mais 200 horas de prática, conforme a matriz curricular (APÊNDICE E) e a matriz pedagógica abaixo (Figura 3). A Etapa II compreendeu os Eixos Formativos: Estado, Sociedade e Políticas Públicas de Saúde; Cuidado, Vulnerabilidade e Promoção da Saúde; e Gestão do Processo de Trabalho, mais o Campo Saúde das Populações; as Oficinas e as reuniões direcionadas de equipes, totalizando 480 horas teóricas e 120 horas de prática. Já a terceira etapa, compreendeu o Campos Saúde Ambiental, a Mostra de Trabalhos de Conclusão de Curso e duas reuniões direcionadas de equipes, contabilizando assim, 120 horas teóricas e 80 horas de prática.

Além dos eixos e campos, o curso contava, conforme já citado acima, com o Trabalho de Conclusão de Curso, que detinha alguns momentos em cada eixo e campo para atividades específicas de orientação, com carga horária contabilizada, sendo o mesmo realizado por um a cinco discentes da mesma turma. Na matriz do curso também ocorreram as oficinas, num primeiro momento pensadas a acontecer nos dias de sábados com uma diversidade de temáticas, dentro dos eixos: Alteridade e identidade social; Práticas Integrativas em Saúde; Educação Popular em Saúde (RECIFE, 2011, p. 40).

MATRIZ PEDAGÓGICA DO CURSO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)

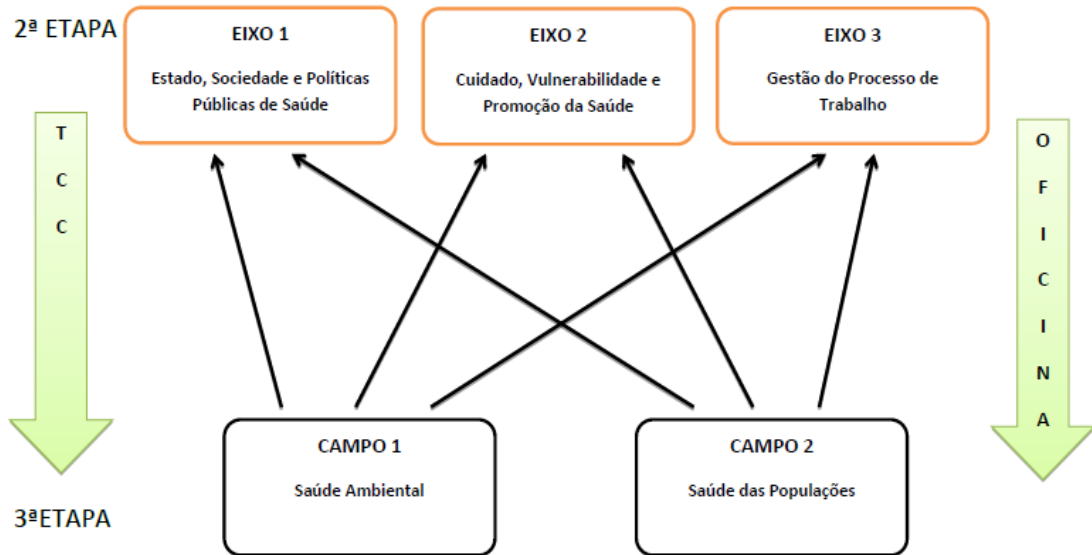


Figura 3 – Matriz Pedagógica Executada na 2ª e 3ª etapas formativas em Recife
Fonte: (RECIFE 2011, p. 39).

Com o decorrer do curso, as oficinas passaram a ser viabilizadas apenas no seu fim, dentro do período da carga horária ordinária das aulas nos dias de semana que as turmas já foram divididas, abordando apenas o eixo das práticas integrativas, compreendendo os seguintes temas oferecidos para todas as cinquenta e três turmas: Constelação Familiar; Práticas Corporais; Atenvidade; Parto Humanizado; Fitoterapia; Alimentação Saudável na Comunidade; Arte-terapia; Sexualidade e Corpo; Terapia Comunitária (AGUIAR, 2012).

Ainda como parte do conteúdo do curso, ocorreram as reuniões direcionadas de equipe, onde em cada Equipe de Saúde da Família e com calendário prévio proposto, eram inseridas, dentro dessas reuniões, temáticas específicas a serem discutidas ligadas aos temas curriculares da formação. As reuniões eram supervisionadas dentro da rede, através de relatórios e portfólios para supervisão e avaliação da coordenação do curso (RECIFE, 2012).

As vinte e seis reuniões realizadas se deram como forma de se suprir a carga horária teórica contabilizada na primeira etapa como estágio, sendo formuladas e planejadas já com a formação em andamento, fora do cronograma curricular planejado. Com essa mesma justificativa e cenário também foram realizadas aulas com turmas compartilhadas, as quais chamamos de Aulões e encontram-se na matriz curricular (APÊNDICE E) denominadas de

Debates direcionados, ocorrendo estas, fora da carga horária ordinária das turmas, juntando-se blocos de turmas num determinado local e horário agendados anteriormente.

O projeto político pedagógico do curso realizado, foi centrado nos referenciais da pedagogia histórico crítica de Dermeval Saviani e na pedagogia do oprimido de Paulo Freire, sendo estes mantidos desde a primeira proposta da 2ª e 3ª etapas formativas formuladas em abril e que foram trabalhados na formação dos docentes, e junto aos que posteriormente se incorporaram ministrando aulas no curso.

Para execução dessa etapa da formação técnica, foram selecionados pelo Colegiado de Gestão Municipal dez apoiadores pedagógicos, sendo a maioria trabalhadores da Rede de Saúde do Recife que tiveram a função de matricular os docentes das 53 turmas em andamento. Para a condução logística, foram indicados pelos Distritos Sanitários da rede de saúde do Recife doze apoiadores operacionais, esses obrigatoriamente trabalhadores de cada um dos seis Distritos Sanitários do município.

Os docentes que conduziram as aulas durante o período do curso, eram todos profissionais da Rede de Saúde do Município, dos diferentes níveis de atenção e tipos de vínculo e atribuições (inclusive gestores), sendo selecionados em levantamento interno de currículo, realizado pela Supervisão Central do curso. Os mesmos eram responsáveis pela condução das aulas semanais e orientação dos TCC realizados pelos ACS nas turmas.

Também participaram do curso, residentes multiprofissionais de saúde inseridos na Rede de Recife, que atuaram em algumas turmas contribuindo com os docentes responsáveis pelas mesmas. Este período em que estavam na formação dos ACS foi compreendido como carga horária realizada junto aos seus respectivos programas e Instituições.

Para cada bloco de aulas foi realizado um caderno de textos, plano de aula e ementa base, para o conjunto das cinquenta e três turmas, e fornecidas para cada docente. Todo o material do curso, os planos de aula, ementas e temática de cada aula encontravam-se naquele momento e encontram-se até hoje disponíveis no site www.sus.recife.com.br que continha e contém um espaço específico do Curso Técnico de ACS e configurou-se num importante veículo de comunicação e memorial histórico do curso.

As aulas transcorreram de 04 de outubro de 2011 a 21 de setembro de 2012. Ao fim do curso, como atividade pedagógica do mesmo e como maneira de publicizar as produções dos mais de 460 TCC produzidos no seu caminho, foi realizada uma Grande Mostra de Trabalho de Conclusão de Curso, num evento público e de grande porte dentro do município (LIMA, 2012).

Ao longo de todo o processo de aulas do curso, os docentes tiveram mais cerca de 40 horas de momentos de formação acerca das diferentes temáticas abordadas em cada bloco de aulas. Houve incorporações de novos docentes à lista selecionada ao longo do processo do curso e várias substituições de docentes responsáveis pelas turmas com algumas desistências ocorridas neste caminho de um ano.

O Colegiado de Gestão Municipal foi a instância do organograma que mais se manteve orgânico com reuniões, e ocupou, para além da Coordenação Formal do Curso (geral e pedagógica), os maiores papéis de tomada de decisões e formulações que permanentemente eram necessárias serem realizadas. A Comissão Pedagógica, com o decorrer do início do curso, se esvaziou e praticamente não se reuniu ao longo do mesmo. A Comissão Política que iniciou todo processo de construção da formação, não mais se reuniu com o início da 2ª e 3ª etapas e as reuniões com o SINDACS e ESPPE se deram de forma bilateral entre a Coordenação do Curso e ou outros membros da gestão municipal, em geral ligados à DGGTES.

Dentro do organograma foram realizados alguns conselhos de classe, apenas com representação de turmas e docentes específicos para resolução de situações de reprovação e ou faltas em demasia. Apesar de presente no organograma, o Colegiado Ampliado (junção da Comissão Pedagógica, Supervisão Central, Secretaria Acadêmica e apoio pedagógico) foi uma instância que não se reuniu em toda a formação.

O Conselho local (reunião de apoios pedagógicos com os docentes) ocorreu de maneira difusa, de acordo com cada localidade em que eram realizadas as aulas e as turmas de acompanhamento dos apoiadores pedagógicos.

Duas instâncias formais de reunião foram criadas com o início das aulas. As reuniões semanais com os apoiadores pedagógicos e administrativos e o fórum de representantes de turma, espaço que reunia representação discente das cinquenta e três turmas e que teve papel importante na manutenção das atividades da formação em momentos de graves dificuldades financeiras no interior do mesmo, no decorrer do meio para o fim da formação (RECIFE, 2012b).

O curso necessitou de muitos ajustes, pactuações, novas formulações e cotidianos esforços, no decorrer do seu processo de realização, mediante as enormes dificuldades enfrentadas. Concluíram toda a formação técnica (1ª, 2ª e 3ª etapas formativas) 1.450 ACS, que receberam, depois de um ano (setembro de 2013), os certificados de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, pelas mãos da ESPPE, instituição certificadora.

Em Recife, retomar esta agenda, tanto pela parte financeira quanto pela pedagógica e seus entraves burocráticos de um curso paralisado nacionalmente em 2006, e como, ainda, pela constante pressão política de uma imensa gama de sujeitos não interessados na Formação Técnica desta categoria, foram ao longo de todo processo desafios constantes de diálogos, disputas, tensões e pactuações cotidianas a serem construídas tanto no interior da gestão quanto com o cotidiano de sua relação com a categoria.

Diferentes sujeitos e visões atuaram, impulsionando a possibilidade de realização desta etapa formativa ou contrapondo-se a esta, imbricando-se em movimentos e alianças realizados institucionalmente, desvelando interesses comuns e concepções distintas que ora se aliavam, ora se contrapunham. Entendemos o curso realizado como a materialização de um conjunto de diversos movimentos e articulações operados por estes sujeitos, protagonistas de diversas disputas que puderam no ano de 2011 conduzir à realização deste processo.

Como vimos neste recorte histórico do curso, foram vários sujeitos, instâncias e instituições implicados na materialização dessa formação. De que forma estes sujeitos se aglutinaram, com quais interesses, em quais instâncias e instituições, contrapondo-se às quais questões, buscando qual intencionalidade formativa, e que movimentos aglutinados ocorreram visando vencer o conjunto de dificuldades enfrentadas?

É essa compreensão que buscamos trazer no próximo capítulo, tentando analisar de que formas se aglutinaram esse conjunto de disputas, num cenário em que a não realização dessa formação era o principal bloco aglutinador institucional, cuja realidade conjuntural e o conjunto de movimentos imprimidos em Recife conseguiram transpor este bloco, para efetivação da formação técnica desta categoria.

Será através do levantamento e denominação destes blocos, e seus principais embates e aproximações encontradas, utilizando-se categorias específicas de análise, que se balizaram as discussões acerca da 2ª e 3ª etapas formativas de Recife, que faremos no próximo capítulo.

5. CAPÍTULO IV - CORRELAÇÃO DE FORÇAS QUE ATRAVESSAM A CONSTRUÇÃO DA 2ª E 3ª ETAPAS DO CURSO TÉCNICO DE ACS EM RECIFE

...o ACS ele tava sendo puxado por várias forças políticas, assim que ACS era esse, então a gente tava pautando uma hegemonia em que ACS a gente queria formar (ENTREVISTADO -1).

O presente trabalho está estruturado visando analisar os processos e relações que levaram o município de Recife a realizar a 2ª e 3ª etapas da formação técnica dos ACS, buscando centralmente identificar os sujeitos e forças políticas relevantes neste processo e as disputas de hegemonia que estas travaram, entendendo tal processo como particularidade de uma totalidade social.

No entendimento dessa análise, trabalhamos como categoria de conteúdo as forças políticas e a concepção de hegemonia trazidas por Antônio Gramsci em seus estudos sobre as relações de forças, como demonstrado no capítulo I deste trabalho.

Sobre essas categorias, elas foram utilizadas visando aproximar-nos da noção de Estado na dimensão gramsciana (sociedade política mais sociedade civil), entendendo que as forças políticas operam disputas, se organizam e se revelam face a um conjunto de forças sociais. Este será o eixo central da análise, utilizando como principal aporte teórico as questões trazidas por Gramsci acerca da análise das relações de forças, distinguindo-se os momentos ligados às forças sociais, às forças políticas e às forças militares.

Assim, é pelo conhecimento desses momentos que faremos as aproximações para compreensão das forças políticas atuantes dentro do processo vivido no curso. Cabe aqui ressaltar, o caráter da análise e das categorias usadas apenas como aproximações possíveis, tendo em vista que as discussões de Gramsci são centradas na totalidade do Estado e sua disputa por hegemonia, e a análise do curso em questão, se refere à particularidades em uma totalidade.

Tornou-se possível utilizar essas aproximações, tendo em vista que na construção do método dialético a compreensão de particularidades específicas contribui para a discussão do que se configura na totalidade, neste caso, a Formação do ACS inserida dentro da dinâmica de Formação e luta dos trabalhadores no Estado capitalista.

Com este entendimento, trazemos novamente a compreensão utilizada por Gramsci na análise das forças políticas, definida em três momentos de consciência,

...é subdividido em três espaços, ligados à consciência política e sua manifestação histórica. O primeiro deles é o econômico corporativo, calcado nas identidades e solidariedades em função dos cotidianos e dificuldades de uma categoria profissional e sua necessidade de organização. A segunda subdivisão é ligada ao interesse mais coletivo, social e amplo, ligados a um grupo social e não meramente corporativo, porém ainda restritamente focado no campo econômico, reivindicando-se igualdades, porém nos marcos existentes. A terceira se dá quando os interesses corporativos e o círculo restrito econômico são superados apontando uma unicidade não só de propósitos e identidade no campo econômico, mas também intelectual e moral, tornando-se também o interesse de outros grupos subordinados (GRAMSCI, 1976).

Utilizando este referencial de Gramsci, conforme já destacado, na pesquisa e análise dos processos realizados no curso foram identificadas quatro forças políticas, atuantes nas disputas do mesmo, inclinando tendências de posições e disputando a hegemonia²⁰ dos processos e concepções trabalhadas na formação da categoria profissional em questão. As forças políticas identificadas, ressaltando-se novamente a aproximação feita com o referencial gramsciano descrito, foram assim denominadas: a) próxima ao momento econômico corporativo; b) técnico assistencial; c) próxima ao momento ético político; e d) conservadora.

Sendo assim, conforme a leitura dos resultados pesquisados, é de fundamental importância localizar as principais características dessas forças e suas expressões nos sujeitos e instituições, apreendendo-se as questões centrais trazidas pelas quatro tendências de forças políticas apresentadas na pesquisa. Destaque-se que apresentamos estas forças como tendências, pois espelham aproximações que auxiliam a compreender os movimentos operados na particularidade específica do curso, com base no nosso referencial de análise.

Estas forças, inseridas dentro de uma política no âmbito do Estado capitalista, são permeadas por contradições, que expressam a possibilidade de os sujeitos poderem se localizar em forças distintas. Tratamos, portanto, de tendências e não de classificações rígidas.

Assim, no âmbito da realização da 2ª e 3ª etapas do curso em Recife, localizamos as quatro forças políticas (próximo ao momento econômico corporativo, técnico assistencial, próximo ao momento ético político e conservadora) da seguinte forma:

²⁰ “A hegemonia seria a capacidade de um grupo social unificar em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe. O grupo ou classe que lidera este bloco é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos, para manter articuladas forças heterogêneas, numa ação essencialmente política, que impeça a irrupção dos contrastes existentes entre elas. Logo, a hegemonia é algo que se conquista por meio da direção política e do consenso e não mediante a coerção” (COSTA, 2012).

- Força política próxima ao momento Econômico Corporativo: tendência de força política localizada centralmente, nos sujeitos ligados à representação sindical na disputa do curso e no conjunto da categoria profissional estudada. Imbrica-se na disputa e defesa da formação dos ACS reivindicando centralmente as necessidades imediatas da categoria, quer sejam, de forma central aqui no estudo, a formação profissional da categoria e seu processo de Institucionalização; quer sejam as conquistas de benefícios e direitos no âmbito apenas corporativo. Força política associada diretamente às características da luta pela profissionalização, sem nenhuma vinculação direta a uma perspectiva de um projeto social mais amplo. É associada comparativamente neste estudo, ao momento econômico corporativo dos diferentes momentos da consciência política coletiva, trazidos por Gramsci.
- Força política Técnico Assistencial: tendência de força política localizada centralmente nos sujeitos ligados à Gerencia de Atenção Básica do município (com divisões internas), Diretoria Geral de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (parte ligada à Direção), a qual expressa em suas concepções uma aproximação com o segundo nível de consciência de Gramsci. Enquanto instrumento de análise, configura-se cumprindo uma visão progressista (ou seja, aqueles que são favoráveis a mudanças em detrimento da conservação do que já existe), encontrando-se acima da força econômico-corporativa, em contraponto a uma visão que luta apenas pelas demandas de sua categoria. É a força que visa, nos processos institucionais, aprimorar o domínio da técnica, deslocando-se da visão conservadora e burocrática que engessa a promoção da saúde, fugindo dos clientelismos como prática de atuação. Na saúde, podemos expressar aqui como a tendência que opera na implantação dos modelos alternativos de saúde em contraponto ao modelo hegemônico²¹. Sua raiz no campo da saúde, pode ser comparativamente identificada como base das forças políticas que se inseriram e

²¹ O Modelo hegemônico de saúde é o que opera as questões individualistas, centradas na esfera biológica, focado na cura, na doença, no hospital, sendo médico centrado, com forte influência do mercado na venda dos serviços de saúde, no âmbito do que se chama de modelo médico privatista. Os modelos de saúde alternativos são uma resposta ao modelo hegemônico, sendo um conjunto de modelos que se propõem a reorganizar a gestão na saúde, visando a reorganização dos serviços e das práticas de saúde em contraposição ao hegemônico. São modelos alternativos: Modelo da Vigilância em Saúde, Cidades Saudáveis, Modelo em Defesa da Vida, dentre outros (JUNIOR, ALVES, 2007).

disputaram o Movimento da Reforma Sanitária²², no âmbito do que chamamos de “partido sanitário”, e que inclinou-se nesta esfera com um sentido mais reformista²³ em seu projeto social, desdobrando-se posteriormente, no campo de sujeitos que inclinaram suas atuações nas disputas e ocupações dos aparelhos institucionais do Estado, especialmente nas gestões de saúde nas três esferas de governo.

- Força política próxima ao momento Ético Político: tendência de força política localizada centralmente nos sujeitos ligados à Coordenação do curso (dentro da Diretoria Geral de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde do município), FENSG-UPE, EPSJV, a qual expressa em suas concepções uma aproximação com o momento ético-político trazido por Gramsci. Trata-se de uma força que atua no sentido de postular um projeto social alternativo ao hegemônico, e busca agregar os diferentes grupos sociais visando interesses para além dos corporativos na a construção de um bloco histórico contra hegemônico. É a força que visa, o sentido politizador e formador de sujeitos sociais coletivos e que age nos processos institucionais e formativos visando essa intenção, em contraponto a uma formação que apenas aprofunde o domínio das técnicas, sejam elas ligadas ao modelo hegemônico ou alternativo de saúde. É a visão que busca na particularidade do campo da saúde,

²² Estamos trabalhando aqui com parte da leitura de Jairnilson Paim, acerca das forças políticas inseridas no Movimento da Reforma Sanitária e principalmente com as formulações de Jaime de Oliveira. Os dois trazem a mesma noção do Movimento da Reforma Sanitária ter confluído dois setores um mais ligado à ocupação de postos técnicos impulsionando melhorias, políticas e novos modelos de saúde e outro setor ao incremento de fortalecimento das lutas populares e a pauta da saúde como foco estratégico de apontamento das contradições no Estado, com a luta pela saúde visando a construção da hegemonia de um novo grupo social (PAIM, 2007; OLIVEIRA, 1987). Sobre essa questão Oliveira aponta: “O sentido atribuído ao termo, ultimamente, entre nós, nem sempre é claro ou preciso. E, na verdade, o que se tem feito, com frequência, é apenas utilizar uma nova e altissonante expressão — "Reforma Sanitária" — simplesmente para rebatizar proposições já há muito em curso nesta área (particularmente a idéia das "Ações Integradas de Saúde", ou dos "Distritos Sanitários"). Proposições que, em síntese, seguem uma linha de continuidade com o que designamos acima como um segundo período (pós-74) da história recente da Política de Saúde entre nós” [...]. Mas pode-se depreender, por outro lado, a partir de alguns textos e situações em que esta expressão tem sido utilizada (por exemplo, a partir da experiência viva da VIII Conferência Nacional de Saúde, e de alguns pontos do seu Relatório Final), a aspiração, ainda que por vezes vaga e imprecisa, por um avanço em relação ao tipo de proposições em vigor nos últimos anos. E não sua mera continuidade (OLIVEIRA, 1987, p. 362).

²³ Aqui trazemos um dos sentidos bem clássicos do termo: “Reformismo é, literalmente, a luta por reformas. Reformas são, em relação ao Estado burguês e ao modo de produção capitalista, mudanças em favor das classes dominadas e exploradas que não alteram de modo fundamental as relações de troca entre as classes. Permanece, assim, o fato de que a sociedade se divide em duas classes principais — capitalistas e trabalhadores assalariados — e que os capitalistas exploram os trabalhadores assalariados. Permanece também o fato de que a classe economicamente dominante, simultaneamente, domina o Estado e, além disso, emprega os meios de poder do Estado para conservar e regular as relações de exploração e para oprimir as classes não capitalistas” (THALHEIMER, 1923).

aprofundar suas contradições com o intuito de avançar para a construção de um novo modelo de sociedade, para além apenas da defesa de um modelo alternativo de saúde. Busca agir com o interesse fundador de novos Estados e não apenas de reformar suas características. Sua raiz no campo da saúde, pode também ser comparativamente identificada como base das forças políticas que se inseriram e disputaram o Movimento da Reforma Sanitária, no âmbito do que chamamos de “partido sanitário” e inclinou-se nesta esfera com um sentido de transformação completa do modelo de sociedade como base central de sua ação política. Desdobrou-se posteriormente, no campo de sujeitos que inclinaram sua atuação nas disputas e ocupações políticas, fortalecendo prioritariamente as organizações e movimentos sociais de luta pelo Direito à Saúde, com a ocupação de espaços institucionais dentro do aparelho do estado visando essa perspectiva.

- Força política Conservadora: tendência de força política localizada centralmente nos sujeitos ligados à ESPPE (parte da ESPPE, em geral a direção e mais centralmente o papel que as ET -SUS foram colocadas neste cenário), parte da gestão municipal no início do curso (parte da GAB e gestão municipal enquanto gestão num estado capitalista). Atua dentro do curso no sentido de dificultar o processo de realização do mesmo através de sua burocratização. Podemos expressá-la como a tendência que opera na manutenção do modelo hegemônico de saúde. Visa nos processos formativos, a defesa de modelos conservadores de ensino centrado no aprimoramento da técnica restrita, descolado das relações sociais de produção e de uma dimensão mais ampla do trabalho. É a força que representa as relações de dominação do Estado e da classe dominante. Posiciona-se contra a formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde, ainda que não apareça claramente reivindicando essa posição. É a força hegemônica no processo pesquisado, face sua posição de dominação dentro do Estado capitalista e a hegemonia que detém no processo de formação técnica dos Agente Comunitários de Saúde que se encontra paralisado na ampla maioria dos municípios.

Em consonância com as discussões de análise das correlações de forças de Gramsci, dentro do nível das forças políticas, percebemos a existência de três forças operantes no curso inclinadas e com tendências favoráveis à realização do mesmo. São a força próxima ao

momento econômico corporativo, a técnico assistencial e a próxima ao momento ético político. Devido a sua intencionalidade em realizar o processo formativo completo da categoria, essas forças buscaram construir um certo nível de coesão em prol da materialização desta intencionalidade. Detalhamos suas formas de elaboração no decorrer de nossa exposição.

Ainda como força atuante no curso, identificamos a força conservadora, designada aqui como aquela que representa a natureza de dominação do Estado e que atuava com a tendência de não possibilitar a formação da categoria em análise. Esta inclinou-se a concessões de acordo com o movimento das forças políticas em contraposição a esta tendência, fato que possibilitou obviamente a realização da formação e conseqüentemente a disputa não linear das três possibilidades de consciência política operantes como força dentro do processo.

Esse é o movimento das análises dialéticas que nortearam nossa discussão e leitura dos resultados, buscando mapear os graus de hegemonia no processo. Nosso estudo se dedicou a compreender as concessões e negociações das forças políticas no movimento de construção e execução da formação realizada. É na observação concreta dessas particularidades vividas no curso que buscamos apreender a totalidade de como esses movimentos se conectam na discussão de formação profissional e humana, encontrando no decorrer da pesquisa, mediações que permitam ir além do particular na captação dessas dimensões.

É essa possibilidade, de haver contradições das forças e conjunturas, que nos permitem abrir um caminho para o entendimento de como a formação destes trabalhadores não se materializa de forma global na grande maioria dos municípios e como tornou-se possível (com importantes diferenças em cada currículo) ser realizada em algumas poucas localidades.

Dessa forma, buscamos mostrar com essa análise, dentro da particularidade do curso, porque e como foram conseguidas a hegemonia e que processos foram fundamentais nas alianças estabelecidas em torno do mesmo, desvelando essas questões que estão expressas nos resultados.

Tendo este sentido estabelecido, buscamos apresentar num primeiro momento como cada força política mapeada se apresenta e quais suas principais questões trazidas dentro das três categorias específicas que utilizamos como análise, quais sejam: (Processos políticos, ACS como sujeito social, formação humana e profissional). Neste momento de apresentação das forças, buscamos seguir o desenho metodológico subdividindo as questões analisadas

conforme as três categorias específicas, em temas de análise, a saber: motivações, relações com outras políticas, interlocuções, embates, pactuações, estratégias, problemas e dificuldades, quem é o ACS, qual relação do ACS com os modelos assistenciais, papel na divisão do trabalho e na comunidade, complexidade do trabalho, sentido da formação, referencial teórico usado, organização do trabalho, e o tipo de ACS que se deveria formar.

Num segundo momento, expomos as principais questões em comum trazidas pelas tendências de forças políticas, suas conexões e de que forma se deu a costura das principais alianças no interior do processo formativo.

Destacamos ainda, que a análise dos resultados encontrados expressará centralmente as concepções materializadas nas entrevistas realizadas, sendo os sujeitos entrevistados, quais foram: Coordenador pedagógico do Curso, Gerente de Atenção Básica do Município, Diretora Geral de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde do Município, Presidente do Sindicato de ACS e ASACE, coordenador de formação e prática sindical do SINDACS e membro da comissão pedagógica do curso, Professor da Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças (FENSG-UPE) e membro da comissão pedagógica do curso, técnica da Escola de Saúde Pública de Pernambuco. Os documentos oficiais e os documentos não oficiais (mas que sustentavam pactuações internas dos sujeitos e instituições operantes do curso), bem como as anotações e memórias individuais, também foram parte dessa pesquisa e aparecendo dando sentido à reconstrução histórica realizada bem como na complementação das questões mais centrais, organizadas para exposição dos resultados neste capítulo.

Por fim, ressaltamos que, como a análise do processo foi orientada pela identificação e conexões de forças políticas atuantes dentro desta formação, verificamos que essas ultrapassam estaticamente (como já nos referimos acima), a localização de sujeitos e instituições, a apenas uma força política específica. Ao contrário, seus movimentos aparecem em si como tendência, o que nos leva (no campo desta análise) a identificar em alguns momentos, defesas de sujeitos considerados previamente em uma determinada tendência de força, postulando uma concepção de outra.

Registramos também, o caso de que algumas características chaves, que nortearam as tendências das forças políticas no decorrer dos diversos processos do curso analisadas neste trabalho, foram identificadas e mapeadas por sujeitos ligados a tendência de outra força política. No caso deste trabalho em especial, a questão de que a força próxima ao momento ético político se caracteriza pelo fato de olhar para esta formação na perspectiva de um projeto social, possibilitou no âmbito dessa força política, serem encontrada muitas

explicações das leituras e tendências das outras forças políticas a que nos referimos no parágrafo anterior.

É então, esse conjunto de movimentos que começamos agora a demonstrar no decorrer de nosso texto, cujo processo de análise de conteúdo abordada nas notas metodológicas, nos permitiu inferir questões chaves que permeiam as atuações de cada força política nas disputas realizadas dentro do curso e as questões centrais que permitem discuti-las em conjunto na compreensão das alianças e movimentos realizados na busca de hegemonia pela realização da 2ª e 3ª etapas formativas em Recife.

Devido a essas questões, optamos por apresentar primeiro uma análise geral por cada força política e posteriormente as conexões das alianças que se dão entre elas, visando uma melhor captação das questões a serem discutidas. Começamos a descrevê-las a seguir.

5.1. FORÇA POLÍTICA PRÓXIMO AO MOMENTO ECONÔMICO CORPORATIVO

Com relação à força política próxima ao momento econômico corporativo, encontramos como uma forte marca as defesas das conquistas inerentes à categoria dos ACS, conforme já destacado na sua caracterização anterior.

Na identificação de suas principais questões com relação aos processos políticos da formação, destacam-se nas motivações para realização do curso, a questão da demanda da categoria, trazida com centralidade a atuação desta junto à mesa de negociação²⁴, sendo importante fator que atravessa também os apontamentos das outras forças políticas, as quais debateremos de forma articulada na discussão que faremos dessas conexões em comuns que caracterizamos como chaves para os objetivos do curso.

Podemos ver essa questão apresentada nas seguintes falas.

...A discussão do curso técnico já vinha a muito tempo a gente escutando a categoria, reivindicando a questão do curso técnico em Agente Comunitário de Saúde... (ENTREVISTADO - 7).

...então a pasta minha no sindicato me imbuía de duas coisas: da formação seja ela qual for, e da discussão em mesa, qualquer discussão era comigo, o negociador do sindicato era eu, então era minha responsabilidade lutar por essa formação... (ENTREVISTADO – 6).

²⁴ A mesa de negociação fez parte da política de gestão do trabalho e educação na saúde da gestão municipal de Recife, no período do curso, enquanto um dispositivo que norteava as formulações de cogestão do modelo de atenção à saúde: o Modelo Recife em Defesa da Vida (MELO, 2014).

Na relação do curso com outras políticas, para além de como a pauta específica é motivada a ser trabalhada, aparece a progressão da carreira, traduzindo-se não só na disposição pelos ganhos de incremento de conhecimento que seriam conseguidos pela categoria, mas principalmente pela progressão na carreira ao nível do cargo ocupado no âmbito da secretaria de saúde do município e com mais força ainda no mecanismo de benefícios a serem conseguidos junto ao Plano de Cargos Carreiras e Salário. Este ponto é chave na defesa da representação da categoria, numa pauta que caminhava junto com o curso nas negociações com o município.

A pauta do Plano de Cargos e Carreiras, essa é mais um ponto de luta do SINDACS no ano que vem pra o Agente Comunitário ser enquadrado, porque houve a negociação na questão do plano de Cargos e Carreiras, a gente foi estabelecido no plano reconhecendo o tempo de serviço, agora a gente vai discutir a questão de nível de escolaridade tudo isso e na questão do curso técnico vai adentrar a questão do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde (ENTREVISTADO - 7).

o outro era os próprios ACS na figura do sindicato, que não tinham, não acredito que tivesse uma formulação bem fechada do que seria esse curso, o interesse pra mim era mais corporativo mesmo, era mais de vislumbrando uma progressão da categoria, do que de fato discutir política e processo de trabalho, não era isso que o sindicato tava colocando, não era pauta principal do sindicato, pauta principal do sindicato era pra ter o curso e a partir desse curso tivesse uma valorização do trabalhador e uma qualificação salarial... (ENTREVISTADO - 1).

Sobre as interlocuções, pretende-se, com essa análise, apresentar os sujeitos, como os mesmos eram reivindicados e com quais ideias centrais pensavam a interlocução, com quem e demandando o que. Dessa forma, vimos nesta força política uma expressão das interlocuções associadas à boa relação que a representação Sindical tinha com os gestores locais e equipe de coordenação do curso, ao que se conecta o compromisso assumido pela gestão municipal com relação à realização dessa formação e o histórico de luta pela pauta que a categoria vinha imprimindo há anos em suas reivindicações.

Enquanto tema de análise, os embates travados pelas forças políticas se condensaram em duas principais inferências: uma ligada às concepções disputadas no decorrer do curso e outra que se manifesta no campo estrutural e logístico.

Para a força próxima ao momento econômico corporativo, sua relação com os embates de concepção se caracterizaram por essa tendência não apresentar uma formulação ou defesa clara de concepção de curso, aparecendo com papel importante de mediação com as outras forças políticas. Em resumo, a força se movimentava rejeitando fortemente uma concepção conservadora de formação, trazida pelo projeto de curso defendido pelos sujeitos ligados à ESPPE, apresentava resistências à concepção de formação ligada à força técnico assistencial,

centrada na implantação do modelo “Em Defesa da Vida” e aceitava a proposta defendida pela próxima ao ético político, sem necessariamente ser de fato o projeto de formação que essa força reivindicava.

Com relação aos embates estruturais, a principal questão trazida por essa força é a postulação do papel de mediação e cobrança exercida pelo Sindicato dos ACS, que atuava visando prioritariamente garantir a realização da formação técnica para a categoria, conforme demonstramos.

...chegamos num momento onde tudo convergia, o cenário político e nós dissemos ou sai o curso técnico, ou a gente não abre mão ou a gente vai entrar em greve, e aí o Secretário assinou o compromisso... (ENTREVISTADO – 6).

...foi bom também minha participação porque aí como sindicato eu podia intervir, dizer que nós do sindicato iríamos ser intransigentes que gente iria pro pau que a gente ia fazer e acontecer, e fazíamos com que os caras lá pensassem duas vezes ates de não liberar o que a gente precisava (ENTREVISTADO – 6).

No movimento político, analisar o comportamento das principais pactuações acordadas na construção do processo delimita também como aparecem o movimento das forças políticas. Dessa forma, pudemos observar nesta questão que as pactuações convergiram dentro de três principais tensionamentos para o conjunto das forças políticas: conteúdo curricular, estrutura e logística, espaços e esferas de pactuação.

Para a força econômico corporativo, o que delimitou sua atuação nas esferas de pactuação foi sua boa relação com a gestão municipal dentro das comissões pedagógica e política do curso. Na pactuação curricular do curso, vemos que esta força não aparece com forte tendência forte nesse. Aparece alinhada à técnica e a ética, querendo a garantia e pactuação da certificação do curso com proposta curricular mais ampla que a proposta conservadora com uma visão tecnocrática. Nas questões estruturais e logísticas também não a vemos com forte presença. Não aparece esta tendência nas pactuações financeiras gerais, compreendendo suas preocupações com garantias de algumas questões ligadas ao trabalho da categoria, a exemplo do vale transporte e da liberação na hora do trabalho.

Foram analisadas também as não pactuações que são reivindicadas pelos sujeitos, quando pudemos destacar que esta força também não sentenciou maior presença nas relações que tem centralidade nesta questão. Porém, gostaríamos de destacar algo que para essa força política tem importância no conjunto de sua intervenção dentro de todo processo do curso: a não pactuação e divisão interna do sindicato (circunstância que será novamente reivindicada por essa força no tema das dificuldades enfrentadas).

As dificuldades apontadas na posição econômico corporativo, que se encontrava implicitamente ligada aos diretores sindicais da categoria dos ACS (provável que também exprima a concepção mais global do conjunto da categoria), expressou com maior força os aspectos ligados ao utilitarismo e as disputas internas que a própria categoria viveu no percurso.

Sobre o caráter utilitarista do curso, este apresentava claramente uma dimensão mais ampla à própria categoria dos ACS. Devido à importância desta questão pela sua abrangência e conexões, registra-se aqui o utilitarismo como concreta expressão que orbita a força econômico corporativo, que se implica nas questões diversas em busca de fortalecer apenas seus interesses, não objetivando a unificação de interesses distintos.

As resoluções das dificuldades, são atribuídas com maior concretude nesta força política ao empenho da equipe dirigente do curso, incluindo o espaço da comissão pedagógica na qual os ACS tinham representação e atuação. Compreendemos duas questões contraditórias nesse movimento: a primeira se dá no fato de a força econômico corporativo jogar para a equipe dirigente vários conjuntos de questões, remete a uma possibilidade de já ter feito seu papel de reivindicar, entendendo que enquanto força política, não teria como resolver as questões (no caso, boa parte das dificuldades se delimitavam no campo da gestão onde praticamente esta força não atuava); a segunda contradição, aparece no sentido dessas resoluções se darem no âmbito da comissão do curso em que tinham representação enquanto categoria profissional, o que traz a possibilidade de explicações da questão anterior, pois de alguma forma também se colocam enquanto representação dirigente que atuavam na resolução das dificuldades, encontrando assim uma certa dualidade de como essa força enxergava seu protagonismo nas dificuldades dos processos.

Adentrando ao bloco ACS como sujeito social, discutiremos as relações das forças políticas com as concepções acerca do sujeito objeto do curso. A compreensão da força econômico corporativo sobre quem é este sujeito, concentra-se na sua relação e articulação comunitária e em seus processos de institucionalização para se tornar empoderado, frente às diferentes mudanças de gestão.

Estas questões são vistas nas falas:

...as pessoas trabalhavam, dedicavam seu tempo, sua inteligência, dedicavam seus horários, mas ainda tinham que fazer outras coisas pra sobreviver, o trabalho comunitário que eles faziam não rendia elementos de sobrevivência, por esse lado a gente teve um ganho, um crescimento... (ENTREVISTADO – 2).

...hoje o ACS diz assim oh: passa gestor eu to aqui, eu sou funcionário público e eu tenho minhas coisas a desenvolver, e vou desenvolver – las, mas se você não me der condições de trabalho não vou fazer não. Então ele conversa de igual com o gestor ... (ENTREVISTADO - 6).

A relação do ACS com os modelos de atenção à saúde, é tratada por esta força como não reivindicados ou não se conectando a nenhum modelo de atenção à saúde, apenas inculcando sua relação de adequação a todos os modelos de saúde. Isto sugere uma possível leitura interligada à questão anterior de que as questões corporativas de sua profissionalização assumem sua visão e o condicionam dentro das políticas de saúde.

O ACS ele se adequa, em todos esses modelos de saúde o ACS tá lá trabalhando... (ENTREVISTADO - 6).

O papel do ACS nas Equipes de Saúde da Família, é baseado na demanda da categoria em conseguir maior valorização. Isso pode se explica resgatando-se sua relação histórica de ser um profissional que já existia antes do Programa Saúde da Família e que foi incorporado nesta se subordinando às relações hierárquicas de poder que as mesmas apresentam. Isto leva o ACS a uma potencial desvalorização, num cenário em que o seu papel perante a comunidade é reconfigurado e mediado pela dinâmica das relações hierárquicas da equipe em que trabalha. Com isto, ele assume uma perda de sua identidade, encarada muitas vezes pelo próprio trabalhador como uma questão a ser disputada dentro da equipe.

Já o seu papel na comunidade, se concentra nas funções mais gerais da natureza do trabalho do ACS, que se imbrica com o cuidado destes com a sua comunidade e a responsabilidade em articular as melhores ofertas de cuidados, assim como a escuta para com essa. Observamos que sobre esta questão, podemos encontrar na força econômico-corporativo, concepções que em alguns momentos dialogam com a ético político, cujo fator de aproximação consideramos estar dentro do olhar sobre a natureza do trabalho do ACS.

O papel na equipe de saúde da família e na comunidade trazidos acima se materializam nas falas abaixo.

...o Agente Comunitário ele ta num processo de transformação mesmo, e as vezes eles não se fazem respeitar, porque assim se ele ta lá na ponta, se ele ta lá na base, ele tem que exigir o seu direito, não é porque você é um médico, eu sou um Agente Comunitário de Saúde, você me rotular por nível de escolaridade... (ENTREVISTADO - 7).

...ela é o interlocutor do PSF com a comunidade, da comunidade com o PSF, esse é o papel da escuta, de ouvir, feito eu digo, o Agente Comunitário a primeira, a porta de entrada dela é o ouvir, porque as vezes a pessoa da comunidade não ta querendo nem um atendimento médico... (ENTREVISTADO - 7).

Na complexidade do trabalho, não visualizamos algo que denote discussão mais específica sobre esta força, apenas aparecendo com mais intensidade a reivindicação da relação comunitária do ACS. Há neste ponto, uma discussão mais geral a ser feita sobre um elemento marcante trazido por todas as forças políticas: o reconhecimento da importância das ações realizadas por este trabalhador na atenção à saúde.

Por fim, no bloco ACS como sujeito social, o sentido da Formação do ACS ao qual a força econômico-corporativo expõe maior peso é o do incremento e valorização profissional, o que reforça a caracterização de como essa questão é marca definidora dessa força política e de seus movimentos dentro do curso.

...contribuí pra fortalecer a atuação do Agente Comunitário de Saúde como um técnico reconhecido pelos outros profissionais da equipe e pela própria comunidade, então é uma forma de legitimar essa profissão... (ENTREVISTADO – 7).

...porque quanto mais conhecimento, mais reconhecimento, porque também nós conseguimos da gestão um plano de cargos e carreiras que valoriza isso, então porque que eu vou correr atrás, vou buscar conhecimento pra poder melhor fornecer meu trabalho e automaticamente me valorizar... (ENTREVISTADO - 6).

Chegando ao último eixo a ser analisado, o bloco da formação humana e profissional, na questão das motivações que levaram à decisão pela formação técnica dos ACS, a força econômico corporativo expressa a discussão de se concluir o processo formativo que havia parado em 2006 e, novamente, a importância da organização da categoria como fatos marcantes dessa questão.

...porque eles precisam de identidade profissional, os ACS, a profissão de ACS foi criada, foi regulamentada pelo Ministério da Saúde, pelo lado da educação, o curso de técnico foi criado e tá lá no cadastro nacional dos cursos, quer dizer tudo tá aí pra eles se formarem e porque que eles não se formam... (ENTREVISTADO - 3).

Eu acho que foi a organização de lutas dentro do Sindicato junto com os Agentes Comunitários de Saúde pra que houvesse esse curso... (ENTREVISTADO – 7).

O referencial teórico reivindicado nas discussões do curso por essa força política, foi o de Paulo Freire e os materiais trabalhados pela EPSJV nas oficinas sobre a 2ª e 3ª etapas que esta participou em Recife, e no curso técnico que essa realiza. Aqui, desde já, entendemos o aparecimento desses dois referenciais, compreendendo que no processo histórico dessa formação foram os que mais apareceram para estes sujeitos. O referencial de Paulo Freire, pela sua marca forte em Recife, nos projetos pedagógicos (pelo menos no sentido da reivindicação formal) da 1ª etapa do curso e como referencial da Educação Popular fortemente trabalhado junto aos ACS de Recife. O referencial da EPSJV, pelo fato de ter sido defendido com enorme peso pelo setor ético político do curso e materializado por uma

instituição que havia feito a formação completa de ACS no Rio de Janeiro e vinha participando das discussões da formação em Recife, como se explica nas falas baixo.

...a teoria foi a libertária mesmo, como sempre Paulo Freire, aquele jeito simples dele de falar, dizer que todo mundo tem saber, todo mundo tem conhecimento, não tem aquela coisa de ah porque você é o professor você é o que vomita sabedoria e conhecimento, não, a pessoa tem sabedoria e tem conhecimento, eu vou ali trocar saberes, não vou ali só disponibilizar (ENTREVISTADO - 6).

...a gente usou muito material do pessoal da Joaquim Venâncio porque já tinham um curso todo pronto e chegaram pra gente e disseram; oh vocês podem utilizar totalmente e livre, vocês podem adaptar vocês podem fazer o que for necessário, só cita a fonte... (ENTREVISTADO – 6).

Destaca-se aqui, com isso, que não notamos em si a reivindicação desses dois referenciais como algo realmente defendido na raiz de sua concepção por essa força política.

Por fim, a leitura sobre que tipo de ACS se queria formar neste curso, como último ponto que apresentamos sobre essa força política quanto à formação humana e profissional, não foi percebida uma questão de fundo inferida por esta, sendo notada apenas uma relação de compreensão desta força na defesa de um ACS empoderado de direitos como concepção de ACS que é visualizada por este setor.

A idéia era formar um agente de saúde imbuído de seus direitos, um agente de saúde que pudesse ter justamente essa coisa da liberdade, de ta ali empoderado de seus conhecimentos e seus direitos... (ENTREVISTADO – 6).

Ainda sobre este ponto, sugerimos que esta força se posicione mediando uma postura política de defesa do ACS, entendendo que o mesmo atue visando a concepção que o permita melhores condições para sua institucionalização e crescimento.

5.2. FORÇA POLÍTICA TÉCNICO-ASSISTENCIAL

A força técnico-assistencial irá expressar uma diversidade de movimentos na construção do processo do curso, centrada na possibilidade de construção de um modelo alternativo de saúde nos marcos dos dispositivos do Estado, o qual começaremos a desvelar.

Dentro dos processos políticos do curso, a principal motivação para realização do mesmo é encontrada na demanda da categoria dos ACS e na abertura de diálogo e compromissos da gestão municipal pactuados para sua realização. Apesar de não ser citado diretamente pelos sujeitos mais ligados à essa força, aqui destaca-se também a mesa de negociação na materialização do curso, compreendendo nesta um importante instrumento institucional de mediação que permite acontecer o processo formativo.

...a gente tinha um compromisso político de dar continuidade e finalizar a formação do Agente Comunitário de Saúde num técnico de saúde, então essa pauta ela veio desse compromisso da operacionalização e continuidade... (ENTREVISTADO – 4).

...a partir do diálogo com os representantes da categoria dos Agentes Comunitários de Saúde eles trouxeram essa pauta que não era só uma pauta local, era uma pauta nacional, onde alguns estados já tinham assumido em fazer a 2ª e 3ª etapa (ENTREVISTADO – 5).

Sua relação com outras políticas (para além de como a pauta específica é motivada a ser trabalhada), se articulou na perspectiva da qualificação profissional e do processo de trabalho, o que se configura na visão de qualificação da rede e da assistência como meta de gestão.

...mas a gente inclusive incorporou essa pauta da formação dos agentes, entendendo como estratégica para o objetivo que a gente queria chegar de qualificação da rede de saúde, então foi um pouco alinhado dentro do que eu me lembro agora na atenção básica a partir disso... (ENTREVISTADO – 4).

Sobre as interlocuções, vimos nesta força uma expressão associada a uma relação mais inserida no colegiado de gestão municipal, espaço institucional de pactuação e formulação junto aos setores ligados à coordenação do curso dentro da DGGTES. Essa relação era completamente centrada e priorizada em garantir as concepções pedagógicas do curso, ligadas à implantação do modelo, e em formular estratégias junto à coordenação para viabilizar logística e estruturalmente a realização da formação.

...mas prioritariamente a GAB, junto com a DGGT mais fortemente, e internamente a gente fazendo isso, tanto que o grupo de trabalho ele tinha representação destes dois setores... (ENTREVISTADO – 4).

Apesar de não destacado nas falas, compreendemos que a interlocução com a representação sindical também era de importante mediação desta força política, que paulatinamente foi sendo agregada pela força próximo ao momento ético-político com o delinear dos trabalhos. Também não se expressou com centralidade, mas foi apontada, as interlocuções estabelecidas sobre a concepção do curso com a UPE e sobre a certificação do mesmo com a ESPPE.

A questão da garantia da adequação às linhas do modelo de gestão novamente aparece, agora na relação dos embates de concepção travados nas discussões da formação. Aqui neste ponto, vemos uma relação direta dessa questão da garantia da discussão do modelo de saúde, como uma justificativa de convencimento interno na própria gestão municipal para realização da formação completa, que também encontrava resistências internas sobre sua viabilidade e necessidade. Os embates estruturais, guardam conexão de inferência nos tensionamentos e

busca de diferentes formas de financiamento cuja força técnico assistencial esteve constantemente debruçada.

...o principal desafio nosso foi alinhar as propostas de uma formação técnica a essa conjuntura do modelo e aí construir viabilidade política com aceitação da gestão de fazer esse curso técnico, se fosse para fortalecer a implantação do modelo e foi com esse discurso que a gente conseguiu uma boa aceitação por parte do núcleo estratégico da secretaria de saúde... (ENTREVISTADO – 5).

...a viabilidade desse curso foi muito trabalhada, a gente garantir financeiramente este curso foi muito disputado, a gente foi atrás de vários recursos buscando formas de viabilizá-lo pra que realmente os ACS pudessem participar... (ENTREVISTADO – 4).

Fazendo conexão com as interlocuções, as pactuações do curso para a força técnico assistencial centraram-se dentro do Colegiado Municipal e nas relações de pactuação direta que assumia o Sindicato de ACS com a gestão municipal. Já as pactuações de ordem curricular, estiveram conectadas aos esforços de pactuação com a ESPPE sobre o projeto pedagógico do curso e mais centralmente na mediação que estabeleceu com a força ético política para garantir os conteúdos ligados ao modelo de gestão no currículo da 2ª e 3ª etapas formativas. Nas questões estruturais e logísticas, destacamos a garantia da viabilização financeira e logística, onde esta força atuou buscando obter internamente na gestão municipal as condições mínimas para realização do mesmo.

...a gente precisou fazer uma discussão junto a ela pra suprir as demandas de implantação do modelo Recife em defesa da vida, a gente precisou abrir algumas concessões fazer algumas discussões... (ENTREVISTADO – 1).

...a gente envolveu a DGAS, a gente envolveu o jurídico, a gente envolveu os secretários de saúde e o executivo, a gente envolveu eu não me lembro fora da Secretaria quais os setores que a gente envolveu, mas acredito que sim também a Administração justamente pra buscar essa viabilidade dos recursos... (ENTREVISTADO – 4).

As não pactuações que pudemos apontar, se deram com mais centralidade na não viabilização estrutural e financeira de partes previamente planejadas dentro das esferas de pactuação. Isto ocasionou diversas adequações da proposta estrutural de planejamento do curso, de modo a se adequarem às possibilidades de o mesmo ocorrer até o seu fim, ressaltando, inclusive, a tentativa da gestão municipal de firmar convênio com uma instituição para repasse dos recursos, visando uma maior flexibilidade na forma de execução do mesmo²⁵.

De uma forma geral, como a posição da força política técnico assistencial tinha forte conotação de defesa junto a sujeitos ligados a postos chaves da gestão municipal, as maiores

²⁵ Discutimos sobre a tentativa desse convênio no capítulo anterior.

dificuldades que se apresentam alinhados à essa tendência são os relacionados: a) à dificuldade do município em conseguir o aporte financeiro; e b) à materialização da operacionalidade do curso no seu dia a dia (dificuldade também pelo tamanho do projeto) que viabilizassem o processo formativo completo.

A resolução dessas dificuldades remonta a duas questões já apontadas dentro dessa força política, a saber: o compromisso da gestão municipal com a categoria em realizar a 2ª e 3ª etapas; e a instância do Colegiado Municipal, cuja força técnico assistencial exercia bastante atuação, inclusive sendo denominada de “gabinete de crise” por um dos sujeitos ligados às posições dessa força política. É possível delimitar, que essa força procurava se remeter muito pouco à comissão pedagógica do curso e apostava suas resoluções de problemas, internamente no âmbito da gestão municipal e na sua relação com a DGGTES.

Passando à discussão do ACS como sujeito social e sobre quem é o ACS, esta será abordada juntamente com o sentido da formação, antecipando, assim, esta última, dado às similaridades do que foi inferido com relação a ambas. Estas, abarcam uma discussão muito preponderante do que caracteriza essa força política, ou seja, o debate da profissionalização e qualificação do trabalho, a defesa e ou questionamento da necessidade de este profissional morar na própria comunidade em que atua.

A apropriação desta questão, trazida por essa força política, delimita o sentido como a mesma compreende as políticas de saúde e a inserção deste profissional. Aqui neste ponto, há uma postulação de um profissional primordialmente técnico em contraponto ao seu vínculo comunitário. Sua defesa, é a de um ACS que tenha o papel na articulação comunitária, porém sem a necessidade de residir na mesma comunidade em que atue.

Defende-se aqui, um trabalhador que se legitime pelo conjunto de técnicas que lhe são atribuídos, assim como em qualquer outra profissão, sendo esta, parte de um processo de profissionalização desta categoria. Assim, a formação técnica seria parte central na materialização desta concepção, pois habilitaria o ACS (a partir de um domínio de um conjunto de técnicas), a ter a legitimidade instituída de ser um articulador das políticas de saúde em qualquer comunidade.

...o que é que caracteriza o ACS, é um agente promotor da saúde, um agente de saúde dentro do território que conhece aquela realidade porque ele mora lá, mas ao mesmo tempo, quando a gente tá formando ele em técnico, tá profissionalizando ele não poderia morar em outro canto e fazer o seu trabalho mediante a sua capacidade técnica... (ENTREVISTADO – 4).

Sobre essa questão, observaremos mais à frente, uma discussão a ser feita sobre a natureza do trabalho do ACS (considerando a existência de posições com essa mesma

característica que incidem no debate nacional), sobre o modelo de formação dessa categoria; e, ainda, na costura do que se delineou ao longo do tempo como o trabalhador ACS nos tempos atuais.

Ainda sobre a visão de quem é esse ACS e seu sentido de formação, destacamos a compreensão de sua formação como legitimadora do trabalho e da profissionalização; da própria qualificação do processo de trabalho desta categoria; e a percepção deste trabalhador como sobrecarregado pela lógica do modelo hegemônico de saúde, que o remete a cumprir diversas atribuições desfocado do seu papel.

...ele tem que ser muito bem formado do ponto de vista político do sentido da saúde, de que saúde é essa que a gente ta falando, ter uma formação pra ele poder dialogar com essa agenda forte técnica que tem em cima do Agente Comunitário de Saúde. É saúde da mulher, saúde da criança, saúde mental é reabilitação, é promoção da saúde, são cuidados paliativos. Tem uma sobrecarga grande porque o nosso modelo de saúde da família ele é um modelo ainda frágil... (ENTREVISTADO – 5).

...contribuí pra fortalecer a atuação do Agente Comunitário de Saúde como um técnico reconhecido pelos outros profissionais da equipe e pela própria comunidade, então é uma forma de legitimar essa profissão... (ENTREVISTADO – 5).

Acerca da relação do ACS com os modelos de saúde, é bastante clara sua visão deste trabalhador totalmente relacionado à construção de um modelo alternativo de saúde, considerando que o mesmo opera seu trabalho notadamente na esfera condicionada pelo modelo hegemônico de saúde. Esta também é parte primordial que estabelece uma clara caracterização dessa força política e a forma como vai operar nos processos políticos em que atua.

...o Agente Comunitário de Saúde ele combina mais com modelos mais integrais, tentando superar realmente aquele enfoque da doença, do hospital, de atenção primária, secundária, terciária, acho que o Agente Comunitário de Saúde ele traz uma questão da responsabilização, do vínculo, da responsabilização com o Projeto terapêutico... (ENTREVISTADO – 5).

...uma equipe de saúde da família fica responsável por mil pessoas, a gente aqui quase quatro mil, mil famílias, minha gente, é um modelo que aí sobrecarregam o Agente Comunitário de Saúde com tanta coisa, com tanta perna no território, então é uma potencialidade de mudança de modelo é, mas o próprio modelo que a gente coloca como alternativo ao modelo hegemônico ele é frágil, ele não tem condições de competir hoje com o modelo preponderante hospitalar, medicamentoso, não tem... (ENTREVISTADO – 5).

O papel do ACS na divisão do trabalho, é tratado por essa força de forma relacionada preponderantemente ao caráter da profissionalização deste trabalhador. Atribui-se claramente seu papel fundamental de agenciador das demandas do território dentro da política de saúde, sendo esta questão importante de se garantir no seu cotidiano do trabalho, em contraponto a uma lógica clientelista que perpassa o trabalho do ACS na comunidade em que atua. Dentro

desse cenário, são problematizadas novamente as discussões acerca de sua relação de moradia com a comunidade em que atua.

...a gente vem de uma cultura muito clientelista, muito baseada nos afetos e desafetos e a partir do momento da profissionalização é que você tem essa oportunidade do ACS estabelecer um vínculo com a sua comunidade, com a comunidade que ele assiste, diferenciada do que a gente tem hoje, muitas vezes a gente sabe que aquela questão da residência impacta que o ACS não consegue chegar naquela casa porque ele tem um desafio com aquela família, ou não tem alguma proximidade por questões diversas... (ENTREVISTADO – 4).

Destacamos aqui, a ocorrência de citação quanto ao papel do ACS nos processos de educação popular em saúde dentro da sua dinâmica de trabalho, bem como questões relacionadas à organização comunitária, que juntamente ao clientelismo, pretende-se apresentar como uma discussão articulada às outras forças políticas.

Encerrando o eixo ACS como sujeito social, o ponto mais central que encontramos acerca da complexidade do seu trabalho é sua relação de mobilização comunitária dentro do território, entendendo este como uma ponte para dialogar com a comunidade sobre as diferentes questões de saúde.

Passando agora ao eixo formação humana e profissional, as motivações para realização do curso, incidem novamente na questão característica mais marcante dessa força política: a busca pela qualificação da rede e implantação do modelo.

Pelo reconhecimento dessa necessidade de qualificação do profissional, mas sobretudo por a gente enxergar esse processo como um dispositivo de fortalecer o modelo Recife em Defesa da Vida (ENTREVISTADO – 5).

A discussão do Modelo de saúde, reaparece também quando visualizamos o referencial teórico que era reivindicado por essa força, cujo destaque inferido esteve no referencial do Modelo em Defesa da Vida²⁶ e a discussão de uma pedagogia libertadora. Destacamos aqui, o fato de a delimitação do Modelo em Defesa da Vida ocupar este papel central e, contraditoriamente, aparecer com maior citação explícita sobre essa questão pelos sujeitos ligados mais diretamente à força próxima ao momento ético político.

Ressaltamos também, que de fato, no cotidiano do trabalho da coordenação do curso, em todo processo dentro dos espaços institucionais de pactuação, a postulação dos referenciais do Modelo em defesa da Vida era apresentada e reivindicada, o que podemos compreender por ser essa a base do referencial teórico desta força política.

²⁶ Sobre o modelo Em Defesa da Vida, ressaltamos que trata-se de uma proposta de Modelo Alternativo em Saúde, desenvolvida principalmente no município de Campinas e que tem como base implantar no cotidiano das equipes uma série de dispositivos que visem o aprimoramento de uma clínica ampliada, sejam eles: Acolhimento, Projeto Terapêutico Singular, Clínica Ampliada/Matriciamiento, Co-gestão; Articulação Intersetorial; Gestão da educação no cotidiano das Equipes de Saúde.

...a gente acabou resgatando muito texto do modelo em defesa da vida como referencial por conta da pressão da GAB... (ENTREVISTADO – 1).

Sobre a pedagogia libertadora, consideramos essa, a concepção pedagógica trazida por Paulo Freire. Sugerimos que essa pedagogia, igualmente citada pela força próximo ao momento econômico corporativo, aparece na força técnico assistencial com o mesmo sentido, cujo qual podemos atribuir, ao pouco conhecimento sobre concepções pedagógicas dos sujeitos ligados a essas forças políticas. Este é um fator que também indicamos ser explicativo da incidência do Modelo em Defesa da Vida como seu referencial. Logo, o que é reivindicado, é o que os sujeitos dessas forças conhecem ou já viram e ou dominam nos seus processos de trabalho.

Encerrando as análises da força técnico assistencial, tem-se um ACS compreendido e inserido num modelo alternativo de saúde (no caso o Modelo em Defesa da Vida), que essa força defendia como centralidade nas discussões do curso. Um ACS que atue no SUS, em sua defesa, produzindo saúde e potencializando o conhecimento no território. Esse é o ACS ao qual nos aproximaremos à frente, intimamente ligado aos postulados por Alma Ata, cujo referencial já foi trazido anteriormente em nosso texto.

5.3. FORÇA POLÍTICA PRÓXIMO AO MOMENTO ÉTICO POLÍTICO

A força próximo ao momento ético político, se apresentará nos diversos movimentos do curso ocupando espaço de centralidade em praticamente todas as situações destacadas nesta análise. É a força que disputa, desvela e se insere no processo visando a construção de situações que permitam ajudar a construir a emancipação dos sujeitos para além dos campos específicos, neste caso o da saúde, em busca de uma transformação na forma de organização da sociedade.

Abrindo a compreensão dos movimentos dessa força dentro do curso, destacamos no eixo de análise dos processos políticos, o papel decisivo que a mesma expressa na demanda da categoria e na mesa de negociação, como principais questões motivadoras de contribuição para a realização do curso. Isso nos permite já aqui antecipar a questão das motivações ligadas à decisão da gestão na realização do mesmo, dentro do eixo formação, as quais trazem o mesmo apontamento dessas duas questões como motivações.

...a mesa de negociação foi a grande possibilidade de sentar sindicato e representante da categoria e gestor, e encarar a demanda da categoria, e trazer isso como uma pauta política... (ENTREVISTADO – 1).

...era pauta do Movimento dos ACS, isso tava na pauta de reivindicações deles, eles falavam muito isso, era extremamente importante... (ENTREVISTADO – 2).

...mas entrou em pauta até onde seu sei por conta de uma demanda da categoria enquanto sindicato, umas figurinhas do sindicato que pautaram... (ENTREVISTADO – 1).

Destacamos aqui, que nessas duas questões apresentadas, a temática das lutas da categoria nos permitirá aprofundar a caracterização das aproximações entre as forças próximo ao momento ético político e próximo ao momento econômico corporativo, relação chave no entendimento dos processos de hegemonia na particularidade deste curso.

Ainda considerando as motivações, tem bastante peso nesta força a oportunidade e possibilidade de se trabalhar um projeto politicamente comprometido com uma visão de formação mais transformadora, que foi aberta desde o início das costuras do processo do curso, bem como o envolvimento de sujeitos comprometidos com essa proposta que permitiram que outros com uma mesma visão de formação pudessem se aglutinar para mergulhar nessa construção.

...outra coisa que me motivou foi quando eu fui procurado pelo grupo que tava pensando a concepção e formulação do curso, e o pessoal tava pensando numa perspectiva pedagógica crítica, o pessoal tava se inspirando muito pelos princípios e diretrizes do SUS muito pautado naquelas discussões da Oitava Conferência... (ENTREVISTADO – 2).

A articulação do protagonismo político dos ACS, foi o elemento pautado acerca da relação da motivação da formação com outras políticas. Passando às interlocuções, a maior característica dessa força, antecipando também já uma das características primordiais de suas pactuações, é o constante movimento de formular, garantir e ocupar com peso os espaços institucionais de pactuação e formulação do curso (Comissão Política, Colegiado de Gestão Municipal, Supervisão Central, Comissão Pedagógica). Isto garantiu as interlocuções com a ESPPE, Sindicato, GAB e DGGTES, operando um movimento dentro dessas interlocuções, prioritariamente em prol da garantia da realização do curso e também visando pautar sua proposta e concepção de formação, fato que também ajudava a garantir esta realização, visto que materializava uma proposta de formação para a categoria, clara e pronta para execução.

...na verdade a pauta mais da SEGTES era que tivesse o curso, que acontecesse, essa era a pauta principal da SEGTES, nos outros tinha a GAB que tinha esse interesse maior de fortalecer o modelo, um modelo que tava sendo implantado, que era o modelo Em defesa da vida, o outro era os próprios ACS na figura do sindicato, que não tinham, não acredito que tivesse uma formulação bem fechada do que seria esse curso, o interesse pra mim era mais corporativo mesmo, era mais de vislumbrar uma progressão da categoria, do que de fato discutir política e processo de trabalho, não era isso que o sindicato tava colocando, não era pauta principal do sindicato, pauta principal do sindicato era pra ter o curso e a partir desse curso tivesse uma valorização do trabalhador e uma qualificação salarial[...]outro interlocutor é a Escola, é a instituição certificadora que necessariamente a gente precisava sentar e pautar, embora a discussão de curso era completamente diferente, mas a gente precisava deste ente pra poder discutir, porque no final quem certificou foi a própria Escola de Saúde Pública (ENTREVISTADO – 1).

Ressaltamos ainda, sobre este ponto, a interlocução feita com a UPE (que foi um sujeito inserido ligado à força próximo ao momento ético político), de central importância para as duas questões trazidas acima, que atuou fortalecendo a Comissão Pedagógica do curso, sendo também reivindicada sua importância pelas forças técnico assistencial e próximo ao momento econômico corporativo.

Nos dois embates mapeados aqui como mais presentes na 2ª e 3ª etapas, os de concepção e logístico estrutural, essa força atuou no primeiro, disputando a concepção de Politecnicia como hegemônica e no segundo, incrementando mediante às questões encontradas, uma vontade e interesse em realizar o processo formativo que perpassava os embates realizados da estruturação do mesmo, possibilitando a sua materialização.

...a GAB vinha no sentido de implantar o modelo em defesa da vida, que pra gente a concepção de curso era um pouco diferente [...]exemplo discutir política, discutir modelo de sociedade, discutir relações de trabalho numa perspectiva mais ampla não era interesse da GAB[...] E com relação à Escola o embate era total, a escola ela vinha de um modelo, de uma formação tecnicizadora a gente tava defendendo um modelo de politecnicia e que a escola não vislumbrava esse modelo... (ENTREVISTADO – 1).

...o grupo que tava responsável tinha um interesse muito grande de fazer o curso e foi enfrentando todas essas dificuldades, essa que é a verdade... (ENTREVISTADO – 2).

As pactuações mediadas por essa força, já começaram a ser desenhadas acima nas interlocuções. Sua principal inferência, nas pactuações de ordem curricular, se deu mediando com a força técnico assistencial a garantia da entrada no currículo do curso das questões ligadas ao modelo de saúde e no peso constante que a força próximo ao momento ético político imprimiu na negociação da matriz curricular alternativa à da ESPPE, que o município (e essa força principalmente) postulava realizar como sua matriz pedagógica na formação. A força ético política, conseguiu se colocar como principal pactuador desta questão, após mediar sua proposta de conteúdo com a força técnico assistencial e pautá-la junto à ESPPE.

...a gente precisou construir um meio termo, um meio termo neste processo, por exemplo, a grade de conteúdos já estava previamente articulada junto à Secretaria de Educação, então a gente precisou de fazer várias adaptações, porque nossa grade de conteúdo reivindicava uma outra coisa, a gente teve que fazer essas modificações e essas pactuações, com relação a GAB a gente precisou fazer uma discussão junto à ela pra suprir as demandas de implantação do modelo Recife em defesa da vida, a gente precisou abrir algumas concessões fazer algumas discussões... (ENTREVISTADO – 1).

Nas pactuações acerca das questões estruturais do curso, essa força imprimiu cotidianamente um tensionamento para viabilidade financeira, operando diversas das pactuações e negociações de contrapartidas com instituições parceiras da rede municipal de saúde, que viabilizaram parte importante do que seria a estrutura e logística de todo processo.

A principal não pactuação, atribuída à força próximo ao momento ético político, se relaciona à sua postura constante no processo de estruturação, formulação e pactuação do curso, de não abrir mão ou repactuar a centralidade política de sua concepção de curso como norteadora do processo formativo em questão. Obviamente, houveram mediações e flexibilizações importantes no conteúdo pedagógico do curso e em sua matriz curricular final executada, sem os quais não seria possível concretizar a formação completa dos ACS em questão.

...a gente bancou e peitou, e dizendo olha o ACS que a gente vai formar é assim assado e a gente não abre mão disso, então houve alguns problemas nosso mesmo, não é problemas, mas assim, de um posicionamento nosso de dizer até aqui a gente negocia a partir daqui a gente não vai negociar... (ENTREVISTADO – 1).

A posição próximo ao momento ético político (que, de uma forma geral, ocupava o espaço da coordenação central do curso), ainda que tivesse que operacionalizar e criar diversas estratégias para superar a falta de viabilidade financeira e o tamanho da operacionalidade do curso, expressa um conjunto de dificuldades, cuja atuação mais hegemônica pontua-se na disputa que operou com mais força na concepção que o curso caminharia (defesa da Politecnia). Em geral, esta concepção contrapunha-se a um forte utilitarismo que se delineava no curso desde o início, às adequações necessárias às burocracias de alteração no conteúdo curricular do curso e aos conflitos e mediações com a força técnico assistencial, junto ao seu norte pedagógico centrado na implantação do modelo de saúde.

...a gente teve algumas dificuldades em relação a concepção do ACS, o que ACS é esse que tava sendo reivindicado, a gente teve algumas dificuldades em relação a ta se posicionando em defesa de determinando ACS e fazendo da defesa, na verdade um discurso contra um outro tipo de ACS que a gente não queria,[...] ...era embora a gente conseguisse burlar o projeto de formação da Escola, a gente também tinha que se adaptar aos limites institucionais da Escola, [...]a gente teve que lidar com a reivindicação do curso no seu viés utilitário, ou seja tudo que a gente tava sonhado enquanto concepção de ACS, esbarrava numa cultura que entende os processos formativos como um processo de trazer benefícios ou não trazer benefícios (ENTREVISTADO – 1).

As dificuldades apontadas, tiveram a centralidade de sua resolução imprimidas por essa força na constante argumentação ideológica em toda sua ocupação nos espaços institucionais de pactuação e formulação. A postura assumida por essa força política era de encarar o processo formativo dessa categoria como um compromisso militante, muito além de uma simples tarefa de trabalho, junto com uma postura democrática e formativa imprimida na dinâmica do curso, desde seu início e mais fortemente no decorrer das etapas, pelo fato de esta força estar na coordenação do processo.

...a maneira de condução do trabalho de forma mais participativa e o esforço de um cuidado extremo à formação do docente eu acho que foi a possibilidade de burlar essas dificuldades éticas, de tentar trazer pelo menos no corpo do docente um bloco, um bloco de posicionamento de dizer assim o curso tem que ser assim e a gente conseguir militância na defesa desse curso de determinada forma... (ENTREVISTADO – 1).

O eixo ACS como sujeito social, nos permite aprofundar a concepção dessa força acerca do ACS inserido nas suas relações sociais. Aqui, da mesma forma que a força técnico assistencial, apresentaremos quem é o ACS e o sentido de formação, acrescido das suas relações com os modelos assistenciais. Articularemos essas duas dimensões devido as proximidades das questões trazidas, porém de forma separada, visando esmiuçar de forma mais detalhada as leituras da força próximo ao momento ético político.

Assim, o ACS é visto e defendido por essa força como um sujeito inserido no e pelo Movimento popular, que tem a alteridade, a articulação de direitos e cuidados intrínsecos à comunidade, e um papel ligado ao conjunto de movimentos de reivindicações e mobilizações para mudanças nos problemas globais que as condições de saúde trazem em suas dimensões e determinações, estas que se chocam diretamente com o sistema econômico e social hegemônico. É agente promotor da integralidade das ações enquanto profissional na garantia do direito à saúde, sendo assim postulado na sua relação com os modelos assistenciais de saúde.

...um ACS enquanto diferença, gerador de conflitos e por si só um gerador de devir, de mudança pra dentro do sistema, que diga assim ó desse jeito não vai haver ação de saúde aqui na comunidade, a gente precisa de um outro jeito , porque nessa comunidade não funciona assim, então essa alteridade e a outra cosia é desse papel articulador de direitos e que vai mobilizar essa garantia de direitos para além do que o sistema pode adquirir, ou seja o ACS também tem o papel de discussão e de produção de lutas por esse direito à saúde na comunidade... (ENTREVISTADO – 1).

...essas pessoas eram ligadas à movimento populares, principalmente aqueles ligados à igreja católica, aos movimentos de teologia de libertação, aqueles médicos que trabalhavam com saúde pública de uma maneira bem digamos assim bem radical, indo mesmo na raiz.[...] Eu to falando de um momento que a gente ta aí no início dos anos 80 por aí, a gente falava muito de Movimento Popular de Saúde e esses grupos essas pessoas, elas também tinham momento político, uma formação política muito consistente...(ENTREVISTADO – 2).

Seu sentido de formação, enquanto força política, casa-se diretamente à visão compreendida acima, cabendo a esta, trazer o resgate e articulações de conhecimentos que visem a produzir um itinerário formativo centrado na ideia de formação do agente político do direito à saúde, resgatando o perfil do ACS ligado ao momento histórico da VIII Conferência Nacional de Saúde. A Politecnia é o referencial pedagógico assumido por essa força como possibilitador desta interação.

... ela vai fazer parte do trabalho do ACS, mas acima de qualquer coisa a gente tava querendo um trabalhador que conseguisse fazer uma crítica ao seu processo de trabalho, uma crítica às relações de trabalho pré – estabelecidas, um trabalhador que pudesse compreender o lugar dele no processo de luta pela garantia do direito à saúde, que lugar ele ta ocupando, que desafios estão postos nesta luta,... que ele possa ter crítica de enxergar que o trabalho é uma luta por bandeiras, isso faz com que a formação técnica não prescindia de uma discussão de mundo... (ENTREVISTADO – 1).

...tem muito a ver com aquele ACS dos anos 80, um ACS que enraizado na comunidade onde ele vive, comprometido com a política e não com uma política médica, mas com uma política de direito à saúde, ele seja um interlocutor da comunidade para dentro do sistema e um mediador da comunidade para o sistema, então o sentido que eu gostaria que desse foi esse... (ENTREVISTADO – 2).

Sobre o papel do ACS nas equipes e na comunidade, demonstrou-se uma intrínseca relação com a visão de quem é o ACS discutida acima. Logo, a maior inferência nesta questão, denotou a compreensão de um trabalhador que se insira nas equipes possibilitando à comunidade responsabilizar-se pela Instituição (Unidade de saúde) e que atue nessas articulando as ofertas de cuidados em sua dimensão ampla. Ele também é um operador deste cuidado dentro do próprio território. Neste ponto, também se afunilarão questões acerca do clientelismo, em relação ao qual também será discutido o papel desta força política.

...ele é o grande agente por meio do qual é possível viabilizar a integração entre a instituição e a comunidade no sentido de possibilitar a comunidade se responsabilizar pela instituição.... (ENTREVISTADO – 2).

...então ele tem a possibilidade de pensando em cada situação particular, articular as diversas ofertas do cuidado que possa produzir saúde pra própria população ou praquela situação... (ENTREVISTADO – 1).

A complexidade do trabalho do ACS, sintetizada por essa força, também retoma questões já ligadas à sua relação com a visão de quem é esse trabalhador e suas relações com os modelos. Essas concepções estão balizadas no empoderamento do acesso à saúde, à comunidade e no seu papel materializador da integralidade no cotidiano.

Entrando no eixo formação humana e profissional e passando à discussão do referencial teórico reivindicado por essa força política, já visualizamos a centralidade que a Politecnia, enquanto concepção, assumiu nas disputas que foram travadas por essa força nos processos políticos do curso. Logo, além da Politecnia e da pedagogia histórico crítica trazida por Dermeval Saviani, também é intensiva nesta força a utilização do referencial e material utilizado na 1ª etapa do curso, que abarcava um conjunto de referenciais focados na educação popular freireana, com textos críticos ao modelo de sociedade atual e estimulando o papel do fortalecimento de sujeitos na transformação dessas relações.

...a outra coisa foi o Know How da 1ª etapa que Recife da mesma forma que a 2ª e a 3ª bancou uma formação própria do desejo da gestão e da categoria, então a gente pegou muito dos textos baseados na 1ª etapa... (ENTREVISTADO – 1).

...a gente fez opção bem claro pelos estudos que se desdobravam a partir dos estudos do professor Dermerval Saviani, lembro muito disso, como a gente fazia essas discussões de uma pedagogia comprometida, de textos científicos, pedagógicos que estivessem o tempo todo estimulando o que era que eles, em que nível de prática social eles estavam... (ENTREVISTADO – 2).

É importante ainda destacar, a incorporação que esta força política teve que fazer em sua defesa acerca do referencial do Modelo em Defesa da Vida, no processo de mediação que operou junto à força técnico assistencial.

...a gente acabou resgatando muito texto do modelo Em defesa da vida como referencial por conta da pressão da GAB... (ENTREVISTADO – 1).

Ainda sobre a Politecnia, destacamos que, apesar da primeira etapa formativa do curso realizada em 2006 ter um bom aporte de referencial teórico (dentro dos interesses de formação pelos sujeitos dessa força), estes veem alguns limites a esta, que trazemos à tona com base em nossa vivência no cotidiano dos trabalhos da coordenação do curso. Os sujeitos, tinham o interesse em trazer a abordagem da politecnia neste processo, partindo de uma

vontade premente de experimentar essa concepção no processo formativo, fato que não havia ocorrido em 2006.

Finalizando as análises feitas sobre essa força, o tipo de ACS para o qual a mesma postulou a formação, também tem íntima conexão com as discussões já feitas acima, o qual destacamos aqui mediante as falas dos sujeitos: um ACS que seja crítico, político, transformador social, operador da integralidade e do direito à saúde. A aproximação que podemos fazer com o referencial teórico deste trabalho e com as discussões das concepções dessa força, é sobre a ligação entre o ACS e o momento da VIII Conferência de Saúde.

...é um ACS que tá diretamente comprometido com o Direito à Saúde, então é um ACS mais político e politizado, que tá entrando no jogo do trabalho mas enxergando esse jogo do trabalho como um jogo de disputa ... (ENTREVISTADO – 1).

...esse sujeito desenvolvesse capacidade de ser crítico a essas práticas de concorrência que ocorrem no mundo social, no mundo acadêmico, dentro da instituição, que contra a prática do individualismo, contra o machismo, contra o racismo e principalmente contra essa economia política, essa economia bem liberal, que faz com que muitos grupos terminem não tendo acesso... (ENTREVISTADO – 2).

5.4. FORÇA POLÍTICA CONSERVADORA

A força Conservadora é a que se apresentará no processo visando sua não realização, compreendendo assim os diversos movimentos, mecanismos, burocracias e debates em que apresentarão impondo limitações ao processo formativo. Todos esses elementos estão implicados com as relações que se estabelecem na sociedade, as quais são força hegemônica no âmbito do estado capitalista e nas questões relativas à organização dos processos de formação humana.

Antes de adentrar aos eixos de análise, destacamos que essa, foi uma força política que se apresentou nas falas em vários momentos da pesquisa indicada por sujeitos ligados à outras tendências de forças políticas, quando apresentavam as dificuldades encontradas na realização do curso. Em alguns temas, não conseguimos apontar a posição dessa força. Pelo que foi analisado, sugerimos ser essa uma questão ligada à dificuldade de o conservador expressar claramente sua ligação aos graus de hegemonia que foram se estabelecendo no processo aqui estudado.

Assim, começando a ver as movimentações dessa força política, iniciamos observando no tema dos processos políticos, sua relação com a motivação e influências que delinearam o aparecimento do curso. Aqui também anteciparemos as motivações ligadas ao ponto da

formação humana e profissional, o qual, apesar de não ter similaridade direta nas citações das falas encontradas, contém sentidos importantes de serem compreendidos em conjunto.

Logo, nas motivações de como se chegou à pauta do curso, não notamos expressa nas citações dos sujeitos entrevistados a tendência conservadora neste processo. Há apenas uma citação, de que o curso era pauta permanente de discussão dentro da ESPPE, a qual sugerimos estar centrada numa lógica conservadora. Sobre isto, faremos uma elaboração maior no parágrafo abaixo com a apresentação das motivações do eixo formação humana e profissional.

Entrando, no âmbito dessa motivação, foram encontradas citações que expressam uma postulação sobre essa força. Trata-se do apontamento da Regulamentação do Ministério da Saúde acerca desta formação, a realização da 1ª etapa e a necessidade de completar o processo formativo desses trabalhadores já iniciados em 2006.

Essa questão, nos permite conectar com a questão acima da pauta permanente da ESPPE. Isto porque ela sugere que, apesar de a formação técnica completa dos ACS não ter sido realizada pelo conjunto da RET-SUS nacionalmente, esta discussão esteve sempre permeando os debates que se pautaram após a realização da 1ª etapa do processo formativo em 2006. A centralidade de ser pauta nesse período e, inclusive, ainda hoje, nas mesas de debates e discussões da RET-SUS, se dá pela não viabilização financeira das instâncias de gestão municipal, estadual e federal para sua realização.

Na relação da motivação da formação com outras políticas, não notamos fala que denotem uma tendência conservadora clara. Já nas interlocuções, compreendemos nesta força política uma relação apenas de formalidade com os demais sujeitos e instâncias do organograma do curso. Não se aparentam procura, disputa, batalha ou pactuação exercida ou protagonizada por essa força. Apenas notamos interlocução (centralizada pela ESPPE) com a Secretaria de Educação, a qual mantinha estreita relação com a questão da tramitação institucional do projeto curricular do curso, quando eram apresentadas várias bases legais que traziam diversas dificuldades para a permissão de certificação da 2ª e 3ª etapas.

...e junto também com a Secretaria Estadual de educação que a gente também teve que fazer alguns acordos com eles... (ENTREVISTADO – 3).

Nos embates acerca da concepção do curso, verificamos importante atuação dessa força, visando um tipo de formação designada aqui como tecnicizadora²⁷, pleiteando seu

²⁷ Formação tecnicizadora: quando se reduz a formação à questão do fazer, desligando o sujeito das relações com o mundo, ou com propostas de mudanças na forma do fazer.

projeto curricular do curso aprovado em 2005 na Secretaria de Educação, que validava a formação técnica dos ACS no Estado.

...E com relação à Escola, o embate era total, a Escola ela vinha de um modelo, de uma formação tecnicizadora a gente tava defendendo um modelo de politécnica e que a escola não vislumbrava esse modelo... (ENTREVISTADO – 1).

Os embates estruturais, foram diversos e dinamizados, e estão totalmente associados às dificuldades vividas no curso e às pactuações que foram realizadas por essa força política, sendo em muitas questões similares. Assim, os embates que mais tiveram relevância produzidos pela força Conservadora foram, o embate interno à própria gestão municipal, que mantinha sujeitos contrários à realização da formação; os embates com a ESPPE, ligados à burocratização de todos os mecanismos formais para certificação, e os ligados à dimensão política do que representaria a realização dessa formação em Recife. Esta, era pautada pelo discurso nacional de não se fazer curso técnico, devido ao ônus que se causaria aos municípios.

...dentro da própria gestão da secretaria de saúde não havia um consenso na prática pra que essa 2ª e 3ª etapa acontecesse. As condições materiais, ambiente, recurso financeiro, apoio logístico administrativo para que acontecesse daquela maneira não era um consenso mesmo da secretaria municipal de saúde... (ENTREVISTADO – 2).

... e a outra estão inter-relacionadas tinha uma questão política aí da Escola, que era abrir a possibilidade de Recife formar pessoas conseguir dar continuidade ao processo de formação do ACS, abriria uma demanda dentro do estado, que o estado não necessariamente ia dar conta, então Recife peitou isso de forma muito autônoma.... (ENTREVISTADO – 1).

Acerca das pactuações, destacamos que essa força, como já visto nas interlocuções, ocupava as instâncias de formulação e pactuação, baseada mais na formalidade de sua participação, sem jogar peso em nenhum desses espaços. Isto limitava vários processos de pactuações a serem realizados com a ESPPE e que muitas vezes tinham que ser realizados em reuniões formais entre a gestão e a própria instituição.

As pactuações do conteúdo curricular do curso, centraram-se no que já trouxemos acima, ou seja, na burocratização do projeto político pedagógico para dificultar realização da formação e nos diversos movimentos realizados para sua materialização, os quais também já foram debatidos nas análises das outras forças políticas. Sobre as pactuações estruturais e logísticas, o peso dessa força esteve em trazer dificuldades para uma não viabilização financeira do curso.

...pactuação com a Escola de Saúde Pública, porque a gente teve que engolir algumas, passar por alguns processos que eram exigências da Escola pra gente poder conseguir o que a gente queria... (ENTREVISTADO – 5).

...porque as vezes não tinha dinheiro naquela hora, as vezes a coisa chegava depois do processo, então houve muito estresse em relação a isso, então essa discussão de vai ter o curso, vai ter, mas não havia um dinheiro reservado para tal, gerou a necessidade de algumas pactuações... (ENTREVISTADO – 1).

Com relação às não pactuações, essas compreenderam coisas distintas, mas que acarretaram pesos importantes na disputa pela não realização das etapas formativas. Destacamos: o financiamento estadual ao projeto, e conseqüentemente os recursos que poderiam ser usados da CIES (voltaremos posteriormente à essa questão); a certificação da carga horária de dispersão como estágio que acarretou no meio do curso a necessidade de realização de mais 200 horas de aula para viabilizar sua certificação; e uma posição conservadora que não teve tanto peso nas citações do curso (mas que traremos aqui para denotar a posição conservadora também aparecendo no interior da categoria), que ocasionou um não apoio estrutural do SINDACS aos diversos problemas encontrados na estrutura da formação.

...a questão da carga horária, com relação ao entendimento do que era chamado de dispersão era estágio, o que é estágio é dispersão, a gente não pode conseguir salvar uma carga horária que foi colocada como estágio e na verdade era dispersão, não consegui salvar, embora a gente saiba muito bem que não era estágio... (ENTREVISTADO – 1).

...a gente precisou de estrutura porque a prefeitura estava esgotada mesmo, tava num processo de final de gestão e tal, e a gente precisava concluir o curso propriamente dito, e o sindicato podia ter entrado e compartilhado muito mais e tinha caixa pra isso, quero frisar isso, o sindicato tinha caixa e não fez por conta de má vontade... (ENTREVISTADO – 6).

Nas dificuldades, a força Conversadora se expressa prementemente com sua ação em não subsidiar aporte financeiro e estrutural ao curso (no caso de maior peso o não apoio da Secretaria Estadual de Saúde ao processo), bem como no fato de a matriz curricular pleiteada pelo município entrar em conflito com a da ESPPE. Cabe aqui, ainda, apontar também como dificuldade, o forte peso que a discussão nacional trazida pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) da não realização da formação técnica pela oneração da folha salarial dos municípios, tinha sobre os gestores municipais do curso e que estimulou diversas dúvidas dos mesmos para com sua realização.

...por um entendimento de que isso poderia onerar a folha dos municípios, então houve uma resistência por parte principalmente das secretarias municipais com medo de reforçar um pedido dos Agentes de aumento salarial... (ENTREVISTADO – 5).

... A gente tinha um plano de curso aprovado pela secretaria estadual de educação e o que eu tava vendo no planejamento era uma outra coisa, então desse momento dessa percepção até o momento da pactuação pra que as coisas acontecessem houve muita reflexão e muita discussão... (ENTREVISTADO – 3).

...a gente não via uma disposição da Secretaria Estadual de Saúde em utilizar os recursos da política de educação permanente na complementação desse curso técnico do ACS... (ENTREVISTADO – 5).

Sobre as resoluções das dificuldades, a força conservadora praticamente não se expressa, já que a raiz de sua posição era a não realização das etapas. Porém, foi possível conseguir inferir, uma posição de que as instâncias de pactuação do curso construídas no processo, conseguiram operar um contexto onde foi possível superar os problemas em prol da realização da formação. Observamos aí, uma importante contradição da atuação dessa força política que denotam os cenários de hegemonia do curso que serão discutidos, onde o conservador, apesar de sua posição contrária ao processo, não sai do cenário e instâncias de pactuação.

...a gente se reuniu, discutiui, refletiu e procurou da melhor forma possível tanto pra secretaria municipal, tanto pra o ACS, quanto pra escola pra que o curso tivesse e fosse alcançado o objetivo final dele... (ENTREVISTADO – 3).

No eixo ACS como sujeito social, a visão sobre quem é o ACS, denota uma dificuldade de compreensão dessa questão, pela fala dos sujeitos entrevistados. O que pudemos captar como apontamentos do que seria um ACS para essa força política, são visões bem genéricas centrada num trabalhador limitado à visão de elo entre a comunidade e serviço de saúde, um trabalhador comum que se adequa a qualquer gestão.

Na relação do ACS com os modelos assistenciais de saúde, as concepções do que seriam esse trabalhador aparecem também de uma forma genérica para essa força política. As noções de mais destaque acerca do entendimento dessa força, denotam um trabalhador ligado aos modelos de saúde por uma complementação mecânica do trabalho de outro profissional. Tem-se aqui uma visão genérica de um trabalhador subordinado a qualquer modelo.

...ele é um trabalho que ele tem que ta ligado ao modelo de saúde existente em cada região, em cada local, em cada município, trabalho, de o papel principal dele seria a prevenção de doenças e a promoção da saúde... (ENTREVISTADO – 3).

Adentrando no papel do ACS na equipe e na comunidade, esta guarda a mesma ideia base de como essa força política reivindica esse trabalhador. Tem-se aqui uma noção de um Agente de Saúde diretamente ligado às concepções de risco à saúde. É o trabalhador central

de mapeamento destes riscos dentro do território e na sua relação com a comunidade, sendo este o centro de seu trabalho.

...ele é um vigilante, ele tá lá, ele conhece a comunidade, ele vai conseguir todos os problemas identificar, acho que a importância dele precisa identificar todos os riscos de saúde que existe na comunidade, ele vai poder identificar primeiro, primeiro do que todo mundo, quais as pessoas que adoecem na comunidade e encaminhar essas pessoas pra unidade... (ENTREVISTADO – 3).

Cabe aqui apontar, uma importante questão trazida por alguns sujeitos nas entrevistas realizadas, que é a relação deste trabalhador com um clientelismo no âmbito do seu trabalho, o que enquadraremos aqui, apesar de não ser citação ou reivindicação direta de sujeitos mais próximos de uma perspectiva conservadora. Não podemos afirmar, então, que se trata de uma característica ligada a essa força, considerando as diversas peculiaridades que se enquadram na mesma, e que serão trazidas no decorrer da discussão que faremos posteriormente.

Ainda sobre o ACS como sujeito social, o sentido da formação deste trabalhador, é visto também sem apresentar uma característica central de reivindicação dessa força política. O que nos foi possível apreender, é uma tendência importante dessa força em materializar processos de formação fragmentados, que abordaremos aqui de acordo com os processos vividos dentro do curso e nas discussões nacionais acerca da formação técnica dos ACS, revelando-se como uma forma de inviabilizar a estruturação do processo de formação técnica desta categoria.

...ele tem treinamentos pontuais um conteúdo hoje, conteúdo amanhã, conteúdo depois de amanhã, mas a junção desse conteúdo pra poder compreender o contexto eu não sei nem se eles fazem... (ENTREVISTADO – 3).

Entramos agora no eixo formação humana e profissional. As análises que fizemos sobre o referencial teórico reivindicado pela força conservadora, incidiram diretamente sobre o plano de curso do projeto de formação técnica formulado pela ESPPE. O conjunto das outras três forças políticas que disputaram este processo, o compreendiam como insuficiente e delineador de uma formação tecnicizadora, contra o qual todas as forças se empreenderam em propor um projeto pedagógico alternativo.

Pedagógico tem o plano de curso que serviu de orientação pedagógica, tanto o plano de curso e a questão também, eu tô dizendo isso porque eu não tava mas eu imagino que tenha sido assim, o plano de curso serviu como documento pedagógico... (ENTREVISTADO – 3).

Por fim, como última questão, abordaremos o tipo de ACS que se pretendia formar. O que pudemos apreender de relações deste tema ligados à esta força, partiram de sujeitos não ligados diretamente a ela, mas de apontamentos gerais que estes fizeram e contrastaram com

características de um tipo de ACS cumpridor de tarefas, o qual identificamos como um ACS ligado ao modelo hegemônico de saúde.

...era um ACS cumpridor de tarefas, executor de determinadas técnicas e modelos assistenciais, esse ACS tava presente em alguns momentos, ele foi reivindicado por alguns atores... (ENTREVISTADO – 1).

5.5. ARTICULANDO AS FORÇAS POLÍTICAS: SENTIDOS, MOVIMENTOS E ALIANÇAS NA CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIA

A exposição que fizemos até o presente momento, dissecando as principais questões trazidas na pesquisa e utilizando-nos da análise de conteúdo das entrevistas, nos permitiu encontrar diversos pontos em comum entre as quatro forças políticas que mapeamos atuantes dentro do curso estudado.

Para a compreensão dos processos de hegemonia, cabe discernir em que sentido estes pontos comuns traduziram-se não só para caracterizar tal força política e delimitar seu mecanismo de ação no processo vivido, mas também como se configuraram as alianças estabelecidas por elas no interior do processo formativo. Cabe ver, ainda, como se conseguiu estabelecer processos de hegemonia e quais elementos e fatos foram fundamentais nessas alianças que materializaram a realização da 2ª e 3ª etapas formativa em Recife.

Começaremos nossa abordagem, apresentando inicialmente que movimentos foram realizados pelas forças políticas quanto à temática da organização do trabalho. Esta se divide, nos acontecimentos acerca da equipe de planejamento do curso e nas movimentações sobre a formulação do projeto da formação, tema que juntamente, com a formulação do projeto e as estratégias realizadas, não apresentamos nas caracterizações que fizemos acima sobre as forças políticas, uma vez que optamos por apresentá-los já mediando suas conexões em comum.

Sobre as equipes de planejamento do curso, destacamos uma questão comum apresentadas pelas três forças políticas favoráveis à sua realização (próximo ao momento econômico corporativo, técnico assistencial, próximo ao momento ético político), que foi a presença de técnicos com entendimento e experiência em formação de ACS na montagem do planejamento do curso. Este é um elemento chave, o qual delimita a propagação de um certo nível de coesão entre as três forças políticas, imbuídas da vontade de realização da formação, que reivindicam em conjunto os trabalhadores inseridos na construção pedagógica e logística do processo.

Aqui nesta questão, há dentre esse grupo de técnicos à frente da 2ª e 3ª etapas, uma preponderância de manejo das concepções e formulações sobre o curso por sujeitos diretamente ligados à força próxima ao momento ético político. Isto denota, com o exposto acima, um processo de legitimação dos sujeitos ligados à essa força política na direção do que seria o decorrer do curso.

...a cara da formação do curso ACS é a cara do grupo que tinha um acúmulo de discussão em relação ao que é a formação do ACS e aí eles entraram no vácuo aproveitaram que ninguém discutia isso e conseguiram fazer uma articulação junto com os entes e aí tentar criar uma reivindicação desse curso junto aos outros entes e bancar um projeto de curso... (ENTREVISTADO – 1).

Esse cenário, acerca da força ético política, também é similar ao encontrado nas observações sobre os movimentos realizados na formulação das etapas formativas. Este é um tema, que se ramifica parecido com o referencial teórico, porém revela com mais clareza a construção da hegemonia da força ético política nas concepções que formularam o curso.

Esta hegemonia, tem seu centro, no pouco acúmulo sobre concepção de ACS e de formação que expressaram as outras forças políticas na análise aqui realizada. Isto possibilitou, a formulação do projeto pautado pela concepção da pedagogia histórico crítica e na concepção de saúde presente na Oitava Conferência Nacional de Saúde²⁸. Porém, foi limitada e mediada ainda pelo processo de incorporação das pautas do modelo de saúde, trazida pela força técnico assistencial e com a interface de, a toda hora, ser adaptada ao projeto certificado pela ESPPE, conforme já discutimos anteriormente.

Como a GAB, o sindicato e a Escola, tinham pouco acúmulo em relação à formação, essas pessoas, essas quatro ou cinco pessoas ligadas à coordenação dura do curso, acabou bancando um projeto político, um projeto que pensasse o ACS para além do que estava dado[...] a gente conseguiu imprimir, uma não sei se pode falar hegemonia, mas um forte enviesamento com relação a uma leitura mais crítica, crítica no sentido do materialismo histórico... (ENTREVISTADO – 1).

Essa interface com a ESPPE, se deu num processo em que as instâncias da comissão pedagógica e o colegiado municipal do curso, juntamente com o apoio do Sindicato dos ACS, que compunha uma dessas instâncias de maneira efetiva, estabeleceram um nível de consenso com relação a proposta de formação que defenderiam (aqui denota-se um consenso das três forças políticas favoráveis ao curso com relação ao projeto do mesmo). Isto, acabou criando

²⁸ Concepção de saúde expressa no relatório final da VIII Conferência Nacional de Saúde: “Em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim antes de tudo os resultados da forma de organização social da produção as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (BRASIL, 1986, p. 12).

uma polaridade permanente no processo, entre o projeto do município e os limites que a Escola de Saúde Pública impunha para realização da totalidade do mesmo.

...porque na verdade esses eixos depois eles foram, fizemos uma interface dele com o próprio plano de curso para depois poder executar... (ENTREVISTADO – 3).

...lembro que o formato mais duro mesmo foi um pouco definido pela Escola, pela legislação que a escola tinha que atender, e a gente foi tentando compor com a especificidade do município[...] me lembro de várias reuniões que a gente não podia mexer naquela parte, isso aqui não pode mexer no projeto do curso, a Escola não deixava a gente mexer de jeito nenhum nesse formato... (ENTREVISTADO – 4).

Pontuamos aqui, um fator que se imbrica de forma direta com a questão trazida, que é o papel da EPSJV e da FENSG-UPE na formação realizada. Os mesmos, foram parceiros no processo de formulação do curso que, em geral, aparecem potencializando a legitimidade de pactuação do projeto curricular elaborado dentro da comissão pedagógica do município. Isto também, é explicativo de como se configurou uma hegemonia da concepção pedagógica defendida pela força ético política para a qual a FENSG-UPE e EPSJV trouxeram sujeitos inseridos no processo.

A entrada da EPSJV, como instituição parceira na formulação desta formação (cuja participação se manifestou mais fortemente na oficina de construção do projeto pedagógico realizada no período de planejamento do projeto destas etapas), foi pautada centralmente, pelos sujeitos da coordenação do curso ligados à força próxima ao momento ético político, devido à identidade com o projeto do curso. Também a força próxima ao momento econômico corporativo atuou nesse sentido, tendo em vista a EPSJV ser uma instituição que tinha um plano de curso feito e já o havia realizado de forma completa em um município.

A participação da EPSJV, foi bem aceita pela força técnico assistencial devido ao peso e à referência institucional que a mesma tinha na formação de trabalhadores e por estar inserida dentro da FIOCRUZ, instituição de grande legitimidade no campo da saúde. Vemos, ainda, que a EPSJV teve papel decisivo na construção da hegemonia do projeto do curso, quando as relações estabelecidas com a força conservadora se deram mediante o peso institucional que a mesma ocupava a nível nacional da RET-SUS. Registra-se, ainda, seu acúmulo teórico, técnico e burocrático sobre formação de técnicos e, no caso, específico também de ACS.

Entrando nas estratégias estabelecidas pelas forças políticas, o sentimento de construção coletiva do curso é algo primordial a ser debatido, o que se configurou dentro das principais instâncias criadas, que acabaram por fazer com que todas as forças políticas e

sujeitos envolvidos com o curso sentissem um clima geral de partícipes ativos e construtores do processo.

Todas as falas reivindicam essa abertura, que também é apontada em outros temas analisados, cuja estratégia, foi preponderantemente formulada pela força próximo ao momento ético político para conseguir viabilizar a realização do curso e sua visão de conteúdo curricular.

A força técnico assistencial, também atuou como formuladora dessa estratégia de abertura coletiva do curso, com um peso inferior e de maneira não tão consciente e objetiva de formulação ao da ético política. Destacamos como expressão de formulação dessa força, a mesa de negociação e a visão mais aberta que queriam do processo.

Já a força próximo ao momento econômico corporativo, incidiu na constante luta da categoria em buscar participar dos espaços de construção e formulação, ainda que não tivessem uma concepção bem clara de qual projeto de curso e as formas de viabilização financeira e estrutural que defenderiam. Essas questões, eram atravessadas ainda, pela divisão interna que o sindicato vivia.

...a gente construiu diversos fóruns, diversos espaços de discussão do curso pra poder fazer essas pactuações, então do ponto de vista da gestão havia um grupo de trabalho pra discutir o curso com instancias de diversos setores da secretaria de saúde, havia um colegiado mais amplo que era a prefeitura, o sindicato e a Escola, de discussão, havia um fórum junto aos professores do curso, trazendo os professores como um ator importante para viabilização do projeto, havia uma discussão muito ativa em relação ao Sindicato, a gente conseguia sentar junto ao Sindicato [...] mas a gente conseguiu fazer com que cultivasse um sentimento de defesa do curso pelos vários atores ali implicados, então chegou um ponto que até o ator que no início tava boicotando, passou a ser o cara que tava correndo atrás da viabilização do curso, então teve esse lance aí que foi importante pra condução da gestão do próprio curso, que não foi ilhado dentro de uma coordenação, havia muito diálogo com os parceiros e atores... (ENTREVISTADO – 1).

Não se notou fala que apresente a força conservadora no tema sobre as estratégias, ainda que a mesma tenha ressaltado a importância da construção desses espaços coletivos de decisão. Explica-se aqui que, em geral, a tendência conservadora parece estar mais atuante em não acreditar na concretização que a formação irá à frente.

Logo, quando realmente o curso se efetiva, diversos de seus argumentos legais e políticos são superados pela dinâmica intensa que as três forças políticas (econômico, técnico e ético) imprimem em seu início. Porém, aquela não deixa de estar presente impondo sua visão de concepção e barreiras legais, que se expressam constantemente ao longo da 2ª e 3ª etapas formativas.

Aqui, cabe um importante apontamento. Apesar de a força conservadora imprimir constantemente o conjunto de dificuldades acima descritas, há uma reorientação de postura de sua principal Instituição e sujeitos que tinham ligações no interior da formação. A postura da ESPPE no fim do processo, que julgamos de forte valor para efetivação deste curso, compreendeu sua implicação definitiva enquanto Instituição, na intenção e esforços que visavam o término da formação completa.

Isso, denota que mesmo com sua constante presença como força política dentro dos cenários analisados, esta força política, atravessa ao final do curso um processo de perda de hegemonia do consenso, de tal forma que, mesmo a instituição mais fortemente apropriada por suas concepções, materializava esforços alinhados às forças progressistas do curso, restando ainda a esta força política, com algum peso, seus entraves financeiros e burocráticos (ao qual entendemos aqui como práticas coercitivas).

...todas as forças políticas mediarão pactuações em prol do término do curso do meio pro fim do processo... (ENTREVISTADO – 1).

... porque do meio pro fim foi bem mais tranquilo do ponto de vista destas pactuações porque todo mundo já tava quite, a coisa já não podia voltar atrás, então todos os atores acabaram se unindo para o término do processo. [...]ninguém queria arcar com o custo de não ter o curso... (ENTREVISTADO – 1).

São ainda importantes para compreensão desse cenário, as reivindicações mais características das forças políticas acerca das estratégias implementadas, que não foram apresentadas no ponto específico de cada uma, mas que trazemos agora, visando a amplitude deste tema como questão que se delimita fortemente no cenário de hegemonia dentro da formação.

A força técnico assistencial, assumia como principais reivindicações das estratégias permeadas no curso, o convencimento interno de que o mesmo ajuda a implantar o modelo de gestão (questão já discutida anteriormente em outra temática), as instâncias de pactuação colegiadas que proporcionaram arenas específicas para acordos da diversidade de questões envolvidas na formação. Considerava, que esses processos poderiam envolver trabalhadores da rede como docentes, o que, na visão dessa força, ainda era fundamental por ajudar a implantação do modelo de saúde, já que se tratavam de profissionais da rede.

A força próximo ao momento econômico corporativo, assume como principal estratégia, a reivindicação do histórico de mobilização da pauta do curso e da legitimidade da categoria, fatos cujo peso, evidenciamos na materialização do processo formativo nas diversas análises que fizemos dos temas ao caracterizarmos as forças políticas.

A força próximo ao momento ético político, centrou sua estratégia na construção de espaços democráticos. Aqui, cabe trazer além do que foi apontado, mais alguns espaços primordiais de entendimento deste processo, tais como: a criação e o regular funcionamento do fórum de representantes discentes do curso, espaço que ocorria ordinariamente a partir de pouco antes da metade até o fim da formação, o qual possibilitou uma potente inserção da categoria dos ACS dentro da dinâmica de disputas dentro do curso, reivindicando e defendendo os processos do mesmo, para além da representação sindical; os espaços de reuniões semanais com os apoiadores institucionais; e os espaços permanentes de formação e reunião com os docentes do curso que contribuíam fortemente para a defesa do mesmo. Estes foram espaços formulados e gerenciados pelos sujeitos ligados a essa força política.

Ainda nesta força, cabe trazer a realização da aula inaugural e a abertura política do curso neste evento, como uma estratégia que a mesma utilizou para efetivar o início do processo de formação, tendo assim um papel primordial na sua materialização.

...eu ainda tenho dúvidas se a gente tivesse adiado o curso, se o curso realmente aconteceria, porque a partir do momento que a gente viabilizou a aula inaugural e a abertura política do curso aí houve dificuldade de um retrocesso ou seja de colocar desculpas com relação, aí a partir daí foi só um jogo pra garantia dos recursos necessários, que a gente sabia que nunca ia ter as condições ideais em termos de recursos, mas que a gente foi jogando e que deu um trabalho danado... (ENTREVISTADO – 1).

Compreendidas as questões ligadas aos temas da organização do trabalho (equipes de planejamento e formulação do curso) e as estratégias criadas dentro do processo, entramos na discussão de pontos comuns considerados importantes de serem trazidos à luz do que mapeamos nas análises das forças políticas, acrescentando-se informações advindas do conhecimento interno vivido dentro da coordenação das etapas formativas.

Iniciamos, trazendo uma questão ativadora nos processos de hegemonia e relações de força que é a demanda específica de uma categoria. Neste caso, a luta que a categoria dos ACS empreendeu dentro da agenda política em Recife, teve papel importante ao ocupar espaço na ossatura do aparelho do estado²⁹.

²⁹ “ Poulantzas entende o aparelho de Estado como um sistema de ramificações especiais (exército, polícia, magistratura, burocracia, etc.) que possuem relações identificadas com uma unidade interna específica de atuação, obedecendo, por outro lado, o seu funcionamento esta própria lógica: a diversidade de aparelhos e papéis articulados a uma unidade específica de ação” (ARAÚJO, p. 8). “Poulantzas também ressalta que as contradições e os conflitos sociais inscrevem-se no seio do Estado por meio também das divisões internas no seio do pessoal de Estado em amplo sentido (administração, judiciário, militares, policiais etc.)”. “Mesmo se esse pessoal constitui uma categoria social detentora de uma unidade própria, efeito da organização do Estado e de sua autonomia relativa, ele não deixa de ter um lugar no conflito social e é, então, dividido. Se as contradições dos setores dominantes refletem-se nos agentes de Estado, as pressões dos setores populares, e suas contradições, também os atingem já que se encontram presentes na ossatura do Estado capitalista” (MOTTA, 2011).

Como vimos, em diversos pontos no decorrer do curso, a luta da categoria foi questão diretamente central, que impulsionou de forma decisiva a materialização do mesmo. É necessário dizer aqui, como podemos encontrar isso nos diversos processos sociais analisados historicamente, que o que se materializa neste processo de formação, é o que acontece nas dinâmicas das correlações de forças; ou seja, é a partir da questão corporativa de um agrupamento social, que há a possibilidade de desenvolvimento dos outros níveis de consciência política (GRAMSCI, 1976).

Os outros níveis de consciência, não conseguem construir hegemonia sem o movimento do econômico corporativo. Não conseguem, porque não têm esse elemento objetivo que motiva, que agrega o povo. Os trabalhadores não irão reivindicar nada pela abstração. O que é objetivo, concreto para esses trabalhadores é a sua condição profissional. Não é, imediatamente, transformar a sociedade; por isto, não será com essa questão que irão se movimentar.

A luta é o embrião da consciência de classe. É a partir da luta política pela formação, como é o caso aqui demonstrado, que se abrem possibilidades de materialização de processos que alterem a correlação de forças estabelecidas. A força próxima ao momento econômico corporativo, tem importância, porque na natureza dela, ou seja a partir da demanda de um agrupamento, abre-se a possibilidade de se aumentar o nível de consciência coletivo.

Aproximando, no interior do curso estudado, a força próxima ao momento ético político da próxima ao momento econômico corporativo, compreendemos que a força ético política, reivindica esta mudança na correlação de forças e essa possibilidade de inserção no nível de consciência coletiva. O ético se posiciona na defesa do movimento, visando potencializar o movimento da categoria.

A força próxima ao momento ético político, age aqui objetivando, aglutinar a reivindicação da categoria para elevação da consciência de classe da mesma, inserida no processo de luta e nos conteúdos e experiências advindas da formação. Tem-se assim, incidindo sobre o conjunto desses trabalhadores, possibilidades do que Gramsci chamou de catarse; ou seja, passagem do nível de interesse meramente corporativo ao de interesses coletivos para um projeto que abarque toda a sociedade (SIMIONATTO, 1997).

A catarse significa, assim, o momento em que a esfera egoístico-passional, a esfera dos interesses corporativos e particulares, eleva-se ao ético político, ao nível da consciência universal. Constitui o momento da passagem de "classe em si" a "classe para si", em que as classes conseguem elaborar um projeto para toda a sociedade através de uma ação coletiva, cujo objetivo é criar um novo "bloco histórico". A idéia de catarse nada mais é do que a síntese do projeto gramsciano (SIMIONATTO, 1997).

Alinhado à demanda da categoria, na luta por sua profissionalização, a mesa de negociação aparece imbricada como mecanismo chave, que manteve a questão da formação técnica em pauta no interior da gestão municipal. Este foi o instrumento institucional de mediação que permitiu acontecer o processo, permitindo no interior dessa, a ocupação e pactuação do sindicato da categoria pelo seu pleito:

[...] o curso, que em âmbito nacional se encontrava fora das prioridades do Ministério da Saúde e sem a garantia de financiamento, estava parado em Recife desde a conclusão da primeira etapa em 2006. Porém, diante do contexto de negociação do PCCDV com participação ativa dos ACS, e do entendimento de que a formação dos trabalhadores traria ganhos tanto no campo do trabalho quanto na consolidação do próprio sistema de saúde, a secretaria de saúde assume o compromisso em Mesa de Negociação Setorial de finalizar a formação técnica (MELO, 2014, p. 99).

Reconhecemos na mesa, um ponto chave de intermediação e aliança entre as forças políticas técnico assistencial e próximo ao momento econômico corporativo, que conseguiram, através da abertura e diálogo da gestão municipal, os elementos necessários para se sobreporem, os entraves da força conservadora existentes dentro do município e estabelecer a formação técnica como demanda a ser realizada pela gestão municipal.

Destacamos aí, a boa relação que a representação Sindical tinha com os gestores locais e equipe de coordenação do curso, a qual se conecta ao compromisso assumido pela gestão municipal (pactuado em mesa de negociação), com relação à realização da 2ª e 3ª etapas formativas e ao histórico de luta pela pauta, que a categoria vinha imprimindo há anos em suas reivindicações. Essas são mediações que nortearam a pactuação a ser efetivada dentro da mesa e, posteriormente, materializada a formação.

A pactuação institucional, entre a categoria dos ACS e a gestão municipal, formalizada e mediada em mesa, se confrontou sobremaneira na disputa com a totalidade de entraves trazidos pela força conservadora para sua tendência de não realização das 2ª e 3ª etapas formativas. Dessa forma, a força política conservadora atuou de maneira incisiva dentro do processo vivido, conforme já vimos nos entraves financeiros e burocráticos com relação à certificação e no projeto pedagógico do curso.

As dificuldades relacionadas à essa questão, atravessaram todo o processo formativo, desde o início de suas discussões até a materialização do seu fim, acarretando, pelas dificuldades financeiras vividas pelo curso, um processo que só contou em grande parte com a iniciativa municipal para seu financiamento. Este peso decisivo da força conservadora neste processo, porém, não conseguiu, no cenário do município, ser decisivo para a não realização da formação.

Estas questões, têm como principal pano de fundo, os entraves nacionais acerca da formação técnica dos ACS. Centrado, nas questões financeiras do argumento da demanda salarial e os gastos excedentes preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, guardam diversas expressões, que atravessam a posição de não realização dessa formação ligadas ao perfil social do ACS, sua origem comunitária e as expectativas ao seu trabalho, fatores que também encontramos reivindicados às forças políticas atuantes no curso de Recife (MOROSINI, 2010).

É através da posição contrária à formação, e também mediante a defesa, nas gestões institucionais, de processos de formação fragmentados e sem estabelecimento de titulação técnica a estes profissionais, que operam, em âmbito nacional, as defesas da força política conservadora, fato que se expressou na particularidade encontrada em Recife.

Nas dificuldades financeiras e de certificação do curso, operadas pela força conservadora, as três forças políticas favoráveis à sua realização investiram muito de suas articulações na forte atuação dos sujeitos ligados às suas posições nessas duas esferas, o que observamos nas análises de cada força política. Destacamos, uma particularidade do processo vivido em Recife, que foi a potencialização da força conservadora nas movimentações pela certificação e construção do conteúdo pedagógico do curso, junto ao papel que a ESPPE cumpriu durante todo o processo. Denotamos aqui, não se tratar de um papel linear da RET – SUS à nível nacional.

Certamente, os entraves empreendidos pela força conservadora seriam menores se a ESPPE (aqui pelo nosso conhecimento da RET-SUS, sugerimos que existem cenários em que a RET-SUS tem um papel muito mais progressista acerca da formação técnica dos ACS do que o processo vivido em Recife) tivesse a postura clara de defesa da formação técnica dos ACS, e estivesse comprometida com sujeitos atuantes na construção de um projeto pedagógico alternativo e diferente do projeto conservador que a mesma denotava e apresentava com o seu projeto de curso. Este projeto, se encontrava registrado na Secretaria de Educação para validação de sua certificação.

Isto nos revela, o quanto as mediações acerca do conteúdo pedagógico do curso e sua matriz curricular final executada, foram alvos de intensas disputas entre as forças políticas favoráveis à formação, apesar de a força próxima ao momento ético político ter exercido, como vimos, uma certa hegemonia sobre este processo. Porém, não foi suficiente, ao ponto de se ter estabelecido um projeto pedagógico livre de diversas flexibilizações e adaptações, que

alteraram questões e possibilidades importantes às intencionalidades de Politecnia defendida por esta força.

Ainda sobre as dificuldades financeiras, ressaltamos aqui um movimento relatado na análise de conteúdo, o qual sugerimos ser um fato importante, realizado a partir da força técnico assistencial. O mesmo, compreendeu a ida da Diretora Geral de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde da SMS Recife para ocupar o cargo de Secretária de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde da Secretaria Estadual de Saúde (espaço que operava as relações com a ESPPE e as mediações financeiras, referentes à formação dos trabalhadores no estado de Pernambuco, no campo da saúde), em meados do curso em andamento. Sua ida para essa esfera de gestão, possibilitou a liberação de recursos, da CIES Estadual pela Secretaria Estadual de Saúde, recurso que até então era impossibilitado de ser usado.

A gestão municipal, vivia sob fortes dificuldades políticas e financeiras em seu final de mandato, num cenário, em que o curso operava com extrema dificuldade financeira (no caso aqui podemos afirmar: sem nenhuma condição financeira para continuidade do pagamento de professores, e já sem conseguir a reprodução gráfica dos textos dos discentes). Este momento, conseguimos visualizar na fala abaixo.

...com a mudança que aconteceu, com a proximidade das eleições com todo conflito de quem iria ser colocado e uma mudança realmente de gestão já no final, fez com que a gente tivesse que arranjar dinheiro em outro lugar, num dava mais pra sair no finalzinho... (ENTREVISTADO – 5).

Este, foi um movimento decisivo, o qual entendemos, ser possibilitador do enfrentamento da grave dificuldade financeira imposta no final do processo. Provavelmente, o não encontro dessa resolução, seria determinante para uma paralisação das etapas formativas em andamento e que caminhava para o fim.

Sobre a força técnico assistencial, é possível enxergar seu protagonismo, nas relações dos espaços que ela consegue ocupar tecnicamente nas instituições. Sendo esta, claramente sua maior expressão, ela consegue fazer esses tipos de movimentos onde atua, com sujeitos inseridos na esfera institucional. Isso é característica, dos movimentos de como a mesma se empenha em operar (nessa particularidade da formação aqui analisada) seu processo de hegemonia, o qual conseguimos ver intimamente ligado às ocupações de espaços institucionais.

Em contrapartida, a força próximo ao momento ético político, não resolveria dessa maneira, não conseguiria fazer este tipo de movimento institucional que a força técnico assistencial faz. Os movimentos da força ético política, na construção da hegemonia dentro da

formação, se dão de maneira diferente e se conformam mais intrinsecamente nas relações que vão estabelecer, impulsionando as reivindicações da força econômico corporativa. Busca assim, dentro das contradições encontradas nas instituições, e também inserindo sujeitos nessa esfera, impulsionar o que já mostramos na análise acima, qual seja, os processos de elevação do nível de consciência. Pontuamos aqui, essa questão sobre as duas forças políticas (técnica e ética), como fundamental para a compreensão de como se operaram as disputas de hegemonia dentro da 2ª e 3ª etapas realizada.

Sobre a força conservadora, cabe-nos pontuar o quanto esta, em sua expressão observada nas dificuldades financeiras, caminhou de forma incisiva em todo processo, mesmo após as forças próximo ao momento econômico corporativo, técnico assistencial e próximo ao momento ético político, assumirem pactos e compromissos institucionais hegemônicos, para a concretização da formação técnica destes trabalhadores.

A recorrência da força conservadora, durante a trajetória da formação, em atuar enfaticamente nos processos de coerção (não financiamento) e burocracia (e a burocracia é um argumento de coerção), evidencia, segundo o aporte teórico de Gramsci, a perda dentro do processo do curso, da hegemonia sobre o mesmo. Neste caso, ocorre a perda da hegemonia dominante em prol da não realização da formação técnica, apesar de essa força política estar presente de forma robusta e constante em todo processo.

Como vimos nas análises de cada força política, a força conservadora não aparece expressando sua contrariedade à formação técnica dos ACS, nos diversos temas que analisamos. Isto reforça a visão construída acima acerca da hegemonia.

Essa não expressão da posição contrária ao curso, é uma forma que a força política conservadora busca de proteção, de se reservar, já que a situação construída entre as outras forças políticas atuantes no caso de Recife não aparece favorável à sua concepção. Sugere-se, então, uma inversão da hegemonia.

Se estivesse, aqui configurada pela força conservadora a hegemonia do consenso, sua posição enquanto força política que detém o processo hegemônico, se expressaria claramente. Neste caso, apareceria enfaticamente a defesa contrária à formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde, permeando com peso os diversos temas analisados sobre o curso. Isto ocasionaria, obviamente, também a não possibilidade de realização da formação, fato que observamos não ter ocorrido na particularidade de Recife.

Outro elemento importante detectado sobre as forças políticas, se deu na presença do utilitarismo, permeando os diversos momentos envolvidos na montagem e operacionalização

dessa formação técnica. Isto se demonstrou, conforme já destacamos, dentro da categoria dos ACS e no interior do conjunto dos trabalhadores que se envolveram com o curso.

O utilitarismo, como forma de expressão aqui compreendida ligada à força econômico corporativa, opera neste estudo, como um forte elemento desagregador das relações entre as três forças políticas ligadas à realização da formação, atuando principalmente com relação a força ético política, como um grande entrave às suas intencionalidades formativas, e com um conjunto de demandas desarticuladas (ainda que algumas sejam justas dependendo de cada caso) que colidem de forma mais efetiva com a gestão municipal, incluindo neste os sujeitos imbricados à força técnico assistencial, causando então, tensões importantes ao processo.

Isto denota, sua forte predisposição em ser apropriado pela força conservadora, fato que observamos, quando os interesses utilitários colocam em risco a possibilidade da materialização da formação mediante sua capacidade desagregadora das alianças que as três forças políticas (econômico, técnica e ética) imprimem para obter a concretização da 2ª e 3ª etapas formativas.

Sobre o tema, o papel do ACS na comunidade, o qual apresentamos as posições das forças políticas anteriormente, imprimiu-se uma série de questões que são relevantes de serem trazidas, as quais começamos a apresentar de maneira articulada.

A primeira, diz sentido à relação que as forças próximo ao momento econômico corporativo e próximo ao momento ético político, assumem na compreensão de um ACS dentro da comunidade. Há alguns interesses da força econômico corporativa com relação ao papel da comunidade, que vão se confrontar com o ético político, talvez com intensidades de sentidos estruturados diferentes. Mas em questões relacionadas ao cuidado, ao envolvimento, protagonismo e organização da comunidade, o ético e o econômico vão se aproximar na visão do seu papel.

Sobre essas questões, entendemos que estejam explicações também inseridas sobre a natureza do trabalho do ACS que discutiremos mais abaixo. Trazendo essa relação, da força econômica corporativa com a ético política para a particularidade do curso de Recife, essas implicações puderam ser notadas, especialmente no maior alinhamento que as duas forças políticas se conformaram nos espaços de formulação e construção do projeto da formação, fato que para além de várias outras questões envolvidas, para nós esteve centralmente estabelecido.

Outro ponto, que destacamos dentro deste tema – o papel na comunidade – é a maneira enfática com que apareceu em nossa análise, pela força técnico assistencial, a defesa

ou apontamento do ACS ser um trabalhador que não more na mesma comunidade em que atua, vínculo que hoje é estabelecido como atribuição para a profissão.

Não vimos esta questão ser apontada por nenhuma outra força política, em nossa análise, ainda que entendamos, pelo processo de vivência junto à categoria, ser também um elemento com forte tendência de reivindicação pela força econômico corporativa, devido a sua relação de ganho corporativo com a profissionalização. Este fato, guarda forte potencial de aliança da força econômico corporativa com a técnica assistencial.

A força técnico assistencial, aparece aqui, apresentando essa noção do ACS fora da comunidade onde reside, visando diretamente contrapor-se a uma lógica clientelista, fortemente inserida dentro da categoria dos ACS no Brasil. Ressaltamos aqui, que essa questão trazida pela força técnico assistencial, não se configurou no interior da formação de Recife em nenhum tensionamento ou desagregação na aliança estabelecida entre as forças econômica corporativa, técnico assistencial e ético política, na busca pela efetivação da 2ª e 3ª etapas. Ou seja, sua manifestação, é diretamente ligada a contrapor-se aqui ao clientelismo.

Como já vimos, na caracterização da força técnico assistencial, a compreensão que esta apresenta sobre essa questão, é a concepção de um ACS que se legitime no seu trabalho comunitário mediante suas técnicas adquiridas e não pela sua residência.

Sobre o clientelismo, fazemos alusão às relações de favores que o ACS exerce para si e para com membros da comunidade, que vem desde a forma de entrada no exercício da profissão, passando pelo papel que ocupa em organizar favores na comunidade (ele é a pessoa que consegue a consulta médica, remédios, acessos a tipos de procedimentos) e chegando às relações de interesses no campo da “politicagem”, inclusive com forte apropriação de negociação do seu voto eleitoral pela sua liderança e influencia comunitária.

Como nosso objetivo aqui neste trabalho, não é elucidar as grandes questões e historicidades que percorrem o clientelismo, enfocaremos a compreensão de relações das forças políticas do curso nas suas mediações com essa questão, as quais expressam questões importantes nas análises realizadas.

Entendemos, a forte presença histórica do clientelismo, nas relações que propagaram o poder político no Brasil, que se mantém vivo e atuante nessas relações e obviamente presente nos processos vividos no mundo do trabalho. Está diretamente incutido, no plano das desigualdades que se engendraram historicamente no Brasil e se mantém dentro de um sistema econômico, que não garante acesso de grande parte da sociedade a diversos direitos e bens materiais, o que é diretamente aplicado às políticas de saúde em sua não concretização

de um modelo efetivamente universal, equânime e integral, que permita um real acesso à sua rede de cuidados necessários às demandas vividas pelo povo (VASCONCELOS).

... o clientelismo somente é compreensível de modo mais amplo e profundo em uma situação de desigualdade marcada pela incerteza quanto à eficácia da política pública, ou seja, na medida em que a política, pretendendo ser universal, não garante o acesso de seus benefícios a todos. Essa situação, por sua vez, somente pode ser compreendida à luz das limitações do financiamento à saúde no Brasil desde a criação do SUS (STOTZ, 2014 p. 1483).

Com a compreensão acima, entendemos o clientelismo com um sentido conservador. Ele é uma prática conservadora, com uma versão muito ligada à história do autoritarismo brasileiro de suas elites. Sua relação com a comunidade é de subordinação, e age mediante o trabalhador, limitando-o de se conformar um sujeito político.

Trazendo o mesmo, à particularidade das relações vividas pelos ACS no campo da saúde, entendemos aqui o clientelismo centrado numa totalidade conservadora, mas dentro de uma realidade particular aqui no curso completamente dialética. Ao mesmo tempo em que a totalidade de suas relações são diretamente imbricadas a um sentido conservador, nesta particularidade, com relação ao trabalho do ACS, a força conservadora da qual estamos desvelando suas caracterizações, se comporta na defesa inversa, contrapondo-se a este tipo de relação clientelista no processo de trabalho do ACS.

Aqui nesta particularidade, sugerimos as relações clientelistas como um fenômeno ultraconservador, que se apropria das relações de trabalho do ACS enquanto liderança comunitária, não sendo inclusive formulado, defendido ou reivindicado pelas concepções hegemônicas dos ACS ligadas à força política conservadora deste curso, cuja centralidade está no modelo de ACS, já exposto neste trabalho, ligado ao Banco Mundial.

Ou seja, não podemos associar o clientelismo a um fenômeno diretamente anexado com o fio condutor de análise deste texto, neste caso as forças políticas ligadas às mediações históricas que atravessam a conformação deste sujeito político e que ajudam a sintetizar seus caminhos de formulação dentro das agendas das políticas de saúde (ALMA ATA, Banco Mundial, VIII Conferência de Saúde), nem como expressão da força política conservadora, atuante nesta formação.

Por outro lado, o clientelismo também pode estar associado a possíveis exercícios de alteridade do próprio ACS, em sua inserção junto aos territórios que atuam, exercendo inclusive uma posição de resistência ao conjunto de situações hierárquicas a que são submetidos dentro do trabalho em saúde. Acreditamos que esse tipo de contradição, possa ser mais diretamente associado às implicações presentes na natureza do seu trabalho comunitário,

em conexão com as relações de poder da sociedade brasileira, sendo o ACS, apropriado por este aspecto ultraconservador no seu processo de trabalho.

Logo, ainda contraditoriamente, apesar de a força técnico assistencial ter sido a expoente na contraposição ao fenômeno do clientelismo, sugerimos que de forma distinta, todas as forças políticas atuantes no curso, inclusive a conservadora, se movimentam nas suas formulações no campo das políticas de saúde visando a contraposição à esta expressão tão forte no trabalho do ACS.

A força técnico assistencial, atua nesta contraposição ligada ao sentido do incremento profissional do trabalhador pela sua qualificação; a força econômico corporativa, pela sua relação de incremento da institucionalização da categoria; a força ético política, na contradição da sua relação com a comunidade ocorrer pela prática politizadora e não da politicagem; e a força conservadora, na dimensão de reivindicar um sub trabalhador precarizado, inserido na comunidade sem função política, e sem clientelismo.

Sobre as questões relacionadas à natureza do trabalho do ACS, apesar de compreendermos este fator como de grande importância acerca do mesmo, esperávamos um maior aparecimento dessa questão na análise de conteúdo e em alguns documentos de reconstrução histórica analisados.

De fato, das entrevistas realizadas, apenas conseguimos aferir uma citação direta à essa questão, que ao longo da discussão das forças, denotou centralidade, por abarcar vários elementos que explicam fenômenos de manifestação das forças políticas, imbricados a este tema. Sua única menção direta, compreendeu a fala de um dos sujeitos ligados à força ético política. Esclarecemos aqui, que não fizemos nenhuma pergunta diretamente relacionada à essa questão, nem a elaboramos como um tema de análise, por compreender que o detalhamento dos outros temas, implicaria a citação desta, o que não se revelou nos resultados, apesar de a análise dos temas suscitar diversas vezes este elemento.

Sobre essa questão, ressaltamos que a compreensão das forças políticas analisadas está diretamente relacionada às concepções ligadas ao papel do ACS na comunidade. Logo, seus graus de conexão, estão compreendidos de maneira muito similar quando se aborda a Natureza do Trabalho do ACS.

Compreendemos, mesmo não se expressando com forte reivindicação, que alguns elementos de fundo que norteiam o entendimento deste trabalhador, estão relacionados à sua compreensão histórica, implicadas nas mediações vividas, na conjuntura de como se opera a natureza e as atribuições do seu trabalho.

Partimos da concepção, que a estrutura fundamental que permeia a natureza deste trabalhador é a esfera do cuidado e da organização comunitária, entendendo-se aí as diversas formas de aplicação do sentido do termo comunidade, compreendido nas suas dimensões e concepções hegemônicas históricas (LOPES, DURÃO, CARVALHO, 2011).

Cabe ressaltar, que essa dimensão do cuidado e organização para com a comunidade, é entendida aqui como núcleo central da natureza deste trabalhador, o qual expressam-se atribuições históricas que foram se materializando em sua prática. Organizamos aqui neste trabalho, dois blocos de atribuições a que são submetidas a prática e ação deste trabalhador, no seu ato de cuidar e organizar uma comunidade (LOPES, DURÃO, CARVALHO, 2011).

Um bloco, está ligado a dimensões que polarizavam as atribuições deste trabalhador num sentido mais técnico, calcado nas ações programáticas à saúde. Outro, tem um sentido mais político, ligado à atuação na comunidade, seja na reorientação do modelo de saúde, seja como sujeito impulsionador da organização comunitária com uma perspectiva transformadora da realidade social (SILVA, DALMASO, 2002).

Essas atribuições, no decorrer do processo de institucionalização e incorporação desses ACS à Saúde da Família, convergem-se para um novo formato, incutindo-se as atribuições deste trabalhador no escopo da política e do Sistema Único de Saúde (SUS), onde se opera a Saúde da Família, estratégia que passa a referenciar as ações desse Agente, que ainda mantém-se vinculado ao seu núcleo central de natureza do trabalho (LOPES, DURÃO, CARVALHO, 2011).

Sobre sua relação com as forças políticas, apesar de não conseguirmos captar claramente essa questão na análise de conteúdo, de forma a sistematizar suas relações de reivindicação sobre a Natureza do Trabalho, trataremos aqui, mediante a vivência na coordenação da 2ª e 3ª etapas formativas de Recife e com base nos documentos analisados, algumas discussões de como as mesmas se operaram.

A força próximo ao momento ético político, com forte predomínio dentro da coordenação do curso, trabalhou a compreensão das atribuições deste trabalhador incutidas dentro do SUS, mas focadas na polarização de um bloco de atribuições ligadas às ações programáticas de saúde (o qual seria o bloco que na hegemonia do que se configurou o ACS no Brasil detinha a maior parte das atribuições formais de trabalho) e as atribuições ligadas a uma compreensão deste trabalhador enquanto educador popular, focado em articular e estruturar sua comunidade, aqui entendida também como território, para transformação de sua

realidade social (o qual seria o bloco a ser impulsionado de forma a recolocar suas ações na centralidade das funções do ACS).

Acreditamos, que esta compressão trabalhada no curso, apesar das diferenças com as especificidades teóricas que trouxemos acima sobre essa Natureza do Trabalho, expressa uma centralidade similar ao apresentado no referencial acima sobre essa questão.

Consideramos, que foi este entendimento, trabalhado hegemonicamente junto aos docentes da formação, pela sua relação direta com a coordenação do curso, onde a força ético política centrou suas ações. Não percebemos, que dentro das disputas impetradas pelas outras forças políticas, o elemento da Natureza do Trabalho do ACS ocupou um papel de centralidade, apesar de aparecer diretamente nas concepções de conteúdos que as mesmas operaram.

O delimitador, que acreditamos realmente ter margeado a hegemonia ético política nessa questão, como já apresentamos acima, se deu nessa relação direta de formação da coordenação do curso para com os docentes. Neste momento, essa concepção da Natureza do Trabalho do ACS era trazida com maior efetividade para dentro do processo formativo, e os sujeitos ligados às outras forças políticas não condensavam sua presença nestes espaços.

Sobre essa questão, trabalhada dentro da coordenação da 2ª e 3ª etapas formativas, entendemos que a Natureza do Trabalho do ACS, enquanto cuidador e organizador comunitário, ainda é atravessada por uma visão de comunidade hegemonicamente neoliberal. Assim, o conjunto de atribuições do trabalhador ACS, também foi hegemonizado por essa mesma expressão neoliberal do Estado, na conjuntura em que essa categoria se institucionalizou e atua nos dias atuais (LOPES, DURÃO, CARVALHO, 2011).

Porém, mesmo com esse cenário, entendemos que o núcleo da Natureza do Trabalho do ACS, mantém uma questão ontológica e histórica, na qual este cuidado e essa organização tem um potencial de reivindicação de possibilidades, sendo a principal, a de operar dentro dos territórios em que atuam, processos de articulações e lutas que impulsionem movimentos de transformação social.

Essa compreensão acerca do ACS, foi um fator que acreditamos ter sido o norte que motivou os sujeitos articulados à força próximo ao momento ético político, a se incorporarem dentro da disputa de concepção de formação deste trabalhador, conforme se expressa na fala de um dos sujeitos ligados à essa força.

...é da própria natureza da função que reclama essa politização, esse compromisso ético político... (ENTREVISTADO – 2).

Sobre as movimentações das forças políticas, acerca da questão da Natureza do Trabalho, compreendemos que exprimem as questões discutidas acima, ou seja, as disputas de atribuições, vistas em face do ACS ainda não institucionalizado, utilizando as discussões de Silva e Dalmaso (2002), como comparação.

Desta forma, sugerimos aqui, a força política conservadora estar conectada à forma pura de atribuição do ACS nas ações programáticas de saúde; a força técnico assistencial, ligada às ações programáticas e com um forte sentido de atribuição deste trabalhador enquanto impulsionador de um novo modelo de atenção à saúde; a força ético política, absorvendo as ações programáticas à saúde e com uma centralidade de ação nas questões de sujeito impulsionador da organização comunitária, com uma perspectiva impulsionadora de movimentos que busquem transformação da realidade social; e a força econômico corporativa, atravessando toda disputa de atribuição dos ACS, focada no movimento de sua institucionalização e garantia de seus direitos enquanto categoria.

Essas disputas de atribuições, conforme já destacamos, se convergem posteriormente para dentro das referências do que se configuraram as políticas de saúde no país, e que marcarão as atribuições deste trabalhador, já enquanto força de texto institucional. Elas abarcam, assim, todos os elementos trazidos acima, dentro das normas atuais que regem o conjunto de atribuições do ACS dentro do SUS, o que guarda em si os mesmos elementos da disputa também para as potencialidades, ações e contradições do SUS (LOPES, DURÃO, CARVALHO, 2011).

Compreendemos, que isto exprime também as movimentações acerca das disputas dentro do Projeto de Reforma Sanitária do país, conexões que entendemos, serem diretamente implicadas à nossa intenção em todo texto de articular o desenho do que se expressa o trabalhador ACS, configurado sob as mediações históricas que atravessam a conformação deste sujeito político e que ajudam a sintetizar seus caminhos de formulação dentro das agendas das políticas de saúde (ALMA ATA, Banco Mundial, VIII Conferencia de Saúde).

Uma outra questão expressa na análise de conteúdo, deu-se na apreensão da educação popular em saúde. Este, foi um assunto que não denotou força nas falas, mas que visualizamos como um expoente importante na compreensão da 2ª e 3ª etapas formativas.

A Educação Popular em Saúde, se configura com um peso forte dentro das práticas de saúde em Recife, onde esteve com uma importante presença nos conteúdos e referencial pedagógico na 1ª etapa formativa.

Em nossa análise, denotamos que essa mesma temática atravessa as discussões realizadas na 2ª e 3ª etapas de Recife, aparecendo sua centralidade na historicidade da formação, a qual acaba por se manifestar em algumas falas conforme demonstrado:

...ele enquanto equipe de saúde ta cada vez menos com esses vícios e ao mesmo tempo, cada vez mais sendo reconhecido o papel do ACS muito fortemente através até como uma das estratégias, através da educação popular em saúde em que a capacidade de promoção, prevenção, tem sido muito discutida através da educação popular e o ACS ele tem incorporado isso muito fortemente... (ENTREVISTADO – 4).

Acerca das forças políticas e sua movimentação sobre a Educação Popular em Saúde, entendemos que se estabeleceu uma relação completamente imbricada dentro do curso com a força próxima ao momento ético político, esta se portando, na 1ª etapa, como seu principal mote de projeto de formação e compreendendo na 2ª e 3ª etapas um papel significativo na concepção da Natureza do Trabalho do ACS.

A Educação Popular, atuou aqui com um papel potencializador das defesas de concepções que a força ético política impetrou no processo da 2ª e 3ª etapas, tendo em vista que pela sua historicidade dentro do município de Recife e sua já presença nas formações desses trabalhadores, era uma temática legitimada dentro das forças econômico corporativa e técnico assistencial.

Avançando em nossa discussão, trazemos a noção do Desenvolvimento de Pessoas, uma temática que se configurou nas falas da análise de conteúdo com importantes citações, a qual não o antevimos previamente em suas relações e influências dentro da formação realizada.

...essa noção de desenvolver as pessoas é extremamente importante, então a pessoa se sentir que ta recebendo um curso que ta melhorando seu grau de conhecimento, que esse grau de conhecimento ta lhe dando, isso é muito gratificante... (ENTREVISTADO – 2).

Esta, foi uma fala apontada por um sujeito ligado à força ético política, demonstrando que esse é um entendimento que aparece nos debates dos processos formativos, mesmo essa concepção não sendo em si sua defesa enquanto proposta de formação. Como já vimos, a força ético política normalmente vai aparecendo tendo uma percepção do todo, ou seja, das várias relações que denotam e influenciam o processo de formação.

O Desenvolvimento de Pessoas, também foi uma questão presenciada em movimentos da força técnico assistencial, muito focado na visão de que é importante desenvolver as pessoas, numa concepção ligada às formulações do campo institucional da Gestão do Trabalho.

Ainda sobre essa questão, entendemos o Desenvolvimento de Pessoas, como uma visão que vem pelas discussões implicadas no campo da Educação. Configura uma noção que, para vários educadores, mesmo que os processos formativos não se materializem em mudanças nas práticas, este em si já é válido por estar situado na perspectiva real Desenvolvimento de Pessoas.

Sua concepção, parte de uma visão de cidadania, não se delimitando a uma formulação conservadora, porém com possibilidades de ser apropriada por esta. Está associado ao conceito de cidadania e do direito à formação, sendo para nós uma noção humanista. O humanismo, tem uma perspectiva na ênfase do sujeito, da fé no sujeito, no desenvolvimento humano, o que entendemos que cabe em formulações e reivindicações progressistas ou conservadoras.

Com isso, essa perspectiva pode ser potencializada de forma progressista. Situando aqui um exemplo: se a educação e particularmente a educação profissional for muito atravessada pela lógica do mercado, então, a formação da força de trabalho, da pessoa para o mercado, da formação da mercadoria, o humanismo é progressista no sentido de se contrapor à formação instrumental, de adestramento ou do ser humano reduzido à força de trabalho para o mercado. De todo modo, trata-se de uma discussão que pode ser apropriada por todos os tipos de forças dependendo da conjuntura.

Caminhando para o fim deste capítulo, discutiremos duas questões que se expressam com centralidade na análise realizada. Uma delas é a relevância acerca do trabalho do ACS, e o tipo de ACS que os sujeitos envolvidos com o curso pretendiam formar.

Sobre o ACS, entendemos que há acima de qualquer relevância de seu trabalho, uma materialização histórica de que se trata de um trabalhador crucial para melhoria da saúde da população, estando implicados diretamente com a melhoria de diversos indicadores de saúde. Porém, essa relevância, não transpassa para o conjunto de políticas, direitos e conquistas remetidos a essa categoria conforme descrevemos.

Essa relevância, porém, não encontra correspondência nos processos de qualificação simplificada, caracterizados pela precariedade do vínculo com o poder público, baixos salários, pela frequente intensificação da jornada de trabalho e pela possibilidade de adquirirem toda a sorte de patologias, dada a natureza física e psicologicamente estressante das atividades que desenvolvem (DURÃO, MOROSINI, CARVALHO, 2011, p. 120).

Quando trazida essa questão, na análise das forças políticas do curso, notamos que esse cenário apresenta similaridades. Identificamos na fala de todas as forças essa compreensão da importância e relevância deste trabalhador dentro das políticas de saúde.

Porém, o conjunto de dificuldades materializadas localmente para sua formação, expressam o cenário acima citado, aqui entendido por nós, como representado pela força política conservadora no processo realizado.

Entendemos, que essa denotação agregada de todas as forças, imbuindo este trabalhador de forte importância para as políticas de saúde, tenha sido ponto de mediação crucial para abrir a possibilidade de realização dessa formação em Recife, e ponto de partida para as disputas nacionais de materialização da formação completa da categoria, relações que guardam forte conexão com a legitimidade histórica do trabalho do ACS, temática também permeada dentro deste trabalho.

É sobre os tipos de ACS que se pretendiam formar, que fecharemos essa parte do texto. Conectando o que foi apreendido na análise, com os apontamentos sobre este trabalhador trazidos no capítulo I deste trabalho, acerca das mediações históricas que atravessam a conformação deste sujeito político e que ajudam a sintetizar seus caminhos de formulação dentro das agendas das políticas de saúde (ALMA ATA, Banco Mundial, VIII Conferencia de Saúde), assimilando suas configurações por dentro das forças políticas disputantes do curso.

Nossa vivência, e principalmente a interlocução dos debates dentro do processo vivido na construção da 2ª e 3ª etapas formativas, nos levou à materialização dessa formulação das mediações acima explicitadas. Sua expressão, na análise de conteúdo das entrevistas realizadas e os movimentos percorridos no detalhamento das forças políticas do curso aqui estudadas, configurou uma compreensão indicativa sobre cada força política.

Dessa forma, podemos indicar a força política conservadora, implicada à mediação e tipo de ACS, ligado ao modelo hegemônico de saúde e compreendido como o tipo de trabalhador que carrega os aspectos das formulações trazidas pelo Banco Mundial. A força técnico assistencial, estaria sob a influência direta das formulações do tipo de trabalhador ACS e das políticas de saúde trazidas por ALMA ATA. A força próximo ao momento ético político, por sua vez, estaria implicitamente alinhada às mediações das concepções de saúde trazidas pela VIII Conferência Nacional de Saúde em sua totalidade e especificidade na formulação do que seria o trabalhador ACS.

Por dentro da força próximo ao momento econômico corporativo, compreendemos não a luta específica de alinhamento a uma dessas mediações, mas a constante reivindicação da categoria acerca de sua profissionalização, institucionalização e garantia de direitos, cujo processo formativo, será de grande importância para o avanço dessas pautas.

Entendemos as postulações relativas a essa força econômico corporativa, entrando diretamente em choque com as formulações trazidas pela agenda do Banco Mundial, representada na disputa do curso pela força conservadora. Este foi um fator decisivo, para um não alinhamento da categoria dos ACS e, nesse caso, da força econômico corporativa, às formulações trazidas pela força conservadora, considerando que essa, seja ainda a concepção de ACS hegemônica, que rege a política de saúde do Brasil e logo com total possibilidade de apropriação e alinhamento da força econômico corporativa.

Isso explica, na especificidade da formação, como se configurou o alinhamento e relação de alianças estabelecidos pelas três forças políticas favoráveis à realização da 2ª e 3ª etapas formativas. A força próximo ao momento econômico corporativo, como já postulamos ao longo do texto, teve atuação motor para realização da 2ª e 3ª etapa, através da organização de sua categoria pela demanda da formação. Sua não imbricação, como vimos aqui, a nenhuma mediação histórica reivindicada neste trabalho (Banco Mundial ALMA ATA, VIII Conferência), abre de alguma forma, disputa no interior dessa força política, da possibilidade de alianças a algumas dessas mediações apresentadas e reivindicadas pelo conjunto das outras três forças políticas atuantes no curso.

Desta forma, como já consideramos aqui, as concepções vistas das mediações ligadas ao Banco Mundial e à força conservadora, são incompatíveis com as pautas da força política próximo ao momento econômico corporativo que se apoia num perfil que visa as garantias mínimas de profissionalização, institucionalização e de formação, cujas quais não são apontadas no escopo das mediações da força conservadora.

Assim, entendemos, a partir dessas mesmas mediações históricas, que denotamos como base das discussões deste trabalho, que a força próximo ao momento econômico corporativo, encontrou melhores possibilidades de associações e relação de alianças, junto às forças técnico assistencial e próximo ao momento ético político, por estas estarem alinhadas a uma formulação do trabalhador ACS, que se aproxima mais fortemente de suas demandas de profissionalização, institucionalização e neste caso, da defesa contundente da formação técnica deste profissional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da 2ª e 3ª etapas da formação técnica dos ACS em Recife, possibilitou formar cerca de 1.450 ACS como técnicos e pautar dentro do município uma dívida histórica com a maior categoria de trabalhadores dentro da Estratégia Saúde da Família. No município, esse processo de formação, foi uma política pública atrelada ao incremento na carreira destes trabalhadores, consolidando cerca de 80% dos ACS da rede municipal como técnicos, retomando esta pauta novamente para o debate nacional e mostrando a total viabilidade e necessidade de apostar e retomar a formação técnica desta categoria como pauta política completamente possível de operar nas três esferas de gestão.

Os caminhos que percorreram a sua materialização no município, mostraram o movimento estabelecido por quatro forças políticas, que atuaram buscando a hegemonia dos seus interesses, na particularidade de cada espaço onde se operou a luta cotidiana pela sua realização.

Consideramos que, concretizar o curso, é produto de um processo contra hegemônico, e que esse foi possível, a partir de alianças entre as forças não conservadoras. Sobre as forças políticas, entendemos que muito mais do que a hegemonia plena de uma força, conseguimos demonstrar os diversos movimentos de aliança que as forças técnico assistencial, próximo ao momento ético político e próximo ao momento econômico corporativo, empreenderam na materialização do interesse comum entre elas: realizar as duas etapas formativas e habilitação técnica dos profissionais, fato que conseguiu se sobrepôr hegemonicamente no interior do processo realizado em Recife.

A luta histórica empreendida pelos trabalhadores ACS, no âmbito do município, pela pauta da formação, foi decisiva para concretizar o curso, e revela talvez, ponto de partida que também expressa a única forma de conquista de garantias de direitos que os trabalhadores imprimem enquanto classe e enquanto categoria profissional.

Dado esta força da luta, entendemos que em Recife as condições apenas se estabeleceram na conjunção desta com a ocupação de postos chaves, no âmbito do aparelho do Estado, de sujeitos comprometidos com essa pauta, seja ligado às concepções que apresentamos técnico assistencial ou ético político. Essa correlação de forças, na sociedade civil e no aparelho do estado dentro da gestão municipal, foi chave nas possibilidades de luta contra a força conservadora e que permitiu elevar as intencionalidades da categoria e de alguns gestores, à sua materialização.

Consideramos importantes, os movimentos mais hegemônicos empreendidos pela força técnico assistencial no âmbito da gestão e do conjunto do aparelho do Estado. Essas conformações, nas particularidades das políticas públicas, entre as correlações de força acerca do aparelho de estado, merecem maior estudo e compreensão na estruturação de projetos contra hegemônicos.

Encontramos na força próximo ao momento ético político, a portadora da construção dos processos mais hegemônicos em todo o momento da formação, e que foram possíveis, por uma maior capacidade de agregação e costura. Pode-se perceber, que no fato da força ético política compreender a importância do curso na relação com a construção de um projeto social, foi capaz de identificar demandas, oportunidades, situações, de caráter mais corporativa ou mesmo vinculadas às características da lógica assistencial e mobilizá-las, agregá-las, no sentido da construção da obtenção de um certo nível de coesão necessário para contra hegemonia.

Sendo assim, a força próximo ao momento ético político, de fato, ainda que mediante diversas flexibilizações e negociações, obteve maior hegemonia com relação às concepções da formação destes profissionais. Sua defesa de uma formação centrada na concepção da politécnica, foi de fato o postulado hegemônico de todo o trabalho, ainda que diretamente atravessado pelas concepções da força técnico assistencial, atrelada à implantação do modelo de saúde e ao projeto de curso tecnocrático que a força conservadora burocraticamente tentava impor.

Pontua-se aqui, que muito boa parte dos problemas estruturais do curso, também foi definidor para estabelecer uma condição de hegemonia nas concepções do curso, apenas nos seus marcos legais. Na prática, toda a formação se operou com diversas dificuldades práticas e logísticas, que descaracterizaram parte de sua intencionalidade enquanto concepção de formação.

Entendemos, que a força conservadora, atuou durante a 2ª e 3ª etapas, num contexto de perda de hegemonia, onde a mesma empreendeu seus maiores esforços nas práticas coercitivas e burocráticas de inviabilização do processo. Isso denota em parte, um fator que também sugerimos estar acontecendo com essa formação a nível nacional, que desde as disputas travadas no âmbito da construção do Referencial Curricular Nacional, não experimenta um conjunto de posicionamentos formulados por intelectuais, defendendo explicitamente a contrariedade da formação destes trabalhadores.

A possibilidade de novos movimentos articulados de lutas da categoria, pode trazer arranjos diferentes sobre esta conjuntura da formação técnica estar paralisada. Este é um elemento que cabe reflexões, inclusive pela pauta da formação técnica da categoria não ocupar de forma mais tão central as principais reivindicações das entidades nacionais representativas dos ACS.

Compreendemos que essas análises, das alianças ocorridas, trazidas aqui pelo conhecimento das relações históricas do trabalhador ACS e as concepções que hegemonicamente incidem sobre suas atribuições (ALMA ATA, Banco Mundial, VIII Conferência Nacional de Saúde), foi fator decisivo nas disputas de hegemonia que se deram no processo formativo realizado em Recife.

Com isso, as forças políticas técnico assistencial e próximo ao momento ético político, confluíram de modo articulado, ao processo de lutas que a categoria dos ACS estabeleceu nas suas reivindicações corporativas no município (cuja formação técnica aparecia como principal mote), consolidando essa aliança entre as três forças políticas (econômica, técnica e ética), de modo a criar as condições necessárias aos enfrentamentos dos entraves trazidos pela força conservadora à não realização da formação, fator preponderante na grande maioria dos estados e municípios do Brasil.

As particularidades dos movimentos ocorridos em Recife, ajudaram a reafirmação que enquanto sujeito tivemos, em nos inserir nas disputas de um processo formativo com o compromisso central de materializar a luta da categoria, estando à frente de garantir todas as concepções que defendíamos. Este, inclusive foi um elemento chave da construção de legitimidade com os ACS, e que explica as alianças entre as forças ético política e econômico corporativa, e inclusive com a força técnico assistencial, já que o mais central era fortalecer a luta empreendida pelos trabalhadores, na sua garantia por direitos, face aos ataques do Estado.

A força próximo ao momento ético político, não é um apanhado estanque do processo formativo de Recife, nem apenas um apanhado teórico das elaborações de Gramsci. Ela é força e objetivo, que movem a luta dos trabalhadores a encontrarem seus sentidos e possibilidades na construção de sua hegemonia enquanto classe social. A prática formativa se dá na luta, nas vitórias, e conquistas dos trabalhadores, essa talvez seja a mais completa lição de formação, ao qual nos empreendemos.

A análise constante do mapeamento das forças políticas; a leitura de suas concepções e movimentos; as possibilidades de alianças a serem firmadas, visando postulações estratégicas; a inserção e diálogo com os trabalhadores acerca de suas lutas e impulsionamento das mesmas

visando disputas por hegemonia, para além da prática corporativa; para nós, foi um instrumento de análise neste trabalho, porém mais do que nunca, foi nossa prática constante enquanto sujeito inserido no contexto histórico da coordenação dos espaços que analisamos. Muito mais que uma pesquisa, este foi o movimento constante do dia a dia empreendido nos espaços de realização da formação técnica em Recife, e que foi possibilitador de sua concretização.

Esperamos com este trabalho, reafirmar o compromisso com a formação destes trabalhadores de marca tão especial no âmbito histórico do cuidado, das lutas e da vida das comunidades. Esperamos que este estudo, tanto em sua elaboração teórica, como em seu legado prático, possa contribuir com as reflexões, e a continuidade da luta cotidiana que os trabalhadores empreendem por diretos, e que traga mais elementos que potencializem a concretização da formação técnica dos ACS como política pública na totalidade dos municípios do país.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Junior. **Agentes Comunitários de Saúde participam da última etapa do curso técnico**. Site da Prefeitura do Recife, 16/08/2012. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/agentes-comunitarios-de-saude-participam-da-ultima-etapa-do-curso-tecnico>. Acesso em 07 de março de 2015.

ARAÚJO, Avanilson Alves. **Regime político e a “ossatura” do Estado burguês no Brasil**. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/segundosimposio/avanilsonalvesaraujo.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci**. São Paulo. Alameda, 2008.

BNDES. **Terceiro setor e desenvolvimento social**. In Relato setorial nº 3 Julho/2001, p. 4. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/tsetor.pdf. Acesso em 24 de abril de 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde e Ministério da Educação. **Referencial Curricular para o Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____, Ministério da Saúde. **Relatório Final VIII Conferência Nacional de Saúde**. In: Anais VIII Conferência Nacional De Saúde. Brasília, Rio de Janeiro, DF: O Ministério; 1986.

CHINELLI, F. et. al. **A reconfiguração gerencial do Estado brasileiro e os trabalhadores da saúde nos anos 1990**. In: VIEIRA, M. Org. DURÃO, Anna Violeta; LOPES, Marcia Raposo (Orgs.) Para além da comunidade: trabalho e qualificação dos agentes comunitários de saúde/ Organização de Monica Vieira; Anna Violeta Durão; e Márcia Raposo Lopes. – Rio de Janeiro: EPSJV, 2011.

CIAVATTA, M. **O conhecimento histórico e a questão teórico metodológica das mediações**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M (orgs.). Teoria e educação no labirinto do capital. Petrópolis, Vozes, 2001.

_____. **Mediações históricas de trabalho e educação; gênese e disputas na formação dos trabalhadores.** Rio de Janeiro, Lamparina 2009.

COSTA, Daniele Taha. **O papel político das Ongs brasileiras no capitalismo contemporâneo, 2009.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Escola de Serviço Social / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, Marilda de Oliveira 1. **Gerencialismo, teoria das organizações e qualidade na educação.** Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT6/GT6_Comunicacao/MarildadeOliveriaCosta_GT6_integral.pdf Acesso em 10 de abril de 2014.

COSTA, Ricardo. **Antônio Gramsci e a construção da nova hegemonia, 2012.** Disponível em: http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=8:antoniogramsci-e-a-construcao-da-nova-hegemonia&catid=2:artigos. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia Como Valor Universal.** 1979 In. Sítio eletrônico Marxist.orgs Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm> Acesso em 23 de março de 2015.

_____, Carlos Nelson. **Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia.** In. TEIXEIRA, Sônia Fleury (org.) Reforma Sanitária: em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez, 1989.

_____, Carlos Nelson. **O Leitor de Gramsci.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

_____, Carlos Nelson. **Gramsci Um estudo sobre seu pensamento político,** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

OPAS/OMS. **Declaração de Alma-Ata. Conferência Internacional sobre cuidados Primários em Saúde.** 1978. Disponível em: <http://www.opas.org.br/coletiva/uploadArq/Alma-Ata.pdf>. Acesso em: 12 de setembro de 2013.

DURÃO, A. V.; MOROSINI, M. V.; CARVALHO, V. **Os agentes comunitários de saúde e o conceito de comunidade na configuração de sua qualificação** In: VIEIRA, Monica; DURÃO, Anna Violeta; LOPES, Marcia Raposo (Orgs.). **Para além da comunidade: trabalho e qualificação dos agentes comunitários de saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2011. p. 119-159.

ESTEVAM, Tádzio. **João da costa prestigia aula inaugural do curso técnico para Agentes comunitários de saúde**. Site da Prefeitura do Recife, 12/09/2011. Disponível em http://www.recife.pe.gov.br/2011/09/12/joao_da_costa_prestigia_aula_inaugural_do_curso_tecnico_para_agentes_comunitarios_de_saude_178693.php. Acesso em: 04 de março de 2015.

_____. **Prefeitura comemora Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde**. Site da prefeitura do Recife, 03/10/2011. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/prefeitura-comemora-dia-nacional-do-agente-comunitario-de-saude>. Acesso em: 07 março de 2015.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo; teoria e história**, 2.ed., Rio de Janeiro, EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, G. **Os Delírios da Razão: Crise do Capital e Conceitual no Campo Educacional**. In: GENTILI, P. A Pedagogia da Exclusão. Rio de Janeiro, RJ. Vozes, 1997.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio**. In: As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições. Juarez de Andrade, Lauriana G. de Paiva (org.). Juiz de Fora, MG. Editora: UFJF, 2011.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. **A construção do bloco histórico: via jacobina e o “debate” com Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere**. In Revista Lutas Sociais, São Paulo, n.23, p. 80-92, 2º sem. 2009. Disponível em <http://www.pucsp.br/neils/downloads/07-leandro.pdf>. Acesso em 23 de janeiro de 2015.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____ **Os intelectuais e a organização da cultura**, 6ª ed., Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1988.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo. Loyola 2008.

JUNIOR, Aluisio Gomes Silva; ALVES, Carla Almeida. **Modelos Assistenciais em Saúde: desafios e perspectivas**. In: Márcia Valéria G.C. Morosini e Anamaria D.Andrea Corbo (org). Modelos de atenção e a saúde da família. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007, p. 27-41.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1976.

LIMA, Flavia. **Protagonistas do cuidado à saúde de comunidades carentes de Recife**. Site da Rede de Escolas Técnicas do SUS, outubro/novembro de 2012. Disponível em: http://www.retsus.epsjv.fiocruz.br/upload/56/Retsus_56_AlunoEmFoco.pdf Acesso em 04 fevereiro de 2015.

LIMA, Joaquim Pacheco. **Os aparelhos privados de hegemonia possível e impossível na sociedade contemporânea: abordagem gramsciana sobre a relação Estado e sociedade civil**. In. Revista Espaço Acadêmico nº 134, julho de 2012, p. 97-104.

LIMA, Kellen. **Oficina discute qualificação de Agentes Comunitários de saúde do Recife**. Site Prefeitura do Recife, 06.06.2011. Disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/2011/06/06/oficinadiscute_qualificacao_de_agentes_comunitarios_de_saude_do_recife_177070.php. Acesso em 03 março de 2015.

LOPES, M. R.; DURÃO, A.V.; CARVALHO, V. **A disputa sobre os sentidos do trabalho e da formação dos agentes comunitários de saúde**. In: VIEIRA, Monica; DURÃO, Anna Violeta; LOPES, Marcia Raposo (Orgs.). Para além da comunidade: trabalho e qualificação dos agentes comunitários de saúde. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2011. p. 161-207.

MARI, Luiz Cesar; GRADE, Marlene. **O Senso comum e a educação em Antônio Gramsci: dimensões singulares da práxis**. In MARI, Cezar Luiz De, COELHO, Edgar e SANTOS. Márcio Alves dos (orgs.). Educação e Formação Humana: múltiplos olhares sobre a práxis educativa. Curitiba: CRV, 2012, p. 119- 130.

MARTINS, A.S. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MASSON, G. **As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais**, 2012. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/966/126>. Acesso 21 de março 2015.

MAZZEU, Francisco José Carvalho. **Uma proposta metodológica para a formação continuada de professores na perspectiva histórico-social**. Cad. CEDES vol. 19 n. 44 Campinas Apr. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000100006. Acesso em: 12 de outubro 2014.

MELO, Livia Milena Barbosa de Deus. **Trajetória da formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde no município do Recife-PE**, 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Programa de pós-graduação integrada em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

MENDONÇA, Sonia Regna; PRONKO, Marcela Alejandra; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Capital Social (Verbete)**. In. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. (Org) Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, EPSJV, 2006, p. 78 a82

MORAES, Dênis de Moraes. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. In. Revista debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, janeiro de 2010. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298> Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

MOROSINI, Márcia Valéria. **Educação e trabalho em disputa no SUS: a política de formação dos agentes comunitários de saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

MOTTA, Luiz Eduardo. **Direito, estado e poder: poulantzas e o seu confronto com Kelsen**. In Rev. Sociologia Política vol.19 no.38, Curitiba, Feb. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000100002 Acesso em 26 de abril de 2015.

NEVES, L. M. W. **A Sociedade Civil como espaço estratégico de difusão da pedagogia da hegemonia**. In: A nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso. NEVES, L. M. W. (org.). São Paulo. 2005.

_____; PRONKO, M. **A atualidade das idéias de Nicos Poulantzas no entendimento das políticas sociais no século XXI**. *Geminal: Marxismo e educação em debate*, Londrina, n. 2, p. 97-111, jan. 2010.

OLIVEIRA, Ramon. **Empregabilidade (Verbete)**. In *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. (Org) Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, EPSJV, 2006.

OLIVEIRA, Denise Cristina. **Análise de conteúdo temático-categorial: uma Proposta de sistematização**, *Rev. Enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, 2008 out/dez; 16(4): 569-76.

OLIVEIRA, Jaime A. **Reformas e Reformismos: “Democracia Progressiva e Políticas Sociais (ou “Para uma teoria política da Reforma Sanitária”)**. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 4(3): 360 – 38, out/dez, 1987.

PAIM, Jairnilson. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. 2007. Tese (Doutorado) Instituto de em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

PIRES, Aparecida Carneiro et. al. **A função dos intelectuais e o papel da escola na organização da cultura**. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.47, p.349-362, setembro de 2012.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro, 1980.

RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.

_____, CIAVATTA, Maria. **A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres**. In: *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPED, v.17, n.49, jan-abr. 2012, p. 11-37.

RECIFE. Secretaria Municipal de Saúde. **Relatório do Curso de Formação Técnica para Agentes Comunitários de Saúde**. Recife, 2006

_____. Secretaria Municipal de Saúde. **Agente Comunitário de Saúde: Curso Técnico II e III Etapas. Caderno do Estudante**. Recife, 2011. 40p. Disponível em: <http://cursoacs-susrecife.blogspot.com.br/>. Acesso em 14 julho 2013.

_____. Secretaria Municipal de Saúde **Portfólio de avaliação das discussões de equipe**. Recife, 2012a. Disponível em <http://cursoacs-susrecife.blogspot.com.br/2012/07/portfolio-de-avaliacao-das-discussoes.html> Acesso em 08 de março 2015.

_____. Secretaria Municipal de Saúde. **Agenda das últimas atividades do CTACS**. Recife, 2012b. Disponível em: <http://cursoacs-susrecife.blogspot.com.br/search?updated-max=2012-07-20T11:39:00-07:00&max-results=7>. Acesso em 02 fevereiro de 2015.

REIS, José Roberto Franco. **Política Social e Welfare State; Algumas breves considerações**. In. Temas de Ensino Médio: Política, Ciência e Cultura. Organização de José Roberto Franco Reis e Cláudio Gomes Ribeiro - Rio de Janeiro; EPSJV, p. 161 a 181.

RISSO, Divino Lozetti. **Empreendedorismo na educação: início de uma mudança cultural**. In Caderno Organização Sistêmica| vol.4 n.3 | jul/dez 2014.

RIZZOTO, Maria Lúcia Frizon. **Capitalismo e saúde no Brasil nos anos 90; as propostas do Banco Mundial e o desmonte do SUS**. São Paulo, Hucitec, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro. FIOCRUZ. Politécnico Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, Demerval. **Concepções pedagógicas contra-hegemônicas**. In: Sítio Eletrônico Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/apresentacao.html>. Acesso em 12 de abril de 2015.

SILVA, Aristóteles de Almeida. **O capitalismo tardio e sua crise: estudo das interpretações de Ernest Mandel e a de Jurgen Habermas**. Campinas, Dissertação de Mestrado do IFCH, 2012. p. 17-8 Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/Capitalismo-tardio-Habermas-AristotelesdeAlmeida.pdf> Acesso: 24 de abril de 2015.

SILVA, Joana Azevedo; DALMASO, Ana S. **O agente comunitário de saúde e suas atribuições: o desafio para os processos de formação de recursos humanos em saúde**. Interface – Comunicação, Saúde e Educação, v.6, n. 10, p.75-94, fev. 2002. Disponível em: <http://www2.fm.usp.br/cedem/did/atencao/debates1.pdf>. Acesso em 10 de março de 2015.

SIMIONATTO, Ivete, **O social e o político no pensamento de Gramsci** 1997. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=294>. Acesso em 21 de outubro de 2013.

STOTZ, Eduardo. **Educação Popular e Saúde e democracia no Brasil**. Interface Comunicação Saúde Educação; São Paulo, v. 18, supl. 2: 1475-1486, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1475.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2014.

VASCONCELOS, Lucio Flavio. **Raízes do Clientelismo no Brasil**. Disponível em: <http://www.wscom.com.br/blog/lucioflavio/post/post/Raizes+do+Clientelismo+no+Brasil-767%20%20%20%20lucio%20flavio%20vasncocecos>. Acesso em 29 de março de 2015.

VIEIRA, Mônica. et. al. **O Trabalho e a Educação na Saúde: a “questão dos recursos humanos”**. In: VIEIRA, M. org. Para além da comunidade: trabalho e qualificação dos agentes comunitários de saúde/ Organização de Mônica Vieira; Anna Violeta Durão; e Márcia Raposo Lopes. Rio de Janeiro: EPSJV, 2011.

THALHEIMER, August. **O que é o Reformismo**. In. Sitio eletrônico Marxist.orgs . Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>. Acesso em 24 de março de 2015.

TORTORELLA, Aldo. **Hegemonia**. In: Sítio eletrônico “Gramsci e o Brasil”. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=644>. Acesso em 28 janeiro de 2015.

APENDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**Formação Técnica do Agente Comunitário de Saúde: Contradições e Projetos em Disputa na Experiência da 2ª e 3ª Etapas do Município de Recife**

Autor: Gustavo Rêgo Muller de Campos Dantas
Endereço para contato: Rua Mamede Simões, n. 115. Aptº 403. Recife/PE.
CEP: 50050570.
E-mail: gustavormcd@yahoo.com.br
Telefone: (81) 99742747

Orientadora: Profª Marise Ramos Nogueira
EPSJV/FIOCRUZ: Avenida Brasil, 4365 – Manguinhos – EPSJV
Telefone:(21) 987124317

Convido o senhor (a) a participar deste estudo que tem como objetivo os processos e políticas que levaram o município de Recife a realizar a 2ª e 3ª etapas da formação técnica dos ACS. As informações obtidas servirão para elaboração do trabalho de conclusão do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica Joaquim Venâncio e serão coletadas através de entrevistas semiestruturadas.

É necessário salientar que sua participação é voluntária e lhe será garantido e respeitado o direito de interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento. Sua participação não lhe acarretará despesas, nem ganhos de ordem material. A sua participação consistirá em participar de uma entrevista cujo tema será a Formação Técnica do Agente Comunitário de Saúde: Contradições e Projetos em Disputa na Experiência da 2ª E 3ª Etapas do Município de Recife.

As informações obtidas estarão sob absoluto sigilo. A entrevista será gravada em equipamento digital e posteriormente será transcrita para que o material possa ser analisado pela equipe da pesquisa. O material coletado nas entrevistas ficará sob responsabilidade do pesquisador, sendo armazenado no computador pessoal do mesmo por período de cinco anos. Os resultados obtidos poderão ser usados apenas para alcançar os objetivos deste trabalho, incluindo publicações em revistas indexadas e apresentações em eventos científicos.

O estudo poderá trazer risco de possível constrangimento para o senhor (a) durante a entrevista frente a alguns questionamentos acerca do seu papel na construção da política de

Formação Técnica do Agente Comunitário de Saúde. Porém, enquanto benefício, possibilitará uma reflexão crítica a respeito da dos limites e potencialidades dessa política e o retorno dos resultados desse trabalho enviados e apresentados nos serviços possivelmente poderão subsidiar o planejamento de melhorias neste cenário.

Após leitura do documento e esclarecidas dúvidas que julgo necessárias sobre o estudo, declaro que concordo em participar voluntariamente do mesmo.

Recife, _____ de _____ de 2014

Assinatura do participante

Testemunha

Assinatura do pesquisador (a) responsável

Testemunha

Esta proposta foi revisada e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Politécnica Joaquim Venâncio/FIOCRUZ, que é um comitê cuja tarefa é ter certeza que aqueles participantes de pesquisa serão protegidos de qualquer dano. Se o(a) Sr(a). deseja mais sobre o CEP, contate: Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz – Avenida Brasil, 4365 – Manguinhos – EPSJV, sala 316 / Tel.: (21) 3865-9710 – email: cep@epsjv.fiocruz.br

APENDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

PROCESSOS POLÍTICOS

- 1) Como a questão da formação técnica do ACS entrou na pauta de discussão e de trabalho de vocês (sindicato, escola, secretaria)?
- 2) Como esta questão se relaciona com as demais pautas de discussão e do trabalho de vocês
- 3) Quais foram os principais interlocutores de vocês neste processo
- 4) Quais os principais embates travados para a construção do curso?
- 5) Que pactuação e com que interlocutores foram necessários para o desenvolvimento deste processo?
- 6) Que pactuações e com que interlocutores não foram possíveis realizar?
- 7) Quais foram as principais estratégias e ou meios pelas quais as pactuações aconteceram?
- 8) Que problemas e dificuldades foram encontrados ao longo do curso?
- 9) Como se conseguiu resolvê-los?

CONCEPÇÃO DE ACS

- 10) Como você definiria este trabalhador ACS?
- 11) Como você relaciona o ACS com os modelos assistenciais de saúde?
- 12) Como você entende o papel do ACS no âmbito das equipes de saúde? E no âmbito das comunidades?
- 13) Qual a relevância do trabalho do ACS?
- 14) Qual o sentido da formação técnica do ACS? Para que serve?

CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO

- 15) Porque se decidiu pela formação dos ACS na 2ª e 3ª etapa do curso?
- 16) Como foram organizadas as equipes de planejamento do curso?
- 17) Que documentos e ou textos políticos e/ou científicos e /ou pedagógicos auxiliaram no planejamento do curso?
- 18) Como foi formulado o projeto do curso?
- 19) Que ideias eram debatidas ao longo da formulação do projeto sobre o tipo de ACS que se pretendia formar?
- 20) Quais as principais ideias eram debatidas ao longo do curso?

APÊNDICE C – EIXOS DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Eixos dos temas:

1) Processos políticos

- 1.1. Motivação/ influências
- 1.2. Relação com outras políticas/ questão
- 1.3. Interlocação
- 1.4 Embates
- 1.5 Pactuação
- 1.6 Estratégias
- 1.7. Problemas e dificuldades

2) Concepção de ACS

- 2.1. Quem é/ Identidade
- 2.2 Relação com modelos assistenciais
- 2.2. Papel na divisão do trabalho
- 2.3 Papel na comunidade
- 2.4 Complexidade do trabalho
- 2.5. Sentido da formação

3) Concepção de formação

- 3.1. Motivação
- 3.2. Referencial teórico
- 3.3. Organização do trabalho (processos e relações)
- 3.4. Tipos de ACS

APÊNDICE D - ATRIBUIÇÕES - ORGANOGRAMA CURSO ACS- 2ª E 3ª ETAPAS
FORMATIVAS

COMISSÃO POLITICA: espaço de legitimação e pactuação política do curso.

COLEGIADO DE GESTÃO MUNICIPAL: promover a sustentabilidade político-gerencial do curso, selecionar docentes e apoio pedagógico e operacional.

COMISSÃO POLITICO-PEDAGOGICA: formular diretrizes metodológicas, formular o projeto político pedagógico do curso em consonância com o modelo de atenção à saúde do Recife. Elaborar conteúdo, metodologia e material didático, promover a formação dos docentes, e apoiador pedagógico dos distritos.

SUPERVISÃO CENTRAL: desenvolver as atividades de secretaria acadêmica do curso, articular as atividades dos apoiadores de pedagógicos e operacionais, acompanhar as atividades de aula do curso, articular o conselho local, o colegiado ampliado, garantir a realização do conselho de classe quando necessário.

APOIADOR PEDAGÓGICO: Promover as atividades de matriciamento político pedagógico, junto aos docentes de sua área, sendo o elo entre o docente, discente e o supervisor central

APOIADOR OPERACIONAL: desenvolver as atividades administrativas e operacionais no andamento do curso em sua área

COLEGIADO AMPLIADO: espaço de articulação entre a coordenação pedagógica, supervisão central e apoiador pedagógico, visando o acompanhamento, planejamento pedagógico e avaliação geral do curso

CONSELHO LOCAL: espaço de articulação entre o apoio pedagógico e o docente de área.

CONSELHO DE CLASSE: espaço de mediação entre o corpo discente, docente, apoio pedagógico e operacional.

APÊNDICE E – MATRIZ CURRICULAR: ETAPAS, UNIDADES, ESPAÇO
PEDAGÓGICO, BASES TECNOLÓGICAS E CARGA HORÁRIA / 2ª E 3ª ETAPAS
FORMATIVAS – CURSO TÉCNICO ACS - RECIFE

ETAPAS	UNIDADES	ESPAÇO PEDAGÓGICO	BASES TECNOLÓGICAS	CARGA HORÁRIA
SEGUNDA ETAPA	UNIDADE I: Promoção da saúde, na perspectiva da gestão social e o controle do setor saúde pela sociedade.	Eixo I: Estado, sociedade e políticas públicas de saúde.	Concepção de Estado, sociedade e território; Mudança social e controle social; Diferença, alteridade, equidade e responsabilização; Papel social do ACS junto às comunidades do Recife; Modelos de saúde; SUS – Contextos e desafios do sistema público de saúde brasileiro.	Teórica: 55h Prática: 8h
		Eixo II: Cuidado, vulnerabilidade e promoção da saúde.	Processo saúde/doença/cuidado; Vigilância a saúde; Promoção da saúde; Vulnerabilidade; Determinantes sociais do processo saúde-doença, atenção primária à saúde e saúde da família.	Teórica: 45h
		Eixo III: Gestão do processo de trabalho	Trabalho em saúde e divisão social do trabalho; Informação em saúde; dispositivos de Modelos de Atenção à saúde: Recife em defesa da vida (Acolhimento, PTS, Clínica Ampliada/Matriciação, Co-gestão); Articulação intersetorial; Gestão da educação no cotidiano das Equipes de Saúde.	Teórica: 80h Prática: 12h
	UNIDADE II Monitoramento a grupos específicos e a doenças prevalentes.	Campo I: Saúde das populações	<ol style="list-style-type: none"> 1. O ACS na prevenção e promoção da saúde da criança e do adolescente. 2. O ACS na prevenção e promoção da saúde da mulher. 3. O ACS na prevenção e promoção da saúde do homem. 4. O ACS na prevenção e promoção da saúde do idoso. 5. O ACS na promoção da saúde mental na comunidade. 6. O ACS na promoção da saúde junto a pessoas com deficiência física. 	Teórica: 100h Prática: 100h
	UNIDADE III Processo de trabalho no cuidado a famílias e grupos.	Oficinas instrumentalizadoras	Oficinas e vivências nas áreas de: identidade social; educação popular; e práticas integrativas em saúde.	Teórica: 50h
		Debates direcionados	<ol style="list-style-type: none"> 1. Hepatites virais 2. Saúde da população negra 3. Saúde do homem 4. A prática de exercícios na atenção básica 	Teórica: 20h
		Discussão de processo de trabalho em equipe	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dengue 2. Pré-natal 3. Preventivo de câncer do colo do útero. 4. Preventivo de câncer de mama. 5. Aleitamento materno 6. Vacina em criança menor de cinco anos 	Teórica: 130h

			<ul style="list-style-type: none"> 7. Criança de risco 8. Crescimento e desenvolvimento em maior de um ano. 9. Hiperdia 10. Idoso em situação de vulnerabilidade 11. Tuberculose 12. Saúde do homem 13. Pmaq 14. Hanseníase 15. Saúde bucal 16. DST/AIDS 17. Saúde mental – transtorno 18. Saúde mental- álcool e outras drogas 19. Segurança alimentar 20. Alimentação saudável 21. Pmaq 22. Avaliação de desempenho 23. Dispensação de medicamentos 24. Planejamento familiar 25. Grupos de educação popular em saúde 26. Saúde da pessoa com deficiência 	
TERCEIRA ETAPA	UNIDADE I Promoção, prevenção e monitoramento das situações de risco ambiental e sanitário.	Campo II: Saúde Ambiental	<p>O ACS na promoção da saúde de coletivos humanos (Vigilância a saúde, medida da saúde coletiva, fundamentos de epidemiologia)</p> <p>Estratégias de promoção da saúde direcionadas a situações de risco sanitário e ambiental, Interface saúde da família- saúde ambiental (ACS-ASACE);</p> <p>Desenvolvimento e intervenção do espaço</p>	
			urbano; Recife: processo histórico de urbanização e ocupação do solo; Constituição Federal / 1988. Cap.II, Artigo 182. ; Estatuto da Cidade: Lei Federal nº10.257/2001, Plano diretor Municipal – planejamento da ocupação e uso do solo. Análise das condições de risco ambiental e sanitário no território; Doenças transmissíveis e não transmissíveis: conceitos, sinais, sintomas e fatores de risco. Cadeia de transmissão de doenças e medidas de prevenção e controle; Doenças de notificação compulsória. Condições de risco e vulnerabilidade ambiental: poluição sonora, do ar, da água e do solo, calamidades; Fundamentos e técnicas de saneamento básico; Redução e prevenção de riscos ambientais e sanitários em domicílios e outros aspectos coletivos; saúde do trabalhador.	Teórica: 60h Prática: 80h
		Mostra TCC	Desenvolvimento e apresentação dos produtos do trabalho de conclusão de curso	Teórica- 50h
		Debates direcionados	<ul style="list-style-type: none"> 1. Dengue 2. Intoxicação e envenenamento 	Teórica:10h

APÊNDICE F– CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DE INSCRIÇÃO 2ª E 3ª ETAPAS FORMATIVAS
CURSO TÉCNICO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - RECIFE

INSCRIÇÃO PARA O

CURSO DE FORMAÇÃO TÉCNICA DE AGENTCOMUNITÁRIO DE SAÚDE DO RECIFE

Segunda e Terceira Etapa Formativa

2011/2012

Estarão abertas as inscrições para a segunda e terceira etapa formativa do Curso de Técnico em Agente Comunitário de Saúde do Recife no período de vinte (20) de julho à três (03) de agosto. A inscrição será feita individualmente via internet pelo site www.recife.pe.gov.br disponível a partir do primeiro dia de inscrição. Poderão participar deste curso os Agentes Comunitários de Saúde que preenchem todos os requisitos abaixo:

1. Estar inserido na Rede de Atenção Básica do Recife.
2. Ter concluído a primeira etapa formativa do curso técnico oferecido em 2006 pela Escola de Saúde Pública de Pernambuco.
3. Concluir o ensino médio até dezembro/2011.

A matrícula definitiva será feita nos Distritos Sanitários, em parceria com Escola de Saúde Pública de Pernambuco, em datas e locais a serem divulgadas após o período de inscrições. No momento de matrícula, os agentes comunitários de saúde deverão apresentar original e cópia de: certidão de nascimento ou de casamento, comprovante de residência, RG, CPF, foto 3x4, comprovante de conclusão do ensino médio ou declaração da Instituição de Ensino de previsão da conclusão do ensino médio até dezembro/2011.

Mais informações pelo telefone 3355.1705 ou pelo e-mail cursoacsrecife@gmail.com



APENDICE G – CARTAZ DIVULGAÇÃO – PROCESSO DE LEVANTAMENTO DE
CURRÍCULOS PARA DOCENTES DA 2ª E 3ª ETAPAS FORMATIVAS - RECIFE

**Processo de levantamento de currículo para docente curso
técnico em Agente Comunitário de Saúde**

Segunda Etapa Formativa

2011

A Secretaria de Saúde está realizando um levantamento de currículos para as pessoas que tenham interesse em ser docentes no Curso técnico para Agentes Comunitários de Saúde. As informações necessárias para participar deste processo seguem abaixo:

1. O Processo de Levantamento será para todos os profissionais da rede, inclusive gestores;
2. O Processo de Levantamento será de 25/07 a 05/08/2011, com entrega de currículo simplificado e cartas de intenções na DGGT;
3. Importante lembrar que o currículo simplificado deverá conter as fotocópias dos documentos para comprovação;
4. A carga horária será de oito horas semanais com o valor de R\$ 35,00 hora/aula, iniciando dia 12/09/2011 e terminado dia 22/12/2011.
5. Para participação como docente do curso, todos os selecionados deverão participar do curso de qualificação de docentes, que será realizado nos dias 24 a 27/08/2011 e 31/08 a 03/09/2011. Este será considerado a segunda etapa de caráter classificatório do processo de levantamento.

Para acessar o edital completo, modelo de currículo simplificado e modelo de carta de Intenções, e outras informações, acesse:

www.susrecife.com

Mais informações pelo telefone 3355.1705 ou pelo e-mail cursoacsrecife@gmail.com.

APENDICE H – PROGRAMAÇÃO CURSO DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA 2ª E 3ª
ETAPAS FORMATIVAS – RECIFE



Governo do Estado
Secretaria Estadual de Saúde
Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho
e Educação em Saúde:
Escola de Saúde Pública de Pernambuco

Prefeitura do Recife
Secretaria Municipal de Saúde
Diretoria Geral de Gestão do Trabalho e
Educação na Saúde

**CURSO DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA O CURSO TÉCNICO EM AGENTE
COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO RECIFE**

PRIMEIRA SEMANA

1º Momento – 4h

Data: 24/08

Início: 13h

Local: Hotel Marante - (Avenida Boa Viagem 1070)- Fone: 34641070

Tema: Acolhimento geral dos educandos e apresentação do curso

2º Momento – 4h

Data: 25/08

Início: 13h

Local: Hotel Marante (Avenida Boa Viagem 1070)- Fone: 34641070

Tema: Introdução à prática docente

3º Momento – 4h

Data: 26/08 sextas

Início: 13h

Local: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - FIOCRUZ - (Av. Professor Moraes Rego - s/n
- Campus da UFPE - Cidade Universitária) - FONE: 21012500/ 21012600

Tema: Discutir o planejamento de aula a partir da escolha metodológica

4º Momento – 4h

Data: 27/08 sábados

Início: 8:00 h

Local: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - FIOCRUZ - (Av. Professor Moraes Rego - s/n
- Campus da UFPE - Cidade Universitária) - FONE: 21012500/ 21012600

Tema: Estado e sociedade e direito à saúde

5º Momento – 4h

Data: 27/08

Início: 13:30 h

Local: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - FIOCRUZ - (Av. Professor Moraes Rego - s/n
- Campus da UFPE - Cidade Universitária) - FONE: 21012500/ 21012600

Tema: Lutas sociais e direito a saúde

SEGUNDA SEMANA

**Local: Local: Hotel Jangadeiro - (Avenida Boa Viagem 3114 - Boa Viagem) - FONE:
30865050/ 34653544**

6º Momento – 4h Quarta

Data: 31/08

Início: 13:30 h

Tema: Discutir sobre os Modelos de saúde e o modelo de Recife em Defesa da Vida

7º Momento – 4h sexta-feira

Data: 02/09

Início: 13:00 h

**Refletir sobre o conceito de avaliação e construir a coerência entre o projeto do curso e a
prática avaliativa a ser desenvolvida**

8º Momento – 4h Quinta

Data: 01/09

Início: 13:00 h

Discutir o processo de construção sócio histórico do Agente Comunitário de Saúde

9º Momento – 4h - Sexta

Data: 03/09 sábados

Início: 8:00 h

**Orientações com relação aos instrumentos de avaliação e acompanhamento dos alunos
da ESPPE**

10º Momento – 4h

Data: 03/09 sábados

Início: 13:00 h

Aproximações e desafios à prática docente

APÊNDICE I – SISTEMATIZAÇÃO DAS QUESTÕES CHAVES DAS ENRTEVISTAS POR FORÇA POLÍTICA

1) Processos políticos

1.1. Motivação/ influências

- Técnico – Mesa de negociação (instrumento institucional de mediação que permite acontecer o processo) / Abertura do diálogo da gestão junto aos trabalhadores.
- Ético político – Demanda da categoria (achar os fatores ético políticos em que a luta ultrapassa os aspectos corporativos) / Possibilidade trabalhar projeto ético e politicamente comprometido/ Abertura do diálogo da gestão junto aos trabalhadores.
- Econômico corporativo – Demanda da categoria.

1.2. Relação com outras políticas/ questão

- Técnico – Qualificação profissional e processo de trabalho.
- Ético político – Interesse em articular protagonismo político dos ACS.
- Econômico corporativo – Curso como progressão de carreira/organização da categoria.

Não notamos fala que denotem uma tendência conservadora clara

1.3. Interlocação

- Técnico – Acontecer o curso (DGGTES) X Implantar modelo / interlocação central GAB e DGGTES.
- Ético político – GAB, DGGTES, Sindicato/ ESPPE - Interlocação visando pautar a concepção e garantia do curso.
- Econômico corporativo – Curso como progressão de carreira/ Boa interlocação com gestores locais e equipe gestora do curso.
- Conservador – Secretaria de Educação (mantinha uma relação pouco transparente com a Sec. De Educação que tinha várias bases legais para não permitir certificação do curso.

1.4 Embates

Estrutural e teórico (concepções de formação)

Concepções

- Técnico – Garantir Adequação à linhas do modelo de gestão.
- Ético político – Hegemonizar a Politecnia.
- Econômico corporativo – Sem concepção clara no de concepção de curso / Rejeitava fortemente a tecnicizadora, tensionava com a de implantar o modelo. Aceitava a ética política sem necessariamente ser claramente o projeto que reivindicavam.
- Conservador – Formação tecnicizadora (quem apresenta é o ético político).

Estrutural

- Técnico – Tensionamento e busca de diferentes formas de financiamento.
- Ético – Vontade e interesse em realizar o curso.
- Econômico – Papel de mediação e cobrança do sindicato.

- Conservador – Não apoiar a formação, não fornecer apoio financeiro (SES), burocratização legal para a formação), discurso nacional de não fazer curso técnico pelo ônus aos municípios permeando o debate.

1.5 Pactuação

Espaços e esferas de pactuação

- Técnica – Pactuação com ESPPE / mediação com ética.
- Ética – Pactuação com a ESPPE / mediação com técnica (implantar modelo) –mediar sua proposta de conteúdo com a técnica e pautar junto a ESPPE.
- Econômica – Não aparece tendência forte nesse elemento – aparece alinhado à técnica e ética querendo a garantia e pactuação da certificação do curso com proposta curricular mais ampla que tecnificadora.
- Conservadora – Burocratização do projeto político pedagógico para dificultar realização do curso/ não certificação do curso/ adaptação ao seu projeto político pedagógico.

Pactuação estrutural e logística

- Técnica – Garantir viabilidade financeira.
- Ética – Tensionamento constante para viabilidade financeira / negociação de contrapartidas.
- Econômico – Vale transporte, liberação na hora do trabalho – não aparece esta tendência nas pactuações financeiras gerais.
- Conservador – Não viabilização financeira para realização do curso / dificultador.

Não pactuações

- Técnico – Não viabilização de estrutura de financiamento do curso.
- Ético – Sem abrir mão de repactuar a centralidade política da sua concepção de curso.
- Econômico – Não pactuação interna no sindicato para apoio estrutural / não realização de solenidade de encerramento.
- Conservador – Sem financiamento estadual / sem recursos da CIES/ não pactuação da carga horária de dispersão da primeira etapa.

1.6 Estratégias

- Técnico – Mesa de negociação / convencimento interno de que o curso ajuda a implantar o modelo/ instâncias de pautação colegiadas/ trabalhadores da rede como docentes.
- Ético - Escuta e criação de diversos espaços democráticos.
- Econômico – Reivindicação do histórico de mobilização da pauta do curso e da legitimidade da categoria.

1.7. Problemas e dificuldades

- Técnico – Assumir financeiramente o curso e garantir a operacionalidade do curso – ressaltar conjuntura municipal ao fim da gestão grave de aporte financeiro.
- Ético - Garantir hegemonia da concepção de curso (por causa de um utilitarismo dentro do curso e das adequações as burocracias da Escola e conflitos com técnico).
- Econômico – Forte tendência utilitarista do curso na categoria e profissionais / divisão no sindicato.
- Conservador – Matriz curricular a ser executada em conflito com a da ESPE/ não apoio da SES e oposições dentro da SMS/ resistência Nacional ao curso.

Resoluções de dificuldades

- Técnico – Compromisso da gestão com a categoria / instancia colegiada (gabinete de crise).
- Ético – Argumentação ideológica e compromissos militante / condução democrática e formativa.
- Econômico – Empenho da equipe dirigente do curso, incluindo comissão pedagógica cujo qual os ACS tinham representação e atuação.

2) ACS como sujeito social

2.1. Quem é?

- Técnico – Articulador intersetorial / técnico ou comunitário/ sobrecarregado pelo modelo hegemônico.
- Ético – Movimento popular/ alteridade, articulador de direitos, e gerador de mudanças/ agente promotor da ACS como integralidade.
- Econômico - Empoderado às diferenças mudanças de gestão/ funcionário público/ Atuação/representação e articulação comunitária.
- Conservador – ACS submetido a trabalhador comum de qualquer gestão/elo comunidade estado.

2.2. Relação com modelos assistenciais

- Técnico - Trabalhador ligado a um modelo alternativo (promoção à saúde) trabalhando num modelo hegemônico.
- Ético – Integralidade /garantia do direito à saúde.
- Econômico - Se adequa a todos os modelos/ subordinado à institucionalização e valorização profissional (ACS refém do gestor).
- Conservador –complementação mecânica do trabalho de outro profissional/ Higienismo e burocrático (mero funcionário do Estado) modelo hegemônico.

2.3. Papel na divisão do trabalho/ Papel na comunidade

- Técnico - Agenciador das demandas do território X Clientelismo.
- Ético - ACS comunidade se responsabilizar pela Instituição/ Articulador de ofertas de cuidados.
- Econômico- Luta pela Valorização dentro da equipe de saúde família / Interlocutor comunidade/PSF / Escuta e aconselhamento da comunidade.
- Conservador - ACS vigilante encaminhativo de risco à saúde/ clientelismo.

2.4 Complexidade do trabalho

- Técnico - Ponte para dialogar com a comunidade as diferentes questões de saúde.
- Ético- Empoderamento do acesso à saúde à comunidade / materializar integralidade.
- Econômico - Relação com a comunidade.
- Conservador - ACS vigilante encaminhativo de risco à saúde.

2.5. Sentido da formação

- Técnico - Profissionalização e qualificação do trabalho.
- Ético – Politecnicia/ agente político do direito à saúde/ resgatar o ACS da VIII Conferencia.
- Econômico - Reconhecimento, melhorias e valorização profissional.
- Conservador – Defesa de formação fragmentada em contraponto à técnica (como forma de inviabilizar a formação técnica).

Desenvolvimento de pessoas – aparece de alguma forma com alguma força, encaixar nas falas em perguntas diversas, encaixar em algum lugar.

3) Formação humana e profissional

3.1. Motivação

- Técnico - Qualificação da rede e implantação do modelo.
- Ético – Mesa de negociação/ movimento dos ACS.
- Econômico – Ser técnico/ organização da categoria.
- Conservador - Regulamentação do MS e realização da 1ª etapa/ Completar processo formativo.

3.2. Referencial teórico

- Técnico - Modelo em defesa da vida/ pedagogia libertadora.
- Ético – 1ª etapa/ Saviani/ Mediação com modelo em defesa da vida.
- Econômico – Paulo Freire/ material da EPSJV.
- Conservador - Plano de curso ESPPE.

3.3. Organização do trabalho

Equipes de planejamento

- Técnico – Gabinete de crise / técnicos com discussão mais UPE.
- Ético – Técnicos com discussão sobre o assunto.
- Econômico –Técnicos com discussão/ reivindicação do histórico de lutas dos ACS.

Formulação do projeto

- Técnico - Pouco acumulo sobre concepção de ACS e formação/ Construção coletiva com categoria e técnicos com histórico e concepção de formação.
- Ético – Hegemonia na concepção do projeto político pedagógico/ Concepção pedagogia crítica e oitava conferência/interface com projeto da ESPPE.
- Econômico - Pouco acumulo sobre concepção de ACS e formação/ Trabalho coletivo da comissão pedagógica/ se basearam no projeto da EPSJV apresentado na Oficina.
- Conservador - Pouco acumulo sobre concepção de ACS e formação/ interface com o próprio plano de curso/ limites burocráticos do projeto do curso.

Tipos de ACS

- Técnico – ACS ligado ao modelo em defesa da vida/ ACS em defesa do SUS e da produção de saúde potencializador do conhecimento do território.
- Ético - ACS crítico, político, transformador social operador da integralidade e do direito à saúde.
- Econômico - ACS empoderado dos direitos.
- Conservador- ACS ligado ao modelo hegemônico/ ACS cumpridor de tarefas.